



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

NILVA LENZ ZIMMERMANN

**A LUTA PELA RETOMADA DA TERRA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO
PARANÁ: O CASO DO TEKOKHA VY'A RENDA**

SANTA HELENA

2023

NILVA LENZ ZIMMERMANN

**A LUTA PELA RETOMADA DA TERRA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO
PARANÁ: O CASO DO TEKoha VY´A RENDA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História, sob a orientação do professor Paulo José Koling, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Mestrado, Área de Concentração em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling

SANTA HELENA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

ZIMMERMANN, NILVA LENZ

A LUTA PELA RETOMADA DA TERRA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: O CASO DO TEKOKHA VY'Á RENDA / NILVA LENZ ZIMMERMANN; orientador PAULO JOSÉ KOLING. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

147 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Tekoha Vy'á Renda . 2. Demarcação de Terra. 3. Avá-Guarani. I. KOLING, PAULO JOSÉ , orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **NILVA LENZ ZIMMERMANN**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de fevereiro de 2023 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Nilva Lenz Zimmermann, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Paulo José Koling, Clovis Antonio Brighenti, Endrica Geraldo, Marcio Antônio Both da Silva. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Paulo José Koling. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: ""A LUTA PELA RETOMADA DA TERRA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: O CASO DO TEKOHÁ VY´A RENDA"". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Clovis Antonio Brighenti, Endrica Geraldo, Marcio Antônio Both da Silva. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Tese** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de **Tese** e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Paulo José Koling
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Clovis Antonio Brighenti
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **NILVA LENZ ZIMMERMANN**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Endrica Geraldo

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Marcio Antônio Both da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Nilva Lenz Zimmermann

Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Profª. Dra. Carla Luciana Souza da Silva
Coordenadora Especial do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 4107/2020 - GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

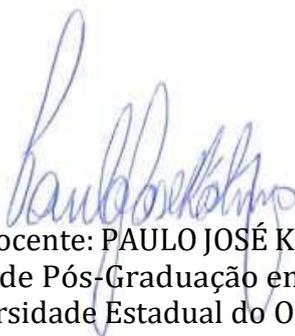
Eu, Prof. Dr. PAULO JOSÉ KOLING, declaro, como ORIENTADOR(A), que presidi os trabalhos à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de Defesa de Mestrado do(a) candidato(a) NILVA LENZ ZIMMERMANN, do trabalho intitulado “A Luta pela Retomada da Terra dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekohá Vy’A Renda”, deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, formalizo como orientador, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): APROVADO(A) na banca realizada na data de 27 de fevereiro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O texto submetido à Banca de Defesa atende os requisitos de uma pesquisa no âmbito do Curso de Mestrado. A temática tem relevância histórico-social, fundamentalmente ao que se refere à luta e retomada da Terra Tekohá Avá-Guarani no território do atual Oeste do Paraná. A abordagem contribui para a historiografia e o Ensino de História.

Atenciosamente,



Docente: PAULO JOSÉ KOLING
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) ENDRICA GERALDO, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) NILVA LENZ ZIMMERMANN, do trabalho intitulado “A Luta pela Retomada da Terra dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekohá Vy’A Renda”, deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 27 de fevereiro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Destaco a relevância do tema e da pesquisa realizada e que a candidata, juntamente com o orientador, devem avaliar a pertinência das sugestões da banca para a correção especialmente da apresentação das referências dos materiais utilizados e maior detalhamento a respeito da produção das entrevistas.

Atenciosamente,



PROF^a. DR^a. ENDRICA GERALDO

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) NILVA LENZ ZIMMERMANN, do trabalho intitulado “A Luta pela Retomada da Terra dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekohá Vy’A Renda”, deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 27 de fevereiro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Destaco a relevância social, histórica e acadêmica da pesquisa desenvolvida.

Atenciosamente,



PROF. DR. MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA
Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ - PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) NILVA LENZ ZIMMERMANN, do trabalho intitulado “*A Luta pela Retomada da Terra dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekohá Vy’A Renda*”, deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 27 de fevereiro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A dissertação cumpre com os objetivos propostos e atende as normativas de uma pesquisa científica. Possui relevância social e contribuiu para evidenciar a história Guarani na região Oeste do estado do Paraná, desconstruindo conceitos equivocadamente e propositalmente imposto pela colonização como “vazio demográfico” e “pioneirismo”. Necessita ainda algumas correções tanto do ponto de visto ortográfico como textual. Rever a necessidade de deixar algumas imagens (fotografias sobre queima de casas) e trazer as fotografias do anexo para o corpo do texto.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI
Data: 01/03/2023 10:36:47-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**PROF. DR. CLOVIS ANTONIO
BRIGHENTI**

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente NILVA LENZ ZIMMERMANN,
declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à **distância, de forma síncrona e
por videoconferência** do trabalho intitulado: *A Luta pela Retomada da Terra dos Avá-
Guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekohá Vy'A Renda*, para banca examinadora
realizada na data de 27 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente,



NILVA LENZ ZIMMERMANN

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

RESUMO

A LUTA PELA RETOMADA DA TERRA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: O CASO DO TEKOKHA VY'Á RENDA

Esta dissertação trata da presença histórica dos indígenas Guarani no Oeste do Paraná desde tempos imemoriais, as lutas e resistências travadas pela manutenção/recuperação dos seus territórios. O assunto é de grande relevância social e política, pois aborda uma história pouco conhecida na região. No passado, os Guarani foram forçados a se deslocar para outras regiões do Paraná, do Brasil e a outros países vizinhos. Hoje, eles estão retornando para reocupar áreas de terras onde se localizava o antigo Tekoha. No entanto, eles têm enfrentado muitos empecilhos para conseguir sobreviver nas pequenas áreas de terras por eles atualmente reocupadas. Devido ao deslocamento que sofreram, em algumas regiões o espaço se tornou insuficiente, gerando várias consequências negativas para a manutenção da cultura Guarani, seu Teko. A dissertação está organizada em três capítulos, tendo como fontes a observação de campo, entrevistas, registros fotográficos, além da pesquisa bibliográfica teórica e fontes já produzidas sobre a temática. O objetivo é fazer uma análise das estratégias de sobrevivência, de organização e de resistências dos povos indígenas Guarani da região Oeste do Paraná, mas principalmente do Tekoha Vy'á Renda de Santa Helena, para voltar a (re)ocupar parte dos seus espaços significativos outrora perdidos, bem como a reação da sociedade local e da Itaipu. Visa-se demonstrar como as comunidades afetadas pela construção de Itaipu se rearticularam e se organizaram para preservar suas tradições culturais frente a tantos obstáculos que enfrentam.

PALAVRAS-CHAVE: Tekoha Vy'á Renda – Santa Helena/PR; Avá-Guarani; Demarcação de Terra; Oeste do Paraná; Itaipu Binacional.

RESUMEN

LA LUCHA POR LA DEVOLUCIÓN DE LA TIERRA DE LOS AVÁ-GUARANI EN EL OESTE DE PARANÁ: EL CASO DE TEKOKHA VY'A RENDA

Esta tesis trata sobre la presencia histórica de los indios guaraníes en el Oeste de Paraná desde tiempos inmemoriales, las luchas y resistencias libradas por el mantenimiento/recuperación de sus territorios. El tema es de gran relevancia social y política, pues aborda una historia poco conocida en la región. En el pasado, los guaraníes se vieron obligados a trasladarse a otras regiones de Paraná, Brasil y otros países vecinos. Hoy, están regresando para volver a ocupar áreas de tierra donde una vez estuvo la antigua Tekoha. Sin embargo, ellos han enfrentado muchos obstáculos para poder sobrevivir en las pequeñas áreas de tierra que actualmente vuelven a ocupar. Debido al desplazamiento que sufrieron, en algunas regiones el espacio se volvió insuficiente, generando varias consecuencias negativas para el mantenimiento de la cultura guaraní, Seu Teko. La disertación está organizada en tres capítulos, teniendo como fuentes la observación de campo, entrevistas, registros fotográficos, además de investigaciones bibliográficas teóricas y fuentes ya producidas sobre el tema. El objetivo es hacer un análisis de las estrategias de supervivencia, organización y resistencias de los pueblos indígenas guaraníes de la región occidental del Paraná, pero principalmente de los Tekoha Vy'a Renda de Santa Helena, para volver a (re)ocupar parte de sus espacios significativos anteriormente perdidos, así como la reacción de la sociedad local y de Itaipú. El objetivo es demostrar cómo las comunidades afectadas por la construcción de Itaipú se rearticulaban y organizaron para preservar sus tradiciones culturales frente a los muchos obstáculos que enfrentan.

PALABRAS CLAVE: Tekoha Vy'a Renda – Santa Helena/PR; Avá-Guarani; Demarcación de Tierra; Oeste de Paraná; Itaipu Binacional.

O historiador escreve, produz um espaço e um tempo, embora estando ele próprio inserido num espaço e num tempo.

Michel de Certeau (1975)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ACISA – Associação Comercial e Industrial de Santa Helena
ANAÍ – Associação Nacional de Apoio ao Índio
APED – Ação Pedagógica Descentralizada
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CPT/PR – Comissão Pastoral da Terra do Paraná
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
FUNAI – Fundação Nacional dos Índios
GT – Grupo de Trabalho
IAPAR – Instituto Ambiental do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MJT – Movimento Justiça e Terra
MPF – Ministério Público Federal
PGR – Procuradoria Geral da República
PNI – Parque Nacional do Iguaçu
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Guarani Digital.

Mapa 2 – Mapa hidrográfico do município de Santa Helena anterior à formação do Lago de Itaipu.

Mapa 3 – Localização do Tekoha Vy'a Renda em Santa Helena Velha.

Mapa 4 – Área comprometida do município de Santa Helena

Mapa 5 – Município de Santa Helena: Situação atual.

Mapa 6 – Mapa do município de Foz do Iguaçu.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Adultos e crianças Guarani. Linha Dois Irmãos, em 1962.

Imagem 2 - Painel Histórico de Santa Helena.

Imagem 3 - Acervo Comissão da Verdade do Paraná. Casas sendo queimadas.

Imagem 4 - Acervo Comissão da Verdade do Paraná. Casas sendo queimadas.

Imagem 5 - Jornal Hoje Foz.

Imagem 6 - Ocupações indígenas irregulares geram tensão em Santa.

Imagem 7 - *Banner* da manifestação realizada em Santa Helena (PR) no dia 5 de abril de 2018 contra a demarcação de áreas indígenas.

Imagem 8 - Escola da comunidade do Tekoha Vy`a Renda e a professora Vergínia.

Imagem 9 - Casa de reza da comunidade do Tekoha Vy`a Renda.

Imagem 10 - Ildo Benites e a esposa Roberta, na Casa de Reza.

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo **Paulo**,

Meus filhos **Fabício e Sarah**,

À **Comunidade Guarani**.

AGRADECIMENTOS

A caminhada para a obtenção do título de mestre não é algo fácil, principalmente quando temos que conciliar mestrado e trabalho. E, em tempos de pandemia, as coisas se tornam ainda mais complicadas. Mas, também é gratificante pensar no dever cumprido, poder agora desfrutar um pouco mais da companhia da família e amigos.

Agradeço ao meu esposo, Paulo, e a meus filhos, Fabrício e Sarah, pela compreensão de minha ausência e todo o suporte emocional durante esse período.

A todos os colegas de trabalho, agradeço a compreensão, principalmente, por terem suportado o estresse e o mau humor que muitas vezes acomete aqueles que estão conciliando estas duas atividades.

Agradeço ao Professor Doutor Paulo J. Koling por toda a dedicação e paciência e por ter aceitado orientar o meu trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, especialmente a professora Ângela, Antônio, Carla, Gilberto, Márcio, Moisés, e Rinaldo.

Aos professores da Banca de Qualificações, Marcio Both, Clovis Brighenti e Endrica Geraldo, pelas valiosas e pertinentes sugestões para a melhoria do trabalho.

A toda a Comunidade do Tekoha Vy'a Renda pela oportunidade de conhecer um pouco da sua trajetória, em especial aos que contribuíram com as entrevistas.

À Elizabeth e Vergínia pelos ensinamentos sobre sua cultura e, também, pela companhia nas idas e vindas ao Tekoha.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1 - HISTÓRICO DA PRESENÇA INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ E IMPLICAÇÕES DA ITAIPU | 26 |
| 1.1 - A presença indígena na região oeste do Paraná | 26 |
| 1.2 - A presença Indígena no município de Santa Helena | 37 |
| 1.3 - Ações de Itaipu para viabilizar a construção da usina | 41 |
| 1.4 - Santa Helena antes de Itaipu | 48 |
| 2 - OCUPAÇÃO OU REOCUPAÇÃO DE TERRAS | 55 |
| 2.1 - O povo Guarani e a busca da “Terra Sem Mal” | 57 |
| 2.2 - Violência e omissão na política indigenista | 60 |
| 2.3 - Ocupações ou reocupações na região Oeste do Paraná | 70 |
| 2.4 - A retomada em Santa Helena | 73 |
| 2.5 - Como reparar os danos causados aos Guarani com a construção de Itaipu? | 80 |
| 3 - ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU | 86 |
| 3.1 - Mobilização dos expropriados pelo preço justo | 88 |
| 3.2 - O processo de desapropriação de Itaipu e os povos Guarani | 95 |
| 3.3 - Estratégias de luta e resistência Guarani | 98 |
| 3.4 - Ações e reações da sociedade civil local | 105 |
| 3.5 - Os principais desafios no Tekoha Vy’a Renda | 112 |
| 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 121 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 128 |
| ANEXOS | 132 |

INTRODUÇÃO

“A Itaipu fala que protege, mas na verdade isso tudo é obra do Guarani. Somos os maiores protetores da natureza porque é o que a gente é. A gente só vive se ela existir para nos dar caça, pesca, frutas, roça”.

Cacique Lino Cesar Pereira

O presente trabalho tem como meta discorrer sobre a presença indígena Guarani no Oeste do Paraná, trazendo um histórico das expropriações da terra/território de vida sofridas pelos Guarani, bem como suas implicações e conflitos na sociedade local, buscando entender as relações que se estabeleceram e se estabelecem entre ambas as partes (Guarani e não-índios).

São utilizadas diferentes terminologias para identificar os povos pesquisados, podendo variar entre Avá-Guarani ou Ñandeva. Neste trabalho, optamos por utilizar os termos Avá-Guarani ou somente Guarani. Definimos por utilizar esta forma de identificação porque é assim que o grupo pesquisado se autodefiniu nas entrevistas realizadas.

Segundo o Laudo Antropológico produzido em 1995, por Rubem de Almeida, é difícil saber com exatidão quantos são os Guarani. No Brasil, pode-se falar em aproximadamente 30.000 indivíduos Guarani que formam, se não a primeira, a segunda etnia no país em termos numéricos de pessoas (ALMEIDA, 1995, p. 6).

O período analisado neste trabalho é de 1970 a 2018. Justifico o recorte desta periodização, pois na década de 1970, com a introdução na região de uma agricultura de exploração capitalista intensiva, a região Oeste do Paraná passou por mudanças na sua estrutura fundiária. Pequenas propriedades foram adquiridas por proprietários de médias e grandes propriedades que se dedicaram à exploração de produtos valorizados no mercado internacional. Também foi na década de 1970 que foi colocado em prática o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Estes são dois fatores que fizeram crescer os conflitos por terras na região, principalmente os relacionados ao processo de expropriação realizado pela

Itaipu Binacional que envolveu os Guarani e populações rurais e urbanas distritais que seriam atingidas pela formação da Usina e do lago artificial.

Além dos acontecimentos mencionados, vários outros ocorreram durante o período citado que teve por ação os atingidos pela barragem. Entre eles, podemos destacar a Assembleia organizada pelos expropriados de Itaipu, realizada no município de Santa Helena, em 1978. A referida Assembleia pode ser considerada um marco da resistência coletiva dos expropriados de Itaipu. A resistência organizada, principalmente a partir da Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) locais, deu origem ao Movimento Justiça e Terra (MJT), em meados de julho de 1980, e, posteriormente, ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), formado no ano de 1981, considerados por alguns autores como fundamentais para a emergência no país dos movimentos sociais de resistência dos trabalhadores rurais e da luta por terra (reforma agrária).

A trajetória de luta dos expropriados de Itaipu foi abordada por Guiomar Germani no livro “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu”¹. O movimento de resistência analisado pela autora envolveu proprietários de terra, posseiros, arrendatários, peões e indígenas, além de servidores públicos, profissionais liberais e comerciantes estabelecidos nos distritos ou vilas. Os Guarani tiveram uma participação importante nas mobilizações dos expropriados. No entanto, a maioria das pesquisas realizadas sobre o assunto tem deixado essa participação em segundo plano.

Também foi neste espaço temporal que, mais recentemente, formou-se o Tekoha Vy´A Renda (Lugar de Felicidade). As primeiras famílias vieram do Ocoy para Santa Helena em 2008. Eram 35 pessoas, segundo informações colhidas na comunidade durante as entrevistas. Hoje, são 35 famílias, totalizando aproximadamente 130 pessoas. A área ocupada por eles fazia parte da área de uma antiga base náutica, situada próximo ao Instituto Ambiental do Paraná (IAPAR) e pertencente ao Estado do Paraná.

¹ Trata-se da dissertação de Mestrado realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, na UFRGS.

Cabe destacar que os Guarani do Ocoy sempre consideraram a área ocupada por eles pequena e inapropriada, pois era cercada de colonos. O reassentamento naquela área teria sido aceito como algo provisório, apenas porque o alagamento da área ocupada anteriormente era algo eminente.

O marco final deste trabalho, em 2018, deve-se ao fato de marcar o período em que se formou no município de Santa Helena o último Tekoha, o Tekoha Pyahu (Lugar Novo). Também foi quando esta pesquisadora teve seu primeiro contato com os indígenas do Tekoha Vy´a Renda. Este primeiro contato foi na sala de aula na Escola Estadual José Biesdorf, de Vila Celeste, comunidade próxima à vila de Santa Helena Velha, onde se localiza o referido Tekoha. Na ocasião, a maioria dos alunos da turma de jovens e adultos era formada por indígenas. O assunto ora pesquisado passou a despertar meu interesse após acompanhar um pouco suas histórias, vivências e dificuldades.

Para desenvolver este estudo, o procedimento metodológico utilizado foi a análise dos referenciais bibliográficos existentes sobre o tema proposto, a partir de material já publicado, como livros, artigos, cartas escritas pelos indígenas, documentos produzidos pelo Ministério Público e, também, foi realizada uma pesquisa de campo no Tekoha Vy´a Renda por meio de entrevistas com as lideranças da comunidade indígena.

Dentre os trabalhos que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa, podemos citar os estudos realizados pela historiadora Sarah Tibes Ribeiro², “O horizonte é a Terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)”. A autora evidenciou, em seus estudos, a presença Guarani pelo território do Oeste do Paraná antes do início da colonização empreendida pelo Estado, em oposição a um suposto vazio demográfico na região. Suas pesquisas sobre os Guarani no Oeste do Paraná são consideradas inéditas, pois a autora foi a primeira historiadora a tratar do assunto numa perspectiva acadêmica, científica e crítica, trazendo uma nova abordagem sobre a história dos indígenas do Oeste do Paraná e teve acesso direto aos arquivos da Itaipu e documentos até então não acessíveis. Assim, suas pesquisas foram de

² RIBEIRO, Sarah Lurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a Terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)**. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

extrema importância e fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e de outros estudos realizados no período mais recente.

Outra historiadora que tem trabalhos relevantes à ruptura dos silenciamentos e do esquecimento da questão indígena e sua relação à Itaipu Binacional, sobre os Guarani no Oeste do Paraná, é Carla Conradi. Em seu trabalho intitulado “As Ações do Estado Nacional e a Trajetória Política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)”, procura compreender a trajetória dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O período analisado por Conradi compreende os anos de 1977, ainda em um período inicial da construção da Itaipu, até 1997, quando foi demarcada a segunda reserva indígena no Oeste do Paraná, enquanto conquista Guarani. A historiadora buscou compreender as estratégias estatais visando desconfigurar a região enquanto um espaço indígena e a trajetória de mobilização e resistência dos Guarani que, segundo a autora, resultou na demarcação das duas reservas indígenas no Oeste do Paraná, Ocoy e Tekoha Añetete.

Vale destacar, também, os recentes e relevantes trabalhos do historiador e indigenista Paulo Porto Borges, que analisa a migração e os conflitos de terra no Oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul. Paulo Porto tem diversos artigos publicados a respeito do assunto. Seus estudos foram ponto de partida para o documentário “Os Três Alves”, cuja abordagem realizada é fundamental para entender o processo de expropriação sofrida pelos povos indígenas Guarani na região Oeste do Paraná.

Outra contribuição importante no sentido de trazer à tona a expropriação e as violências sofridas pelos povos Guarani é a obra “Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais”. Trata-se de um trabalho desenvolvido por um grupo de membros e servidores do Ministério Público Federal para dar subsídios à atuação da Procuradoria Geral da República quanto à denúncia de violação dos direitos dos povos Guarani em decorrência da construção de Itaipu. O trabalho do grupo, de caráter interdisciplinar, consistiu na pesquisa documental e bibliográfica e na realização de diligências nos territórios indígenas localizados no Oeste do Paraná. O grupo produziu dois relatórios conclusivos.

Outro referencial que trata do processo de desterritorialização dos indígenas na região Oeste do Paraná e das violações cometidas contra o povo

Guarani na região, especialmente de violências empreendidas no processo de implementação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, é o trabalho desenvolvido por Maria Lucia Brant de Carvalho. Segundo a autora,

Quase a totalidade dos Avá-Guarani da região foram obrigados a se dirigir para terras indígenas já demarcadas para outra etnia, forçados a buscar refúgio em outras aldeias Guarani e, em sua maioria, foram empurrados do território brasileiro para aldeias no Paraguai. Recentemente ocorreram retomadas de terras pelos Avá-Guarani; são diminutas e insuficientes para a sobrevivência digna e de direito” (CARVALHO, 2020, p. 41).

Seguindo a discussão da violação dos direitos humanos dos povos indígenas, também analisamos o texto 5 do Relatório da Comissão da Verdade que trata sobre o assunto. Vale ressaltar que o Relatório abre espaço para uma possibilidade de reparação dos danos causados a estes povos. O Relatório revela que mais de 8 mil indígenas, de várias etnias, foram mortos durante o período investigado pela Comissão, ou seja, entre 1946 e 1988. Consta no Relatório que “em quase todos os casos, não apenas uma, mas múltiplas violações ocorreram contra um mesmo povo” (BRASIL – Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 221).

Evaldo Mendes da Silva, antropólogo, desenvolveu importante pesquisa sobre dois grupos Guarani que vivem atualmente no Leste do Paraguai, Nordeste da Argentina, Norte do Uruguai e nos estados do Sul e Sudeste do Brasil: os Mbya e os Nhandéva. Em seu trabalho “A Micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira”, o autor faz um estudo etnográfico da micromobilidade dos dois grupos. Durante a realização da pesquisa, ele acompanhou os deslocamentos destes grupos, uma experiência direta que permitiu compreender o sentido do caminhar enquanto prática de transformação da condição humana (SILVA, 2007).

Ao enfatizar as narrativas dos povos Guarani e mostrar uma versão muitas vezes omitida pela história oficial, a obra contribui para uma compreensão da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas e do genocídio e etnocídio, ainda tão presentes, contra esses povos. Trata-se de uma obra que analisa as violações de direitos realizadas durante a construção e operação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (UHE Itaipu) contra os Avá-Guarani do Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga e do Tekoha Guasu Guavirá, situados no Oeste do estado do Paraná, respectivamente,

entre os municípios de Foz do Iguaçu e Santa Helena, e Terra Roxa e Guaíra. A partir desta discussão, surge uma questão muito importante para que possamos continuar a análise: quais foram as ações e omissões realizadas por Itaipu com o objetivo de negar a presença indígena às margens do Rio Paraná? Negando sua existência, negava-se a identidade e, conseqüentemente, o direito às suas terras.

Para a construção das fontes que compõem esta pesquisa foram utilizados os recursos de observação de campo, entrevistas, registros fotográficos, além da pesquisa bibliográfica teórica e fontes já produzidas sobre a temática. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, e tiveram como objetivo fazer uma análise das estratégias de sobrevivência, de organização e resistência dos povos indígenas do Tekoha Vy'a Renda de Santa Helena, para voltar a (re)ocupar parte dos seus espaços significativos outrora perdidos, bem como a reação da sociedade local e da Itaipu. Visa-se demonstrar como as comunidades afetadas pelo empreendimento se rearticularam e se organizaram para preservar suas tradições culturais frente a tantos obstáculos que enfrentaram e enfrentam.

Os entrevistados têm entre 15 e 60 anos. A seleção dos sujeitos para o registro das entrevistas baseou-se, principalmente, no nível de informação e no papel social que exerceram e exercem no Tekoha. Estabeleceu-se um roteiro contendo os pontos principais a serem abordados na entrevista. Este roteiro foi apresentado com antecedência aos entrevistados para poderem tratar dos assuntos com mais reflexão. Foi obedecido o critério de permissão para o registro das entrevistas em áudio e vídeo, bem como da divulgação dos nomes dos entrevistados.

É necessário, também, fazer uma análise de como vem ocorrendo o processo de demarcação indígena no município de Santa Helena, quais foram e são os empecilhos para que essa demarcação de fato venha a ocorrer para que os indígenas pudessem e possam ter uma vida digna e melhores condições para vivenciar sua cultura. Hoje, eles estão retornando para reocupar as terras onde se localizava seu Tekoha. No entanto, têm enfrentado muitas dificuldades para conseguir sobreviver nas pequenas áreas de terras atualmente ocupadas por eles.

Em Santa Helena existe, hoje, cinco comunidades indígenas, ocupando áreas pertencentes ao estado do Paraná e à Itaipu Binacional. O Tekoha Vy'a Renda (Lugar de Felicidade) está localizado no distrito de Santa Helena Velha, em área do IAPAR. Outras, na região conhecida como Curva Guarani; o Tekoha Tape

Jere (Aldeia Rua ao Contrário) e Tekoha Ara Porã³ (Aldeia Céu Lindo), localizado próximo à cidade, uma nas proximidades do Porto Internacional de Santa Helena; o Tekoha Pyahu (Aldeia Nova). A quinta comunidade, organizada no ano de 2017, se estabeleceu no Refúgio Biológico de Itaipu, o Tekoha Mokoi Joegua (Aldeia Dois Irmãos), localizado às margens do lago de Itaipu, no município de Santa Helena, no Oeste do Paraná.

Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁴, as famílias ocupam, aproximadamente, 400 hectares do Refúgio Biológico da Itaipu, que totaliza cerca de 1,4 mil hectares: “A retomada deste território foi um ato simbólico diante da dívida histórica que a Itaipu Binacional tem com os povos Ava-Guarani. Também simboliza a resistência à atual conjuntura nacional de precarização de políticas indigenistas.”⁵

As ocupações em Santa Helena são relativamente recentes, sendo que têm um pouco mais de uma década. No entanto, são lugares de ocupação tradicional onde viviam antes de terem que desocupar compulsoriamente e que foram retomados e, hoje, buscam o reconhecimento dos seus direitos, pelo menos em relação a estas áreas. Todas elas se encontram em situação irregular. Ressalta-se que apenas o Tekoha Vy`a Renda, localizado em Santa Helena Velha, na antiga Base Náutica, área pertencente ao Estado do Paraná, localizada nas proximidades do IAPAR, está em fase de identificação.

Entre as consequências geradas pela escassez de terras para os indígenas, podemos citar a situação em que vivem, com dificuldade para abrigar e sustentar a comunidade com itens básicos para sua subsistência. Para fugir dessa situação, muitos acabaram buscando o mercado de trabalho fora do Tekoha atual.

Para os Avá-Guarani, a palavra Teko denota o modo de ser Guarani, que abrange a religiosidade, o modo de reprodução de vida, modo de organização

³ A comunidade Ara Porã é procedente de Guaíra, do Tekoha Marangatu, passou por algumas áreas no Município de Santa Helena e em Itaipulândia e se encontra nessa pequena região, denominada Curva Guarani. As demais comunidades que ocupam áreas em Santa Helena são procedentes do Tekoha Ocoy.

⁴ O CIMI é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que foi criado em 1972, com o objetivo de favorecer a articulação entre aldeias e povos indígenas na luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

⁵ CARIGNANO, Júlio. Indígenas Ava-Guarani retomam parte de antiga terra tradicional, no Paraná. Brasil de Fato, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana>>.

política e social. Tekoha é o lugar de realização da vida, o local de reprodução da existência em todos os seus sentidos (MASUZAKI, 2019, p. 20).

Para as comunidades indígenas Guarani é essencial manter sua organização e continuar lutando pela demarcação de seus territórios, pois foi assim, através da resistência e da luta, que conseguiram a demarcação de duas áreas na região Oeste do Paraná, uma no município de Diamante do Oeste e outra em São Miguel do Iguaçu, conforme indicou Sarah Ribeiro:

Atualmente, permanecem no Oeste pouco mais de seiscentos índios Guarani, dos quais algumas famílias Mbÿá, e uma maioria Ñandeva, concentradas basicamente em dois locais distintos. O primeiro, denominado Área Indígena de Santa Rosa do Oco'ÿ, localiza-se no interior do município de São Miguel do Iguaçu e compreende uma extensão de cerca de 230 hectares. Foi oficialmente demarcada pela FUNAI em 1982. A outra Reserva, situada no município de Diamante do Oeste, perfaz aproximadamente 1770 hectares e sua obtenção resultou de um longo embate travado entre este grupo indígena e os representantes da Usina Hidroelétrica de Itaipu durante aproximadamente catorze anos (RIBEIRO, 2005, p. 28).

Como podemos perceber nos estudos da Sarah Ribeiro, a reivindicação e luta por terra dos povos Guarani é uma luta que já perpassa várias décadas, pois os estudos de Sarah Ribeiro foram iniciados ainda nos anos 1990.

Este trabalho é composto de três capítulos. No primeiro capítulo "*Histórico da presença indígena no Oeste do Paraná e implicações da Itaipu*", pretende-se fazer um histórico da presença indígena na região Oeste do Paraná e a luta desses povos pela manutenção do território, abordando as implicações dessa presença para a efetivação do projeto de Itaipu. Para tanto, realizou-se uma análise da historiografia que trata do tema, já mencionada anteriormente.

O segundo capítulo tem por título "*Ocupação ou reocupação de terras*". Nesta parte falaremos sobre o retorno ou retomada da luta por terra pelos povos indígenas após o alagamento de Itaipu. No passado os Guarani foram forçados a se deslocar para outras regiões e, recentemente, eles estão retornando para reocupar um lugar nestas terras onde se localizava seu antigo Tekoha.

Esta análise foi realizada a partir de publicações já realizadas sobre o assunto, de documentos que comprovam os fatos e dos relatos dos indígenas.

O terceiro capítulo, "*Estratégias de luta e resistência no contexto da construção de Itaipu*", trata do surgimento do movimento de resistência, as formas

de resistência utilizadas tanto pelos Guarani e também pelos demais expropriados no contexto da construção de Itaipu, além de apresentar algumas conquistas alcançadas através destes movimentos de resistência na região Oeste do Paraná. Esta análise é feita a partir de dados documentais, análise historiográfica e de entrevistas realizadas com os mesmos indígenas.

O assunto é extremamente polêmico pensando que vivemos em uma sociedade capitalista, na qual o lucro está acima de tudo e os valores culturais e o direito à cultura e à terra aos povos originários, muitas vezes, não têm recebido a devida importância pela sociedade nacional. Sociedade nacional, esta, que prega a importância do “progresso”, o desenvolvimento econômico e a expansão do agronegócio.

1 – HISTÓRICO DA PRESENÇA INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ E IMPLICAÇÕES DA ITAIPU

Geralmente, a região Oeste do Paraná é apresentada como uma região de vazio demográfico até a chegada dos primeiros colonos vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950. Esses colonos, descendentes de alemães e italianos, são tratados como “pioneiros” pela historiografia tradicional, que desconsidera a existência de povos originários na região, entre eles os Guarani.

1.1 – A presença indígena na região Oeste do Paraná

A presença dos povos Guarani na região Oeste do Paraná desde tempos muito remotos já foi comprovada através de diversos trabalhos de historiadores e arqueólogos. As evidências e relatos de viajantes e jesuítas que visitaram a região, ainda no século XVI, comprovam que esta presença antecede a vinda dos colonizadores europeus.

Recentemente, foram descobertos novos indícios da presença Guarani na região da Tríplice Fronteira. Vários objetos, cujos indícios apontam que têm mais de dois mil anos, foram encontrados próximo às Cataratas do Iguazu, no lado argentino. Trata-se de objetos de cerâmica, instrumentos de pedra, carvão e ossos⁶.

As pesquisas foram realizadas pelo Centro de Investigações Científicas Argentinas e pela Universidade Nacional da Prata. Os resultados da pesquisa desenvolvida servem como ferramenta para conhecer melhor as comunidades tradicionais e, também, como mais um indício da presença Guarani na região muito antes da presença dos colonizadores europeus.

Entretanto, é importante destacar que vários historiadores, arqueólogos e outros pesquisadores já desenvolveram pesquisas e confirmaram a existência de evidências da presença Guarani nesta região. Segundo Bartolomeu Melià (1990), as

⁶ A reportagem completa pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/06/03/sitios-arqueologicos-sao-encontrados-proximos-as-cataratas-do-iguacu-objetos-tem-ao-menos-2-mil-anos.ghtml>

evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Terras aptas ao cultivo de vários tipos de feijão, abóbora, batata e amendoim. São terras nas quais a técnica agrícola de roçado e coivara permite uma produção altamente satisfatória.

Os primeiros contatos dos europeus com os Guarani confirmam e reforçam os dados que hoje tiramos da arqueologia. Para a mentalidade parasita do explorador e do conquistador espanhol que entrava pelo Rio da Prata e seguia Paraguai acima e penetrava pela bacia do Paraná e do Uruguai, era sempre uma agradável surpresa encontrar-se com aquela portentosa abundância de produtos agrícolas nas terras dos Guarani (MELIÀ,1990, p. 35).

Em outra passagem dos escritos de Melià, o autor nos permite analisar a relação do Guarani com a terra. Vai muito além da relação de produção. Para o Guarani, o Tekoha é o lugar onde se estabelecem as relações sociais, culturais e religiosas. É onde há espaço para o modo de ser Guarani: “O tekoha significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani [...] sem tekoha não há teko” (MELIÀ 1986, p. 105).

Todos estes aspectos da terra, nos quais economia e sociedade se mostram indissolavelmente relacionadas são, por sua vez, objeto de símbolos religiosos, reflexo de experiência religiosa. A terra para o Guarani não é um deus, porém está impregnada toda ela de experiência religiosa (MELIÀ,1990, p. 38).

Em outro momento, Melià refere-se à relação do Guarani com a terra da seguinte forma: “É um bem comum e o meio de produção principal, entregue aos homens pelo Deus criador para uso conforme as leis divinas. Por isso, como a água, os Guarani recusam, em princípio, a compra de terras porque não pode ser privatizada. Só Deus a possui: o cultivo da terra e o cuidado destes cultivos é o mesmo que tratar com a criança” (MELIÀ,1976, p. 203).

Ernelo Schallenger (1986), em seu trabalho “As missões jesuíticas do Guairá: a defesa do índio no processo da colonização do Prata”, também evidencia a presença indígena na região desde tempos imemoriais. O autor analisa as missões jesuíticas do Guairá diante do movimento do colonialismo europeu na região do Prata. Ademais, retrata as especificidades do processo de conquista e colonização.

A incorporação do índio no processo de colonização do Prata e do Guairá, especificamente, dar-se-ia pelo “sistema de encomienda”. Por este sistema, os colonos espanhóis poderiam se valer do trabalho indígena de forma temporária, mediante a sua introdução na fé católica e nas práticas culturais da sociedade colonizadora (SCHALLENGER, 1998, p. 18).

O autor traz uma discussão ainda muito presente nos debates sobre a situação dos povos Guarani na região Oeste do Paraná, bem como em todo o Brasil. Trata sobre a desterritorialização dos povos Guarani, em um primeiro momento através das missões e do estabelecimento de fronteiras sem levar em conta os limites estabelecidos pelas relações entre os diversos grupos originários.

Em estudo mais recente a respeito da desterritorialização dos povos Guarani no Oeste do Paraná, Paulo Porto Borges (2011) afirma que no final do século XVI são fundadas as primeiras Missões Jesuíticas na faixa que hoje compreende a extensa área que abrange as margens do rio Paraná e seus afluentes, e, das quinze missões fundadas neste território, treze eram em áreas densamente povoadas por comunidades Guarani. No período que compreende os anos de 1610 a 1628, estas reduções foram destruídas por bandeiras oriundas de São Paulo, com o objetivo de apresarem os Guarani e levá-los como escravos para a máquina colonial portuguesa.

Paulo Porto Borges tem uma trajetória recente de pesquisa e envolvimento junto aos povos Guarani do Oeste do Paraná. Em seu trabalho “Terra e Memória: os territórios Guarani no oeste do Paraná no século XX”, o autor procura reconstruir, através da história oral, o mapa territorial Guarani de meados do século XX, afirmando que existiam aproximadamente 30 aldeamentos Guarani no Estado do Paraná que foram sistematicamente desterrados enquanto política oficial dos governos brasileiros. O Estado brasileiro deslocou e confinou de forma compulsória centenas de famílias indígenas Guarani para as terras de seus antigos inimigos, a

área indígena Kaingang de Rio das Cobras, localizada no município de Nova Laranjeiras/PR.

Segundo relatos dos indígenas Guarani, ao contrário da versão dos colonizadores – que apontam para um “vazio demográfico” – existiam aproximadamente trinta e um tekoha's dispersos pelo estado, cada qual com algumas dezenas de famílias, possuindo fortes laços e relações de parentesco entre si, não sendo raras visitas para batismo e casamentos, se constituindo em um extenso território de trânsito Guarani (BORGES, 2011, p. 2).

Em seu trabalho, Borges procura demonstrar que estes deslocamentos e migrações forçadas permanecem vivas na memória e no imaginário dos “velhos” (pessoas anciãs) Guarani, e nos permitem recontar e reconstruir parte do que foi o grande território Guarani do início do século XX, vozes e versões que permanecem silenciadas pela “história oficial” e não reconhecidas pelo Estado brasileiro.

A luta dos povos indígenas no Oeste do Paraná pela manutenção do território foi e é uma luta desigual que se iniciou com o processo de “descobrimto”, colonização e a vinda dos padres jesuítas, o que levou os indígenas a serem aldeados nas Missões. Após o período das missões, por volta da segunda metade do século XIX, surgiram novas pressões sobre o território Guarani no atual Oeste do Paraná, com incentivos por parte do governo imperial estimulando a imigração para a inserção desse território à nação (social, administrativa, política, geopolítica, econômica e cultural) (ALCÂNTARA, 2019, p. 30).

Posteriormente àquele período, ainda durante o século XIX, aconteceram vários eventos que colocaram em “xeque” a presença indígena na região Oeste do Paraná. Um deles foi a criação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, no ano de 1892, e a presença da Companhia Mate Laranjeira, desde 1887, afóra as outras obras, dentre as quais é importante destacar a Companhia de Domingos Barthe. Dando continuidade ao processo de expropriação das terras indígenas, o Estado brasileiro buscou apoiar a exploração da erva-mate por meio do Serviço de Proteção ao Índio, estabelecendo postos e criando reservas indígenas, a partir de 1915, com a função de concentrar mão de obra. Em seguida, houve a criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939; do quartel em Guaíra, criado em 1947; o ingresso de empresas imobiliárias colonizadoras e madeireiras e a construção da Usina; e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre 1975 e 1982 (MASUZAKI, 2015, p.14).

A criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, afetou significativamente a territorialidade dos Avá-Guarani. As famílias indígenas começaram a ser retiradas para outras áreas, sem nenhuma garantia de obterem um território equivalente no qual pudessem habitar, tendo como alternativa se alocarem em outras aldeias de parentes.

Segundo depoimento concedido à pesquisadora Maria Lucia Brand de Carvalho (2005), uma anciã Guarani relata que a expulsão das famílias indígenas do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, deu-se com o uso da violência, que um massacre ocorreu na floresta, com os corpos dos indígenas sendo cortados na altura da barriga e posteriormente jogados para afundar nas Cataratas do Iguaçu. A anciã comenta ter presenciado o massacre quando ali viveu até 1943 e afirma que “a Catarata é cemitério Guarani”, pois, para desocupar a área, muitos Guarani foram assassinados e jogados nas Cataratas, gerando, com isso, uma grande dispersão dos que sobraram vivos (CARVALHO, 2005, p. 329).

Posteriormente, foram realizadas duas tentativas de retomada do território Guarani no Parque Nacional do Iguaçu. A primeira tentativa se deu em 2005 e foi motivada pela situação em que vivem os indígenas no Tekoha Oco'y, onde o espaço é insuficiente, praticamente sem matas e rios. O antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, no “Laudo Antropológico” de 1995, também concorda que no Oco'y não há espaço suficiente e que não é o melhor local para alocar os Guarani.

Apesar de algum mato e terras boas, a comunidade do Oco'y está espremida entre a água e colonos, pequenos proprietários descendentes de migrantes alemães, que aproveitam ao máximo suas terras, não raro adentrando com suas roças a área dos Guarani. Em alguns trechos, não há mais do que 50 ou 70 metros entre o roçado do colono e o lago. Causa a sensação, sentida pelos índios, de opressão e aperto (ALMEIDA, 1995, p. 2996).

Os Guarani descrevem a região em torno das Cataratas do Iguaçu como lugar em que viviam antigamente, o que pode ter motivado os parentes a saírem de Oco'y e recuperarem as terras tradicionais, que se encontram sobrepostas pelo PNI. Nessa região, teriam existido, no mínimo, três aldeias Guarani.

A segunda iniciativa ocorreu em 2013 e as motivações foram semelhantes à primeira tentativa, diferenciando-se apenas em relação ao número de famílias envolvidas. Nos dois casos, houve tentativas de negociações que não tiveram

avanços. Os Avá-Guarani reivindicavam a permanência da área do PNI para habitarem, ou uma área que fosse vizinha. Nesse caso, demonstravam a intenção de reivindicar o acesso ao Parque Nacional do Iguaçu para o uso de rios e remédios do mato. O movimento que levou os indígenas a retomarem a área pode também estar relacionada às orientações espirituais e à constante busca da Terra Sem Mal (Yvy Marã'e'ỹ).

Na primeira ocupação, os Guarani foram retirados do PNI mediante acordo de que haveria demarcação de uma terra que resolvesse o problema da falta de terras. Eles saíram em um ônibus acreditando que estavam sendo levados para Guarapuava, onde há uma sede da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). No entanto, foram deixados em uma aldeia em Diamante do Oeste. Houve resistência para o desembarque e chegou a ocorrer confronto com a polícia. Porém, a promessa não foi cumprida até hoje. Depois de oito anos, em 2013, uma nova entrada no Parque Nacional foi realizada, dessa vez com um número menor de famílias.

O PNI é a última área de mata grande que restou na região Oeste do Paraná, considerada ideal para os indígenas exercerem seu modo de vida tradicional. Os grupos das famílias que nas duas vezes entraram no PNI eram originárias da Tekoha Oco'y, em São Miguel do Iguaçu. Os Guarani alegam que as condições limitadas de áreas como Oco'y não permitem a reprodução física e cultural ideal, e não têm condições de receber de volta as famílias dispersadas com a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Carla Conradi (2007) afirma que o processo de ocupação do Oeste do Paraná pela sociedade nacional se desenvolveu a partir da usurpação dos territórios indígenas, uma vez que já ficou comprovado que nesta região existiam comunidades indígenas dotadas de organização social e espacial significativas.

Diante de todo este processo, o território Guarani, no Oeste do Paraná, foi pouco a pouco tomado pela sociedade nacional. E aos Guarani restou a transferência para reservas já demarcadas, ou a resistência em pequenas aldeias que nunca foram reconhecidas pelo Estado nacional como reservas indígenas (CONRADI, 2007, p. 35).

Conradi afirma, ainda, que “com o processo cada vez mais intenso de ocupação da região, os Guarani permaneceram refugiados nos locais disponíveis, porém interagindo com o elemento nacional e trabalhando nas obras. Sendo

possivelmente os trabalhadores paraguaios, os chamados Guarani modernos, índios que interagiam com esta nova forma de sociedade” (CONRADI, 2007, p. 33). Acresce-se a isto o uso de trabalho indígena pelas empresas colonizadoras e madeireiras nas lidas extenuantes no mato e nos portos.

Conforme Tereza Masuzaki (2016), o avanço de uma nova frente colonizadora e a modernização da agricultura provocaram a expulsão dos indígenas, que foram ocupar locais de difícil acesso nas margens do rio Paraná e seus afluentes, ou foram para outras áreas no Paraguai, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de migrarem para outros lugares no interior do Paraná. Ficaram em áreas restritas, insuficientes para sua sobrevivência, vida e (re)produção de sua cultura. Muitos grupos indígenas, que no passado foram forçados a se retirarem de suas terras, recentemente retornaram para lugares próximos da localização do Tekoha.

Apesar de todas as evidências demonstrarem que a presença Guarani na região Oeste do Paraná antecedeu a ocupação da região pelos povos “não índios”, ainda há aqueles que defendem a teoria do “vazio demográfico” e do “colono pioneiro herói”.

Essa presença, muitas vezes, foi ignorada ou omitida pela historiografia, bem como pela documentação oficial para atender a interesses capitalistas, conforme explica Carla Conradi:

A historiografia oficial da região do Oeste do Paraná, referente ao início da colonização deste território, raramente mencionou a presença de sujeitos indígenas por esta área no momento em que ela foi colonizada. Esta ausência relatada nas diversas fontes deste período supostamente colaborou para a noção de que este espaço deveria ser povoado, haja vista a necessidade de introduzi-lo às esferas do progresso capitalista empreendido pela nação (CONRADI, 2007, p. 23).

Segundo a autora, esta existência não é mencionada na historiografia oficial da região, que coloca em destaque apenas a ocupação do colonizador branco nacional. Esta referida ausência ocorre até mesmo na atualidade, pois, apesar de estes sujeitos Guarani terem sofrido um processo de desapropriação territorial e, conseqüentemente, elaborado alguns atos de denúncias que repercutiram pelo

Brasil afora e pelo exterior, a comunidade Guarani permanece, até hoje, parcialmente desconhecida (CONRADI, 2007, p. 17).

Como vimos até aqui, desde o início da colonização, os povos indígenas vêm sofrendo com a perda territorial. Apesar de a presença indígena na região raramente ser mencionada pela historiografia da época, falando de um “vazio demográfico” no Oeste do Paraná, historiadores como Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro (2005) evidenciaram, em seus estudos, a presença Guarani pelo território do Oeste do Paraná antes do início da colonização empreendida pelo Estado, em oposição a um suposto vazio demográfico na região.

José Augusto Colodel, no livro “Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960”⁷ também faz referência à região Oeste como uma região com um “vazio demográfico”:

Por outro lado, tinha-se toda a parte oeste, marcada por um enorme vazio demográfico, e até então abandonada em relação aos interesses nacionais. Caberia, de agora em diante, retomar o processo de ocupação e povoamento de toda aquela faixa de terras que encontrava-se entregue unicamente às investidas dos monopólios estrangeiros (COLODEL, 1988, p. 225).

Em outra passagem da obra, o posicionamento em relação ao despovoamento da região Oeste é novamente abordado pelo autor:

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o Extremo Oeste do Paraná é alvo de uma imensa movimentação demográfica. Os primeiros anos da década de 50 marcam o início da retomada do seu efetivo povoamento. É o período onde se intensifica a marcha de contingentes populacionais provenientes dos estados do Rio Grande do Sul em direção às grandes extensões de terra aqui localizadas, que ainda se encontravam praticamente despovoadas e economicamente inproveitadas. Toda essa imensa região sofrerá os efeitos das ondas migratórias que continuamente aqui se assentarão e provocarão grandes modificações e distúrbios na estrutura fundiária até então estabelecida. A redescoberta da Região Oeste servirá como um elemento redefinidor e fortalecedor de características culturais e econômicas de toda a área atingida por esses novos contingentes migratórios (COLODEL, 1988, p. 256).

⁷ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960*. Santa Helena/Pr, Prefeitura Municipal, 1988.

O autor refere-se aos fluxos migratórios oriundos dos demais estados da região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul. A visão de uma região despovoada, isolada, praticamente abandonada perpetuou os discursos oficiais da época. Estes discursos ignoram as populações tradicionais que residiam nesses locais.

A onda migratória de que fala o autor ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando ficou evidente que alguns setores do país necessitavam ser ampliados. Entre eles, a industrialização, a indústria de base e a criação de uma fronteira agrícola forte. Dentre as consequências deste processo, podemos destacar os litígios ocorridos que envolviam a questão da luta pela terra.

O livro do José Colodel foi viabilizado pela Prefeitura Municipal de Santa Helena e editado com recursos da Itaipu Binacional. O prefeito da época, Julio Morandi, na apresentação, referiu-se à obra como: “Mais do que um simples livro, esta pesquisa é também uma homenagem a todos os pioneiros que, com o suor do seu trabalho, desbravaram e deram forma ao lugar em que hoje vivemos” (COLODEL, 1988, p. 15).

A obra, de 1988, escrita por José Colodel foi destinada ao uso em sala de aula, no ensino de história local nas séries iniciais do nível fundamental. Foi publicada após as grandes transformações socioeconômicas e populacionais ocorridas no município e procura enaltecer a figura do colono como “pioneiro”, “desbravador”, aquele que, com seu trabalho e persistência, desenvolveu o município e a região. Para os demais trabalhadores, foram utilizados outros conceitos, como estrangeiros, “paraguaios”, que não teriam direito sobre as terras do Oeste paranaense, como podemos observar na imagem abaixo. Na descrição da fotografia, o autor fala do sistema de obrages, principal atividade econômica na região de Santa Helena, bem como em todo o Oeste do Paraná, cuja mão de obra utilizada seria de origem paraguaia. Esta mão de obra teria predominado maciçamente na região até a introdução do processo de mecanização da agricultura, a partir da década de 1970.



Linha Dois Irmãos, em 1962. Festa de agregados paraguaios na propriedade de Antônio Thomé.
Imagem 1: Adultos e crianças Guarani.
Fonte: COLODEL, 1988. p. 90.

É possível notar no detalhe da imagem que algumas pessoas trazem o maracá na mão. Sabe-se que o maracá, assim chamado em tupi-guarani, é um instrumento musical muito difundido entre as tribos indígenas no Brasil. Trata-se de um chocalho feito por uma cabaça e preenchido por pedrinhas ou sementes.

Desta forma, podemos considerar tratar-se de mais uma evidência da presença Guarani no município de Santa Helena antes da formação do reservatório e, conseqüentemente, o alagamento das terras por eles ocupadas.

Em sua obra, José Colodel fez referência aos Guarani apenas no primeiro capítulo, quando tratou do processo de colonização ocorrido no século XVI com a chegada de portugueses e espanhóis à região. Nos demais capítulos, a presença deles não foi mais mencionada. Vale destacar o que refletiu Carla Conradi a esse respeito:

Se atentarmos para o fato da presença indígena em alguns períodos e de sua ausência em outros, percebe-se que a inexistência de índios na região foi fruto de uma construção discursiva. Os Guarani são retirados da história como por passe de mágica, uma vez que a sua inexistência, ou a construção da inexistência, era apropriada e significativa a colonização modelo que se pretendia para o Oeste do Paraná (CONRADI, 2007, p. 35).

Por meio da leitura da obra de José Colodel, é possível perceber a tentativa de apresentar uma história pautada em relações harmônicas, não sendo abordadas as tensões sociais causadas pelas transformações que estavam ocorrendo na região.

Outro exemplo de que em Santa Helena prevalece uma memória hegemônica nacional colonizadora é o Painel inaugurado nas festividades de emancipação de Santa Helena em 1999, por ocasião do aniversário de 32 anos. Disposto na Praça Orlando Weber, no centro da cidade, foi produzido pelo artista Adoaldo Lenzi Júnior, utilizando a técnica de pintura em cerâmica. A pintura retrata elementos como as matas nativas, a navegação a vapor no Rio Paraná e a exploração da madeira, um pescador e toras de madeira sendo transportadas.



Imagem 2 - Painel Histórico de Santa Helena.
Fotografia tirada por Fabrício Zimmermann, em 20/07/2022.

Analisando a forma como tais imagens foram dispostas no painel de 90 metros quadrados, é possível perceber que a imagem do pescador e das toras é muito desproporcional às demais figuras, podendo ser interpretado como atividades que tiveram maior importância no desenvolvimento do município. O rio Paraná aparece como que o elemento fundamental para o desenvolvimento das diversas atividades representadas no painel.

Assim como na obra de José Colodel, mencionada anteriormente, não são observadas referências à presença dos povos Guarani no município de Santa

Helena. Entende-se que o artista, ao criar a obra do painel, procurou representar todos os elementos presentes na história oficial e oficializada deste município.

1.2– A presença indígena no município de Santa Helena

Santa Helena é um município localizado na região Oeste do Paraná, às margens do rio Paraná, atual lago de Itaipu, que teve sua colonização baseada na exploração de madeira e de erva-mate, em que, segundo a história oficial do município, era utilizada a mão de obra de trabalhadores argentinos e paraguaios através do sistema de obrages⁸. Segundo dados do IBGE, em 2021, Santa Helena contava com uma população de 27.036 habitantes.

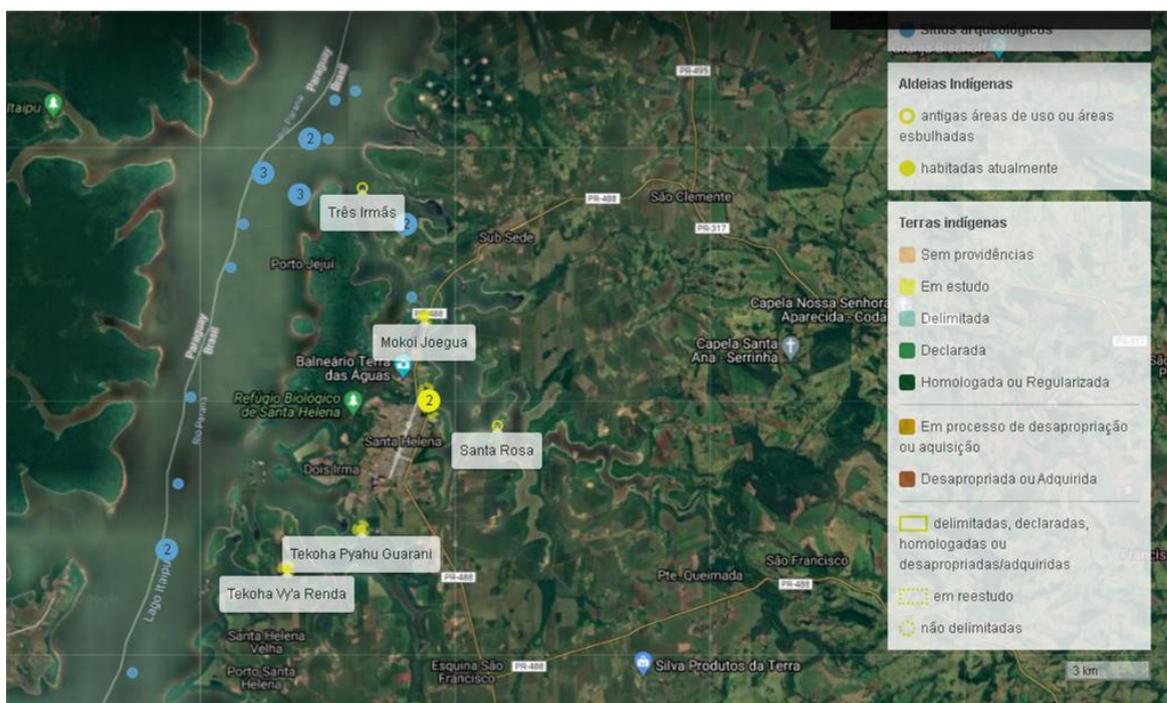
A versão oficial da história, que traz os pioneiros como heróis e desbravadores da região, despreza ou omite a presença e participação do povo Guarani no processo de ocupação. Surgiram, então, discursos que questionam a identidade Guarani. Estes discursos ainda hoje estão presentes no senso comum, resultando em diversas formas de preconceito e racismo.

No estudo já mencionado no item anterior, Paulo Porto afirma que no início do século XX havia 31 ocupações indígenas Guarani no Estado do Paraná que foram sistematicamente desterrados enquanto política oficial dos governos brasileiros. Dois destes aldeamentos localizavam-se em Santa Helena e foram sistematicamente desterrados pela política nacional, para promover a colonização e exploração dos recursos existentes na região, utilizando o discurso de defender as fronteiras nacionais e promover o desenvolvimento da região.

Em Santa Helena, existem, hoje, cinco ocupações indígenas, todas elas localizadas em terras do governo do estado e da Itaipu Binacional. O Tekoha Vy'a Renda, localizado em Santa Helena Velha, é a mais antiga, tendo ocorrida a retomada no ano de 2008. Das ocupações do município, é a que possui melhor estrutura, ainda que esteja longe do ideal. Todas as ocupações se encontram em situação irregular e apenas Tekoha Vy'a Renda encontra-se em processo de estudo para demarcação.

⁸ Informações colhidas no site oficial do Município de Santa Helena: [História de Santa Helena / PR | Portal da Cidade. https://santahelena.portaldacidade.com](https://santahelena.portaldacidade.com).

No mapa abaixo, podem ser identificadas as antigas áreas de ocupação dos povos Guarani em Santa Helena, áreas esbulhadas e as áreas habitadas por eles na atualidade, bem como os sítios arqueológicos submersos pela formação do reservatório de Itaipu.



Disponível em: <https://guarani.map.as/>

Mapa 1: Mapa Guarani Digital.

Por se tratar de um assunto bastante complexo e polêmico, neste estudo cabe apenas o Tekoha Vy'a Renda, localizado em Santa Helena Velha, a ser abordado. Alguns motivos nos levaram a fazer esta opção. Dentre eles, por se tratar da primeira reocupação no município de Santa Helena. Outro fator que também pesou bastante foi o contato que tive com vários indígenas da comunidade em 2018, quando ministrava aulas na Ação Pedagógica Descentralizada (APED), de Vila Celeste.

Várias visitas foram realizadas à comunidade com o objetivo de manter os primeiros contatos, ganhar a confiança e conhecê-los. Foram realizadas várias entrevistas, sendo a primeira delas com o cacique Cornélio Alves.

Cornélio é filho de Pedro Alves, um dos Alves incluídos no documentário “Três Alves”, produzido pela L'avant Filmes. O filme foi lançado em março de 2021 e conta a história de três irmãos indígenas da etnia Avá-Guarani – João, Pedro e

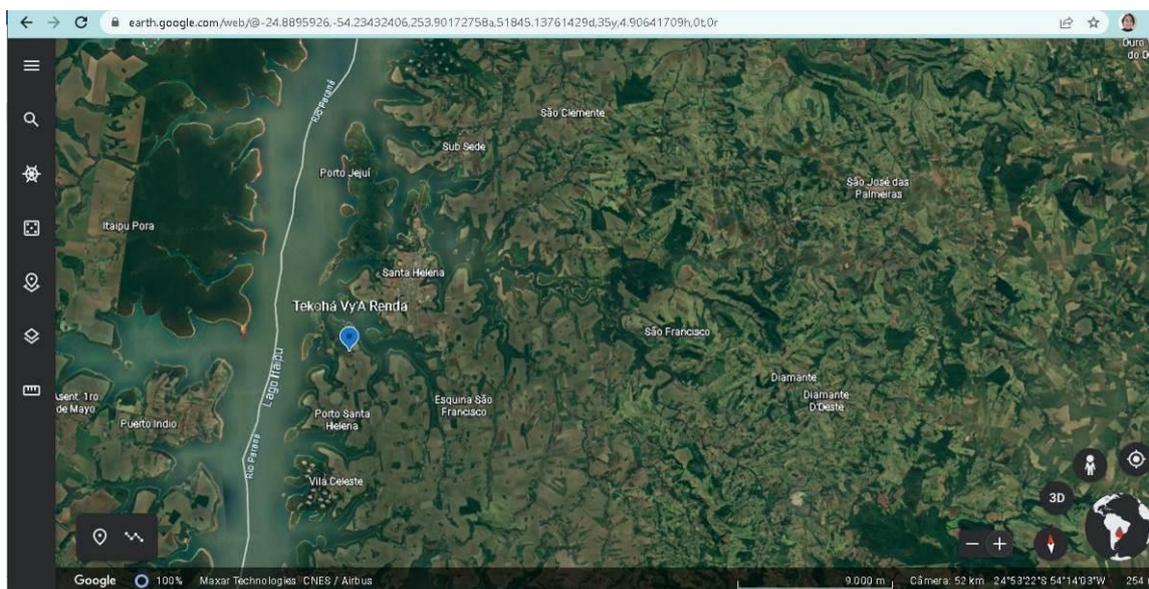
Teodoro, que lideraram a retomada de terras perdidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

No filme, é possível perceber que o processo de deslocamento dos Avá-Guarani está ligado à religiosidade na busca da chamada “Terra Sem Mal”. No entanto, no Oeste do Paraná, essa migração tornou-se também uma questão de sobrevivência, principalmente depois da formação do reservatório da Itaipu que ocupou (afogou) grande parte das terras anteriormente ocupadas pelos povos Guarani.

Os irmãos Alves viviam no Tekoha Ocoy Jacutinga, uma das comunidades atingidas pela formação do lago da Itaipu. Após o alagamento das terras ocupadas por eles, migraram e se separaram, e cada um deles formou um novo Tekoha em regiões diferentes do Paraná.

A produção do documentário foi baseada nos estudos da antropóloga Malu Brant e do indigenista Paulo Porto Borges. Em seus estudos, Brant afirma que “existiam 32 aldeias no Paraná antes do período de Itaipu, sendo que ao menos nove delas desapareceram entre 1940 e 1982, período entre a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) e o alagamento para formação do lago (1982)”⁹.

⁹ CARIGNANO, Júlio. Documentário “Três Alves” foi lançado no dia 19 de março. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2021/03/22/documentario-tres-alves-foi-lancado-no-dia-19-de-marco>>.



Mapa 3 – Localização do Tekoha Vy'a Renda em Santa Helena Velha.

Fonte: Google Earth.

Contudo, na época prevaleceu a versão oficial dos “índios inexistentes” na região. Foram averiguadas pela Comissão Nacional da Verdade várias irregularidades e fraudes cometidas contra os Guarani que habitavam as margens do rio Paraná: “As ilegalidades e fraudes cometidas por Itaipu contra os Guarani que habitavam o território que hoje forma os municípios da região Oeste do Paraná, ainda hoje é pouco conhecido e muitas vezes acaba prevalecendo a versão da generosidade de Itaipu” (Relatório da CNV, volume II, 2014, p. 220).

1.3– Ações de Itaipu para viabilizar a construção da Usina

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu fez parte de um contexto nacional, durante a Ditadura, de um período em que a afirmação das fronteiras nacionais estava em pauta. Um período de afirmação do regime em vigor, que priorizava a construção de grandes obras para demonstrar sua grandiosidade, mostrar à sociedade o período de prosperidade que o país vivia.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, maior hidrelétrica do mundo em termos da capacidade de produção de energia elétrica, é um projeto Binacional localizado no Rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai. A obra da barragem foi construída pelos dois países entre 1975 e 1982. Entrou em operação em 1984, mas sua

construção começou a ser pensada ainda na década de 1960. Em 1966, foi assinada a "Ata do Iguaçu", uma declaração conjunta de interesse mútuo para estudar o aproveitamento dos recursos hídricos dos dois países.

Conforme Guiomar Germani,

Todo o projeto da maior usina hidrelétrica do mundo foi estudado, montado, negociado e sacramentado, sigilosamente, sem levar em conta os interesses de uma população diretamente implicada – sem levar em conta o projeto de vida da população que habita a tal área delimitada (GERMANI, 2003, p. 47).

Sobre os conflitos gerados com a construção de Itaipu, Guiomar Germani fez um excelente trabalho intitulado “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu”¹⁰, no qual ela analisou as estratégias da Itaipu Binacional para fazer a “limpeza da área”. Relatou, também, como se estabeleceu a resistência organizada dos trabalhadores rurais. Este movimento organizado gerou a constituição do Movimento Justiça e Terra e do MASTRO.

A construção de uma usina hidrelétrica implica na construção de um reservatório, o que ocasiona uma reestruturação espacial, trazendo como consequência inevitável, entre outras, a obrigatoriedade da remoção da população que habita a área a ser inundada (GERMANI, 2003, p. 13).

Segundo a autora, na hora da desapropriação, a Itaipu estabeleceu que tinha duas categorias básicas de forma de propriedade: os proprietários e os posseiros, sendo que dentro destas duas indicações existiam diferentes situações e classificações da terra de cada estabelecimento. No caso de a propriedade ter escritura de compra e venda, existiram casos em que as escrituras eram “sobrepostas”, o que significava que mais de uma pessoa possuía Escritura Pública de Compra e Venda registrada em Cartório, assim sendo indenizada somente aquela que provasse judicialmente a posse da propriedade.

¹⁰ A autora era estudante de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à época do acampamento em Santa Helena, quando montou uma tenda e registrou todos os participantes. A partir dos seus registros e observações, escreveu sua dissertação de mestrado intitulada “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu”, em 2003.

É condição para o funcionamento da usina a construção de um reservatório. Por sua vez, é condição para a construção do reservatório que a área esteja “limpa”, isto é, desocupada; que toda a terra a ser “afogada” esteja sob o domínio jurídico da Itaipu Binacional (GERMANI, 2003 p. 46).

Para que a área estivesse “limpa”, “desocupada”, era necessário utilizar algumas estratégias e tomar algumas medidas em relação aos povos que a habitavam no perímetro do alagamento. Com relação aos indígenas, uma das estratégias utilizadas foi a própria “invisibilização” deles, omissão e mesmo negação da sua existência. Para fazer a remoção dos indígenas, esbarrava-se na questão legal.

Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, serão bens inalienáveis da União (Art. 22, ESTATUTO DO ÍNDIO, 1973).¹¹

No entanto, o Estatuto do Índio, de 1973, estabelecia uma clara distinção entre a população indígena e o restante da nação brasileira.

O Estatuto instituía, ainda, que “somente caberá a remoção de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas”. Fica evidente, também, a intenção de “integrá-los à comunidade nacional”.

Os povos Guarani do Oeste do Paraná foram vítimas de uma tentativa de apagar a memória e os vestígios da sua existência concreta e efetiva, ocorrido devido à formação do Reservatório da Usina de Itaipu que inundou grande parte da área ocupada por eles, mas também foi resultado de uma tentativa de desqualificar esse grupo através de questionamentos sobre sua identidade. Negando a sua identidade,

11 O "Estatuto do Índio" é a Lei nº 6.001, que foi promulgada em 1973, dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os índios. Este Estatuto seguiu o que havia estabelecido o Código Civil brasileiro de 1916. Tinha como propósito preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

nega-se também o seu direito à terra enquanto povos originários, haja vista que, assim, as pessoas que se diziam índios não seriam reconhecidas como tal.

Segundo Gustavo Alcântara (2019), para colocar em prática a construção da usina de Itaipu, comunidades indígenas localizadas na região, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, foram completamente ignoradas, e as famílias indígenas que viviam na região foram tratadas como posseiros e invasores, sendo das terras expulsas sem nenhum ressarcimento ou outra forma de indenização. A Itaipu destruiu, além de moradias e espaços produtivos, as relações simbólicas, redes de parentesco, a permanência na terra e a própria base dos modos de vida (humana e sagrada) e de significação dos Guarani ao avançar sobre seus lugares históricos e sagrados.

Parte dos erros, omissões e postura hierarquizada em relação aos Guarani, sabe-se hoje, foram conscientes e propositais, e se deram – no tempo da construção da usina – em razão dos rearranjos fundiários necessários à sua construção e à desobstrução do Parque Nacional do Iguaçu, que fizeram com que, naquele momento, nem sequer houvesse disponibilidade de locais para assentamento coletivo das poucas famílias Guarani que estavam presentes na antiga comunidade do Ocoy no tempo das parcas vistorias ali feitas. Assim, como não havia como negar a existência fática dos Guarani no Ocoy, pois ali houve resistência e apoio externo, negou-se à maioria delas a condição de indígenas autênticos, mediante critérios fraudulentos, que permitiram o reassentamento de apenas poucas famílias, mas em condições, como visto, no mínimo duvidosas (ALCÂNTARA, 2019, p. 129).

Nas palavras de Jacob Blanc, “os Avá-Guarani tiveram de enfrentar não apenas a inundação de Itaipu, mas também a ameaça adicional de políticas governamentais destinadas a assimilar grupos indígenas à sociedade em geral. Somente os classificados como ‘índios’ pela lei tinham acesso ao território indígena protegido nacionalmente, e o rótulo de ‘não-índio’ tornava uma pessoa invisível aos olhos da lei e removia todos os direitos à terra” (BLANC, 2021, p. 33).

Mas não foram somente os Guarani que sofreram as consequências da implementação do megaprojeto da Itaipu Binacional. A empresa binacional expropriou, também, colonos e posseiros de uma extensa faixa de terras férteis localizada às margens do rio Paraná.

A inundação deslocou mais de quarenta mil pessoas, a maioria agricultoras com terra (os que tinham título oficial de propriedade),

camponeses sem terra e índios Avá-Guarani. Para estes três grupos-chave, a luta em Itaipu funcionou como um protesto contra a ditadura e um grande desafio ao status marginalizado do Brasil rural (BLANC, 2021, p. 23).

Observando a tabela abaixo, podemos ter uma noção da dimensão da área afetada nos oito municípios do Paraná que foram atingidos com o represamento do rio Paraná.

Tabela 1 – Área dos municípios afetados pela construção da Usina de Itaipu no Brasil

| Municípios | Área Total (ha) | Área Comprometida (ha) | % - ha |
|----------------------|-----------------|------------------------|--------|
| Guaíra | 53.666 | 5.530 | 10,30 |
| Terra Roxa | 82.925 | 183 | 0,22 |
| Mal. C. Rondon | 141.010 | 25.075 | 17,78 |
| Santa Helena | 81.916 | 25.992 | 31,73 |
| Matelândia | 108.697 | 492 | 0,45 |
| Medianeira | 122.772 | 4.237 | 3,45 |
| São Miguel do Iguaçu | 122.188 | 26.253 | 21,49 |
| Foz do Iguaçu | 88.046 | 23.570 | 26,77 |
| Total | 801.220 | 111.332 | 13,90 |

Fonte: Adaptado de Germani, 2003, p. 52

Nesta outra tabela, sobre a população dos municípios atingidos, pode-se observar a distribuição da população atingida por município, também no lado brasileiro. Em 1975, 42.444 pessoas habitavam a área comprometida com a formação do reservatório de Itaipu, entre eles os indígenas Guarani.

Tabela 2 – População dos municípios atingidos e população total da área 1975 no Brasil

| Municípios | Área Total (ha) | População total da Área Comprometida | % |
|----------------------|-----------------|--------------------------------------|-------|
| Guaíra | 47.482 | 3.659 | 7,71 |
| Terra Roxa | 55.268 | 146 | 0,26 |
| Mal. C. Rondon | 63.458 | 10.600 | 16,70 |
| Santa Helena | 38.831 | 12.181 | 31,37 |
| Matelândia | 35.473 | 70 | 0,20 |
| Medianeira | 45.216 | 1.540 | 3,41 |
| São Miguel do Iguaçu | 36.436 | 8.639 | 23,71 |
| Foz do Iguaçu | 49.538 | 5.609 | 11,32 |
| Total | 371.702 | 42.444 | 11,42 |

Fonte: Adaptado de Germani, 2003, p. 54

Quanto ao número exato de famílias Guarani que havia na época, há um impasse. Após comprovada a existência de famílias indígenas na região a ser atingida pela formação do reservatório, a FUNAI enviou o funcionário Célio Horst para realizar um laudo antropológico. Na verificação, foi utilizada uma metodologia inadequada com o objetivo de verificar a “indianidade” dos Guarani. Célio Horst realizou o trabalho de campo em apenas um dia, sem informar os Guarani sobre o levantamento antropológico a ser feito e sem retornar em outro momento para contatar os que não se encontravam no local naquela ocasião, considerando que os Guarani são povos itinerantes.

Os testes de verificação de “indianidade” consistiam numa combinação de questionário e avaliação física para determinar quem era “índio legítimo”. Ao final dos testes, apenas quatro famílias que pertenciam ao aldeamento do Ocoí tiveram sua etnicidade confirmada como “verdadeiramente índios”. O laudo aconselhava a transferências das famílias identificadas como indígenas para o Posto Indígena de Rio das Cobras, ocupado por uma maioria de índios Kaingang.

Para contrapor o laudo de Horst, tido como relatório oficial do governo, o CIMI solicitou à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) um novo estudo, no qual foi relatado um total de 23 famílias Avá-Guarani.

Segundo Jacob Blanc (2021), Edgard Carvalho, antropólogo enviado pela ABA, descobriu que “embora apenas nove famílias vivessem na época em Barra do Ocoí, quatorze outras também pertenciam à comunidade: junto com as três famílias que ficaram no Rio das Cobras após a transferência inicial de 1979, outras duas moravam na região de Santa Teresinha e mais nove no lado paraguaio do Rio Paraná” (BLANC, 2021, p 185).

Conforme Sarah Ribeiro, “os Guarani do Oeste do Paraná têm sua existência reconhecida somente depois de contatados pelo subgrupo em 1977. Desde então, são metamorfoseados em índios brasileiros, tornando-se tutelados do órgão indigenista oficial. É interessante mencionar que, neste período, grande parte do povo Guarani se encontra disperso, uma vez que vem sofrendo formas diversas de coerção por parte de segmentos da sociedade nacional” (RIBEIRO, 2002, p. 210).

A autora defende que o afastamento dos Guarani da região em questão devido aos abusos e à brutalidade empregada contra eles e a falta de preparo dos agentes do subgrupo que conduziu a elaboração do relatório foram fatores decisivos

para a conclusão a que se chegou, afirmando que, em 1977, faziam-se presentes no Oeste do Paraná apenas onze famílias (RIBEIRO, 2002, p. 210).

Não restam dúvidas da existência de famílias indígenas na região atingida pela formação do reservatório. Independentemente do número de indivíduos ou famílias, o fato é que os direitos legais e o Estatuto do Índio de 1973 não foram respeitados.

Toda a região sofreu o impacto da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas, sem dúvida, aqueles atingidos que não tinham documentos da propriedade foram os mais prejudicados, como é o caso dos posseiros, grileiros e indígenas. Vejamos o que Guiomar Germani escreveu a respeito daqueles que não possuíam a propriedade documentada:

Diferente daqueles que possuem a propriedade da terra documentada, aparecem os posseiros, que por sua vez também enfrentam situações específicas. Os posseiros são em geral pessoas que “abriram” a terra, desmatando-a e destocando-a juntamente com suas famílias, ou seja, estão sobre a terra há mais de 10 anos, período que lhes daria direito à terra pelas leis brasileiras (usucapião). E aqueles que vieram mais tarde e compraram as terras dos posseiros que abriram (GERMANI, 2003, p. 58-59).

A autora destaca que, para receber indenização, os proprietários tinham que comprovar a propriedade sobre as terras. Assim, no caso de divergência sobre a Escritura Pública de Compra e Venda, recebeu quem conseguiu comprovar judicialmente. E no caso dos posseiros, estes não recebiam nada pelas terras, recebiam somente o valor das benfeitorias e dos benefícios realizados na terra, como derrubada, destocamento, preparo para uso de máquinas e etc. (GERMANI, 2003, p. 58-59).

Esta situação gerou muitos impasses e conflitos entre as partes envolvidas: Itaipu, proprietários, posseiros, grileiros e indígenas, pois não era apenas o valor financeiro da terra que estava em jogo. Havia, também, o valor sentimental e os vínculos estabelecidos, e tudo isso seria coberto de forma permanente pelas águas.

1.4 – Santa Helena antes de Itaipu

Assim como em todo o Oeste do Paraná, a presença Avá-Guarani em Santa Helena pode ser evidenciada por fontes de época produzidas pelos espanhóis e portugueses, desde o início do processo colonial. Sua presença contemporânea nestas paragens, muitas vezes, foi ignorada ou omitida, para viabilizar projeto grandioso como foi o caso da Itaipu, mas que veio à tona através de denúncias e investigações de historiadores e órgãos indigenistas competentes.

Como vimos anteriormente, o território dos povos Guarani na região Oeste do Paraná foi extremamente afetado por vários eventos que ocorreram na região. Dentre eles, estão a criação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, no ano de 1892, a instalação das empresas extrativistas e colonizadoras, a criação do Parque Nacional do Iguaçu e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1982. Todos estes acontecimentos afetaram de forma significativa a presença indígena na região Oeste do Paraná.

É mister destacar que estes processos de desterritorialização, talvez até mais graves no sentido da perda territorial do que aquela provocada por Itaipu, não serão aprofundadas neste trabalho. Nosso estudo consiste em discutir a perda territorial ocorrida no Oeste paranaense ocasionada pela construção da barragem de Itaipu.

Conforme dados do IBGE, exceto Foz do Iguaçu e Guaíra, os municípios atingidos pela construção da barragem de Itaipu sofreram decréscimo populacional entre os anos 1980 e 1990. Santa Helena foi, também, o município que teve a maior perda territorial com a formação do lago de Itaipu. A área comprometida foi próxima a um terço do total, representando 31,73%.

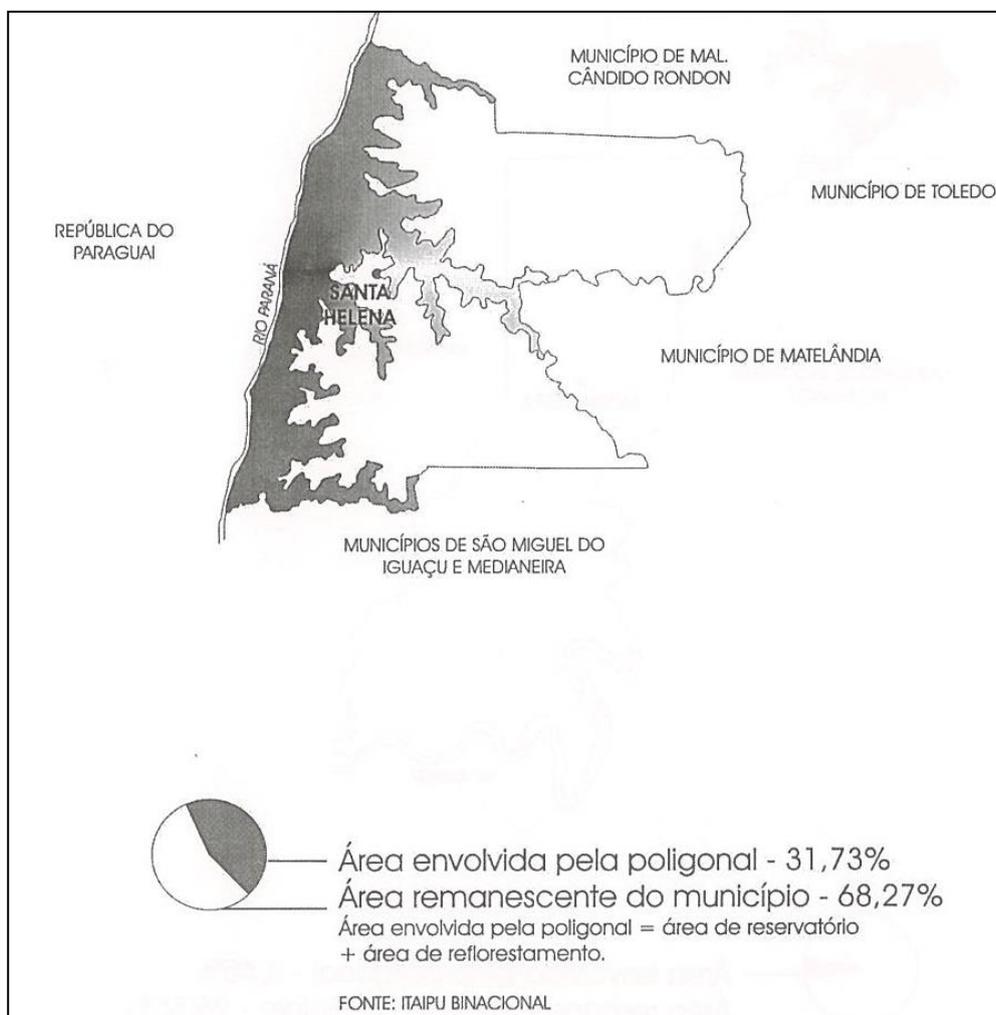
Santa Helena foi, também, um dos municípios que teve as maiores perdas no quesito população. Passou de 34.884 habitantes, em 1980, para 18.861 no Censo de 1991, apontando uma perda de 16.023 pessoas, correspondendo por 45,93% de sua população¹².

Observando o mapa que segue, podemos ter maior clareza da extensão da perda de território que o município de Santa Helena teve. Muitas famílias se

¹² Fonte: IBGE – Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

deslocaram para outras regiões do país e até mesmo para o Paraguai. Comunidades indígenas inteiras foram desterradas com a formação do reservatório de Itaipu.

Área comprometida do Município de Santa Helena



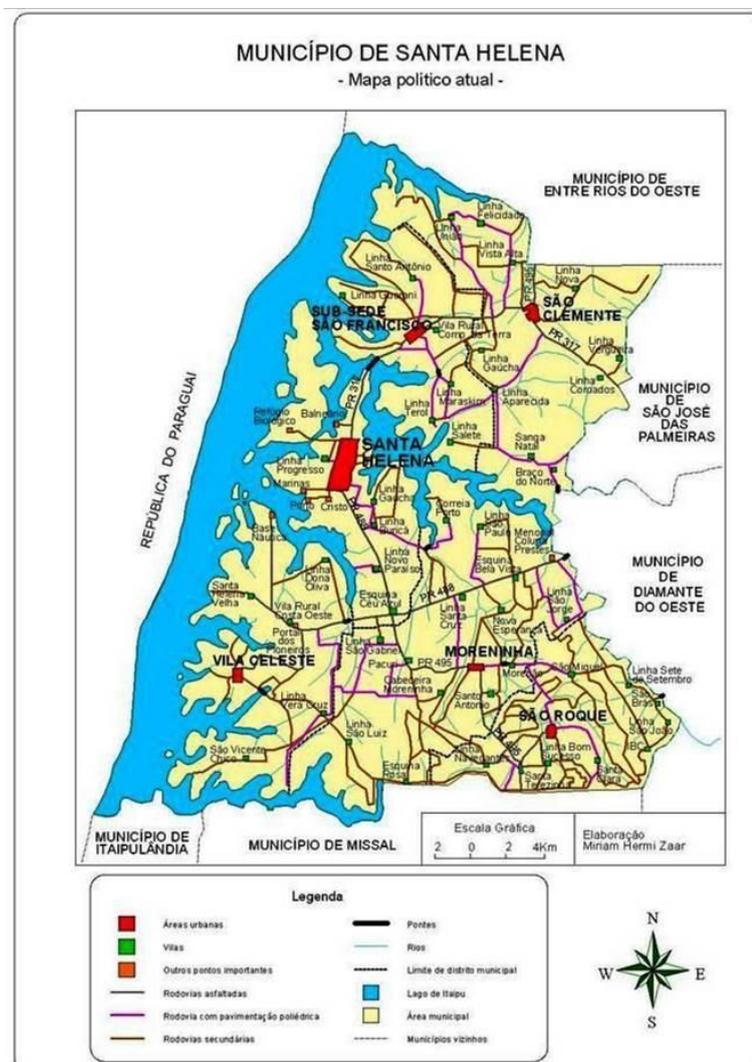
Fonte: Germani, 2003, p. 189.¹³

Mapa 4: Área comprometida do Município de Santa Helena.

É importante destacar que além da formação do lago de Itaipu naquele período, outros fatores também contribuíram de forma decisiva para esta redução da população e do território do município de Santa Helena. A emancipação política de São José das Palmeiras, em 1980, através da Lei Estadual nº 875, é um destes

¹³ O território do município de Santa Helena, hoje, tem outra configuração devido à emancipação política de São José das Palmeiras, que ocorreu em 1980, através da Lei Estadual nº 875.

fatores. No mapa político do município de Santa Helena, que segue abaixo, é possível observar essa redução.



Mapa 5: Município de Santa Helena – Situação atual.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena.

São José das Palmeiras foi elevado à categoria de distrito de Santa Helena em 1979 e, no ano seguinte, foi emancipado. Desta forma, Santa Helena teve uma redução de área e de população no território, que permaneceu como município mãe.

Outro fator implicado nesse processo foi a modernização da agricultura pela qual toda a região Oeste do Paraná estava passando. Assim, muitas famílias deixaram a região indo em busca de trabalho em outros estados.

Os depoimentos e as falas Guarani apontam para dezenas de aldeias que paulatinamente deixaram de existir no Paraná por uma ação intencional e metódica do Estado brasileiro; são aldeias que se tornaram invisíveis para a história oficial que insiste em afirmar que “estes Guarani vieram do Paraguai” (BORGES, 2011, p. 12).

Alguns desses aldeamentos de que fala o autor localizavam-se no município de Santa Helena e, com a formação do lago de Itaipu, deixaram de existir. Esses Guarani foram forçados a se retirar quando da formação do lago de Itaipu. Mas, há poucas informações sobre essa existência nos registros oficiais. Grande parte dos trabalhos a respeito são escritos a partir do que ficou registrado na memória dos que viveram naquela época.

Os Guarani que foram desterritorializados naquela época recentemente começaram a retornar. Porém, os locais onde viviam as comunidades, em sua quase totalidade, encontram-se submersos, obrigando-os a encontrarem outros locais para se fixarem e procurar dar continuidade ao “modo de ser” Guarani.

Cabe destacar que já se passaram mais de 40 anos do desterro e deslocamento dos Guarani. Os mais velhos daquela época já se foram, as crianças se tornaram adultos e outros tantos nasceram desde então. Mas é possível perceber através das falas que os antigos Tekoha permanecem vivos no imaginário daqueles que continuam a lutar para conseguir um território onde possam levar uma vida digna e manter vivas a tradição e a cultura Guarani.

No entanto, cabe lembrar que a construção de Itaipu e, conseqüentemente, a formação de seu reservatório, está inserida num contexto histórico. O processo de desterritorialização dos povos Guarani na região Oeste do Paraná teve início muito antes de tal projeto ser colocado em prática. Conforme vimos anteriormente, os indígenas foram expropriados das áreas de ocupação ancestral de diversas formas ao longo do século passado, para a criação do Parque Nacional do Iguaçu, nos projetos de colonização do Governo do Estado do Paraná, na construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional, entre outros.

Outro fator que contribuiu de forma decisiva para este processo de expropriação em curso, e que foi anterior à implementação do projeto de Itaipu, foi a titulação irregular e sobreposta de terras na região Oeste do Paraná. Muitas áreas com titulação irregular eram áreas de ocupação Guarani, conforme citação a seguir:

A situação desses títulos – sobrepostos e irregulares – se agravou de tal maneira que o governo seguinte, de Ney Braga (1961-1965), buscou resolver parte deles promovendo o cancelamento de alguns e o aforamento de outros imóveis. De acordo com os dados produzidos pelo GT FUNAI, Portarias n. 139/2018 e n. 402/2018, somente no Município de Santa Helena havia cerca de 60 títulos com essas características, a maioria deles sobre áreas de ocupação indígena da parcialidade estendida do Ocoy-Jacutinga e que hoje estão reocupadas por, pelo menos, três grupos: 1) o Tekoha Yvy`a Renda; 2) o Tekoha Mokoy Joeguá, no Refúgio Biológico (2017); e 3) o Tekoha Pyahu (2018) (ALCANTARA, 2019, p. 46).

A respeito dos títulos sobrepostos no município de Santa Helena, sua ocorrência pode ser comprovada pelo Relatório do Departamento de Geografia Terras e Colonização, de 1966, em que consta:

Dentro dessa área, como se vê, existe a colonização denominada Rio Quarto, de iniciativa do Estado, e a Colônia Santa Helena e Sol de Maio, promovida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

O Serviço do Patrimônio da União espediu protocolos de aforamento, tumultuando ainda mais a região, já suficientemente intranquilizada pela insegurança advinda do litígio que se desenvolve no Judiciário, em que são partes o Estado do Paraná, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a CIA. de Colonização Espéria e, agora, a União, com a interferência havida por parte da Procuradoria da República no Estado (RELATÓRIO DGTC, 1966, p. 43).

Ainda em relação à sobreposição de títulos em áreas de ocupação tradicional dos Guarani, um fato importante aconteceu em 1971, quando a FUNAI foi alertada sobre a existência de um agrupamento indígena na região de Santa Teresinha, na Colônia Guarani. A região estava em processo de desapropriação ilegal promovida pelo INCRA.

Mas, somente cinco anos após a ocupação pelo INCRA e expulsão dos Guarani, em 1976, a FUNAI faz diligência na área, a partir de informação do INCRA referente à expedição de títulos em favor de 55 ocupantes não índios sobre o território de Colônia Guarani. O funcionário designado pela FUNAI confirmou a existência recente de grupo indígena no local e, também, sua expulsão, atestando a intrusão da área. Porém, o funcionário não procurou os índios na região, apenas sugeriu que, se encontrados, fossem colocados no Parque Nacional do Iguaçu (SOUZA FILHO, 2016, p 238).

Edgard de Assis Carvalho, antropólogo designado pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), quando tratou dos casos de abuso, expulsão e maus tratos cometidos contra os indígenas do Oco'y, finaliza seu parecer da seguinte forma:

Urge que o Estado cumpra com suas funções, nos estreitos limites da lei 6.001/73, destinando à comunidade indígena, de acordo com o artigo 20, parágrafo 3, "área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas". Que se respeite a história cultural de cada grupo indígena, que se imprima significado positivo à auto-identificação étnica, esses serão os requisitos mínimos, senão indispensáveis, para que as culturas indígenas em seu conjunto possam exercer sua diversidade no corpo da Nação brasileira (CARVALHO, 1981, p. 10).

A construção de Itaipu e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, associada à modernização da agricultura na região, intensificou um processo de desterritorialização já em andamento. Mas, a implementação de tal empreendimento, além de intensificar, tornou o processo definitivo, pois, com a formação do lago, muitos territórios antes ocupados pelos Guarani ficaram submersos definitivamente.

Segundo Sarah Ribeiro, "o Guarani contemporâneo demonstra uma capacidade admirável na reconstrução de espaços dotados de peculiaridades análogas aos Tekoha tradicionais". Conclui, também, que:

O Oeste paranaense, desde tempos imemoriais, é terra de Guarani, ainda que a inexorabilidade do avanço da sociedade nacional esteja constantemente sujeitando-os às criações e recriações da sua espacialidade e do próprio território. Assim, este povo é hábil em interagir com as vicissitudes impostas pelos interlocutores que se sucedem, autoalterando-se, mas sem deixar de se autoidentificar como Guarani" (RIBEIRO, 2005, p. 3).

A autora defende que a sociedade Guarani é dotada de uma temporalidade ou historicidade própria, o que pressupõe transformação. Autoalterar-se não significa deixar de se autoidentificar como Guarani. Coloca, ainda, que a autoalteração resulta das relações sócio-históricas internas ao mundo instituído por um grupo.

Apesar de ter diversos trabalhos publicados, entidades envolvidas, apoiadores da questão indígena, como, por exemplo, a demarcação de terras, ainda

são vozes pouco ouvidas. Há muito ainda a ser feito, muitas questões a serem discutidas. Uma delas refere-se ao Marco Temporal, que teve seu julgamento suspenso em 2021, com o pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes. Em caso de aprovação, as terras hoje ocupadas e reivindicadas pelos Guarani, seriam inviabilizadas, pois a tese do Marco Temporal estabelece que as populações indígenas só podem reivindicar terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição atual, ou seja, em 5 de outubro de 1988. No entanto, os Guarani foram retirados de suas terras entre 1975 e 1982, período da construção de Itaipu. Em 1988, ano em que a Constituição foi aprovada, já não ocupavam o território que hoje reivindicam.

2 – OCUPAÇÃO OU REOCUPAÇÃO DE TERRAS

*Singular e assombroso o destino de um povo como os Guarani!
Marginalizados e periféricos, nos obrigam a pensar sem fronteiras
Tidos como parcialidades, desafiam a totalidade do sistema.
Reduzidos, reclamam cada dia espaços de liberdade sem limites
Pequenos, exigem ser pensados com grandeza.
São aqueles primitivos cujo centro de gravitação já está no futuro.
Minorias, que estão presentes na maior parte do mundo.*

(Bartomeu Melià)

No primeiro capítulo, vimos que historicamente a região que compreende a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina sempre foi ocupada pelo povo Guarani. Os Guarani estiveram presentes na região através de uma intensa mobilidade social em função das redes de parentesco.

Vimos, também, que sua presença na região foi colocada em xeque através de vários eventos e processos de mudanças, fundamentalmente, provindas do seu mundo externo. No entanto, o último movimento de um processo de desterritorialização indígena foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, um processo violento e permanente, que interferiu na paisagem e nos recursos naturais que garantiam a sobrevivência física e cultural do povo Guarani.

Atualmente os Guarani da região Oeste do Paraná encontram-se distribuídos em diversos Tekoha – quatorze localizados em Guaíra e Terra Roxa; cinco em Santa Helena; dois em Itaipulândia; um em São Miguel do Iguazu; e dois em Diamante D'Oeste.

Trataremos, agora, sobre o retorno ou retomada da luta por terra pelos povos indígenas após o alagamento de Itaipu.

Os Guarani, que no passado foram forçados a se deslocar para outras regiões, recentemente iniciaram o processo de retomada das terras onde se localizava seu antigo Tekoha. No entanto, esta retomada não tem sido fácil.

A análise deste movimento de retomada é feita a partir de publicações já realizadas sobre o assunto, de documentos que comprovam os fatos e dos relatos coletados dos indígenas durante as entrevistas.

Sarah Ribeiro, historiadora já citada diversas vezes neste trabalho, em sua tese de doutorado, intitulada “O Horizonte é a Terra: Manipulação da Identidade e Construção do Ser Entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)”, questiona os critérios de indianidade utilizados por funcionários do INCRA e da FUNAI para atestar a presença Guarani na região Oeste do Paraná.

Nenhum dos membros do subgrupo possui qualquer tipo de treinamento empírico ou formação acadêmica que os habilite a avaliar a indianidade ou não do grupo, as formas peculiares de ocupação do espaço por parte de coletividades específicas ou algum outro aspecto que diga respeito a um povo indígena. Acredita-se que o desconhecimento, a participação de um funcionário do INCRA no processo de investigação e o fato de que as demandas fundiárias relativas aos trabalhadores nacionais têm precedência sobre quaisquer outras determinam as conclusões e observações duvidosas que recheiam o relatório. Os equívocos perpetrados pelo subgrupo de trabalho “XV” implicam em sérias e longevas repercussões (RIBEIRO, 2002, p. 185).

A historiadora desenvolveu importantes trabalhos sobre o tema aqui estudado. Seus estudos indicam que esses indígenas estão localizados historicamente no vale do Rio Paraná, acompanhando-o em sua extensão. Esta questão também é levantada pelos estudos arqueológicos e antropológicos.

Entre eles, podemos citar a tese de doutorado de Maria Lucia Brant de Carvalho¹⁴, “Das terras dos Índios a Índios sem Terra: o Estado e os Guarani do Oco’y: violência, silêncio e luta”. Em seus trabalhos, a antropóloga questiona a versão oficial apresentada e defendida pela Itaipu Binacional.

Em sua tese de doutorado, a autora traçou um mapa da região que os indígenas Guarani do Tekoha Oco’y consideram como sendo suas terras tradicionais. As terras compreendiam a região da Bacia do Rio Paraná, na Tríplice

¹⁴ Maria Lúcia Brant de Carvalho é antropóloga aposentada da FUNAI, formada em Ciências Sociais, com mestrado em Antropologia e com doutorado em Geografia. Atualmente, é pesquisadora independente junto aos Avá-Guarani do Oeste do Paraná. A antropóloga conviveu com os Guarani do Oco’y entre 2001 e 2007. A partir da experiência adquirida com essa vivência, produziu sua tese de doutorado e o laudo preparado a pedido da Funai.

Fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Naquilo que seria o lado brasileiro, este território incluía as terras entre o Rio Iguaçu e o Rio Piquiri, no sentido Sul-Norte.

2.1 – O povo Guarani e a busca da “Terra Sem Mal”

Os Guarani, que estavam dispersos pela região, foram sendo levados por vários processos de expropriação a se concentrar na região do Tekoha Guasu Oco’y-Jakutinga, que contava com cerca de 12.500 hectares localizados entre o rio Oco’y, o arroio Jakutinga ao Sul e o Rio Paraná ao Oeste. Essa área representava apenas uma pequena parte das terras que os Guarani ocupavam e que foi tomada pelas frentes colonizadoras a partir da década de 1940. Em 1982, a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu deixou debaixo d’água grande parte do que restou do Tekoha Guasu Oco’y-Jakutinga (SOAVINSKI, 2019, p. 25).

Com isso, grande parte desses indígenas se dispersou (*sarambi*, na língua Guarani), indo em direção a municípios vizinhos, ao Mato Grosso, ao Paraguai e à Argentina. Outra parte permaneceu na pequena área de terra que restou do Tekoha Guasu e, posteriormente, foram reassentados pela Itaipu Binacional no atual Tekoha Oco’y, no município de São Miguel do Iguaçu. No entanto, a área destinada aos Guarani tornou-se insuficiente. Além do mais, é uma área próxima às fazendas que, ano após ano, avançam mais sobre a terra dos Guarani.

Além da escassez de terras para dar continuidade ao “bom modo de se viver”, os Guarani teriam outra motivação para os deslocamentos? O *sarambi* teria alguma relação com a busca da Terra Sem Mal? Ou estariam apenas fugindo da violência e dos maus tratos?

Sobre este assunto, Bartomeu Melià¹⁵, que foi um dos principais intelectuais defensores dos anseios indígenas no Paraguai, tem uma vasta produção

¹⁵ Bartomeu Melià nasceu em 07 de dezembro de 1932, na Espanha. Chegou ao Paraguai em 1954, iniciando seu estudo na língua Guarani com Antonio Guasch. Em 1969, concluiu seu doutorado na Universidade de Estrasburgo, com a tese “A criação de uma linguagem cristã nas missões dos Guarani no Paraguai”. Foi professor de Etnologia e de Cultura Guarani na Universidade Católica de Assunção, presidente do Centro de Estudos Antropológicos desta mesma universidade. Diretor das revistas Suplemento Antropológico e de Estudos Paraguaiois, até 1976, quando teve que deixar o país. Viveu no Brasil de 1976 a 1989. Depois do fim da ditadura, em 1989, volta ao Paraguai junto com outros jesuítas que haviam sido expulsos. Desenvolveu trabalhos de campo entre os Guarani, com pesquisas em Etno-História e Etnolinguística. Publicou mais de 30 livros, uma grande quantidade de artigos e pesquisas. Seus trabalhos de pesquisa são reconhecidos em todo o mundo.

sobre o assunto, também um conhecimento adquirido através da vivência e convivência com os Guarani: “A Terra Sem Mal é, certamente, um elemento essencial na construção do ser guarani” (MELIÀ, 1990, p. 33).

A partir dos escritos de Bartolomeu Melià, vários pesquisadores passaram a voltar sua atenção à questão dos deslocamentos dos Guarani.

(...) a busca da “Terra-sem-Mal” e de uma “terra nova” estrutura marcadamente seu pensamento e suas vivências; a “Terra-sem-Mal” é a síntese histórica e prática de uma economia vivida profeticamente e de uma profecia realista, com os pés no chão. Animicamente o guarani é um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra que procura é a que lhe servirá de base ecológica, amanhã como em tempos passados (MELIÀ, 1989, p. 294).

Assim como Melià, vários outros autores concordam que a migração constitui um traço característico dos Guarani e que está relacionada à busca incessante pela “Terra Sem Mal”, bem como com a expansão demográfica de algumas regiões. Isso nos permite concluir que a busca da “Terra Sem Mal”, além da relação mítica, é também uma forma de resistir ao avanço da sociedade não índia.

Não há dúvida de que crescimento demográfico e expansão geográfica caminham juntos; mas ambos implicam transformações correlatas na organização social e política: elementos estes suscetíveis de darem conta de migrações cujo objetivo era a conquista de novos territórios. É, contudo, possível que fatores de ordem religiosa também hajam motivado essas migrações. Pelo que dizem as fontes acima citadas, a razão que atraía os tupis ao litoral era a reputação de fertilidade e abundância dessa “província”. Isso pode ser interpretado de duas maneiras diferentes, que aliás não se excluem em absoluto: razões ecológicas e econômicas induziram os índios a procurar novos “habitats” mais apropriados, talvez (mas haveria que demonstrá-lo), para atender às suas necessidades. Razões de ordem mítica também puderam associar as ricas terras (ou assim supostas) do litoral à Terra Sem Mal (CLASTRES, 1978, p. 59).

Neste sentido, H el ene Clastres¹⁶ colocou a expansão geográfica como uma consequência do crescimento demográfico. A autora concorda que fatores religiosos também tenham motivado as migra es.

Egon Schaden, ao pesquisar o fen meno da “Terra Sem Males”, em “A Mitologia Heroica de Tribos Indígenas do Brasil”, afirmou que a centralidade das migra es pode estar relacionada a uma lógica mítica-religiosa anterior   conquista. O autor compreende os elementos de caráter místico-religioso como fundamentais para o fen meno das migra es e não descarta outros fatores, como o contato com a sociedade não- ndia.

Portanto, a busca pela Terra Sem Mal para os Guarani consiste na procura de um lugar onde não exista fome, um local onde possam viver sem dificuldades ou sofrimentos. Podemos consider -la como uma busca incansável para encontrar um espaço que ofereça condi es ideais para o estabelecimento dos Tekoha, um espaço onde   possível viver de acordo com a cultura Guarani, um lugar no qual possam ser reproduzidas as rela es econ micas, sociais e religiosas fundamentais ao modo de ser Guarani. Usemos aqui uma frase muito simbólica para o Guarani: “sem tekoha não há teko”, ou seja, “sem terra não há cultura”, pois a terra   a base da cultura Guarani. Portanto, entendemos a busca da Terra Sem Mal como parte do movimento de luta e retomada.

Entretanto, para entender a luta do povo Guarani torna-se necessário entender o conceito de terra para este povo. Como vimos, o conceito de terra para o povo indígena Guarani   e está relacionado   ideia de terra sem-males. Esta concep o aponta a terra como um lugar no qual se vive “o modo de ser Guarani”. Nesse sentido, Bartolomeu Meli  (1989) chamou a aten o que, para estes indígenas, viver não   sin nimo de produzir. Assim, para o povo Guarani, a terra não   apenas um espaço de produ o econ mica, mas   um lugar no qual se vive o teko, ou ainda “o lugar e o meio em que se d o as condi es e possibilidade do modo de ser guarani” (MELIÀ, 1989, p. 336).

¹⁶ H el ene Clastres foi filósofa e antropóloga francesa, casada com o também antropólogo Pierre Clastres. Viveram juntos experiências de campo entre os Guarani e entre os Yanomami do norte-amazônico. Suas pesquisas possibilitaram a dissemina o no Brasil de conceitos sobre a cosmologia Guarani.

Desta forma, o sentido da terra para os Guarani difere do fator de produção econômica da sociedade capitalista dita moderna. Para Thomaz de Almeida (1995), o Tekoha é:

O tekoha se constitui de área restrita, com limites claramente definidos por acidentes geográficos e que dá a noção da vida Guarani em comunidade. Deve ser uma área com boa água, terras para o cultivo de roçados, espaços para a construção de casas e criação de animais, e locais onde possam erguer suas ogajekmim, casas de rezas onde praticam cerimônias e rituais religiosos. Um tekoha deve ter, antes de tudo, matas (ka'aguy) e todo o ecossistema nelas contido {...} (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995, p. 16).

O espaço considerado adequado para o povo Guarani tem se tornado cada vez mais escasso. Matas com todo seu ecossistema, água potável, plantas medicinais, matéria-prima para o artesanato e para a construção de suas habitações é o que eles reivindicam e, em suma, é o que buscam em suas manifestações e lutas.

2.2 – Violência e omissão na política indigenista

Os Guarani do Oeste do Paraná são exemplos de luta e resistência. Nas últimas décadas, passaram por diversas dificuldades. Foram vítimas da violência, negligência e omissão de diversas instituições, inclusive aquelas que institucionalmente deveriam defendê-los.

Conforme coloca Clovis Brighenti (2021)¹⁷, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, e que deveria proteger a população indígena contra as investidas das empresas capitalistas e fazer valer o direito Guarani à terra, atuou para garantir a tranquilidade das empresas e colonos que, na segunda metade do século XX, se apropriaram de praticamente toda a região (BRIGHENTI, 2021, p. 64).

No artigo citado, o autor fez referência à remoção forçada e transferência dos Guarani para a Reserva do Rio das Cobras, à época, situada no município de

¹⁷ Clovis Brighenti é professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo; graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Coordenador do Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL).

Laranjeiras do Sul, ocorrida na segunda metade do século XX. Tratou-se de um processo de limpeza étnica da região, facilitando a entrada de colonos e das companhias colonizadoras na região Oeste do Paraná. Neste processo, os Guarani removidos da região Oeste do Paraná foram levados para a Reserva Indígena Rio das Cobras (hoje localizada nos municípios de Nova Laranjeiras e de Espigão Alto do Iguaçu), onde passaram a viver em um território Kaingang. A prática adotada pelo então Serviço de Proteção ao Índio nos faz refletir sobre a política praticada pela entidade e sobre as consequências que tal prática pode ter causado aos indígenas envolvidos, já que estas duas etnias vivem uma rivalidade histórica, com grandes diferenças culturais.

Gustavo Alcântara (2019) abordou que “esse indigenismo – executado pelo SPI entre 1911 e a década de 1960 – foi completamente ausente em relação ao atendimento e à defesa dos direitos territoriais Guarani no Oeste do Paraná”. Sua atuação passou a ser denunciada por casos de escravização, doenças, maus tratos e corrupção. As denúncias por ineficiência e omissão levaram a instituição a ser extinta e substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967.

A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Governo Federal, criada através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foi criada com o objetivo de proteger e promover os direitos dos povos indígenas do Brasil¹⁸.

Mas a região Oeste do Paraná, mesmo com a grave situação de usurpação de territórios indígenas e consequente necessidade de defesa dessa população, só passou a ter um posto da FUNAI em 1982¹⁹.

Segundo Maria Lucia Brant de Carvalho (2005), a FUNAI sabia da existência de índios na localidade desde o tempo do SPI, mas pouco fez para que a terra fosse formalmente reservada. A autora, através da história oral dos Guarani da região, mapeou a existência de, pelo menos, 32 aldeias da etnia que existiam nas primeiras décadas do século XX.

¹⁸ Informações pesquisadas no seguinte endereço eletrônico:
<https://dados.gov.br/organization/about/fundacao-nacional-do-indio-funai>

¹⁹ A Funai foi criada em substituição ao SPI em 1967/1969, após surgirem denúncias graves de corrupção de servidores e de usurpação de patrimônios indígenas.

Para a autora, o processo de limpeza étnica visando a tomada das terras foi desenvolvido por meio da manipulação pelos poderes regionais, através de quatro “metas políticas” que nortearam ações e estratégias, apoiadas ao longo do tempo por campanhas midiáticas de variados veículos de informação regional, livros escolares e materiais informativos turísticos, elaborados por meio de acordos velados entre dirigentes políticos regionais (CARVALHO, 2020, p.183).

A primeira “Meta Política” consistia em não reconhecer a população indígena como “população indígena”, realizar a expulsão por meio de violência física, fraude documental e tomar as terras.

A segunda Meta consistia em, quando inevitável ter que reconhecer as populações e as terras indígenas existentes na região do Oeste do Paraná, diminuir ao máximo o número real de indivíduos indígenas e a dimensão real das terras indígenas nos documentos oficiais.

Expulsar a totalidade da população indígena de suas terras do Oeste do Paraná para não haver o reconhecimento das terras indígenas era a proposta da Meta três. A população Guarani era encaminhada a outras aldeias, inclusive de outros estados do Brasil ou para o Paraguai, ou, ainda, para terras indígenas já demarcadas para outra etnia no Paraná.

A Meta Política quatro estabelecia evitar ao máximo o fornecimento de documentação para os Guarani que se encontram no Brasil, criando a figura do “não cidadão” ou “cidadão inexistente”. Desta forma, a maioria dos Guarani, nascidos no Brasil, seus filhos e netos, que passaram a viver no Paraguai, tornaram-se por esta medida cidadãos estrangeiros, não brasileiros. Negando-lhes os documentos, negava-se também seus direitos territoriais.

A antropóloga aborda a questão da violação de direitos territoriais/ socioambientais dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná de forma brilhante. Analisa como foram manipulados os dados de população e terras, através de ações e estratégias que não reconheceram a maioria da população e das terras indígenas como tais. Quase a totalidade dos Avá-Guarani da região foram obrigados a se dirigir para terras indígenas já demarcadas para outra etnia, forçados a buscar refúgio em outras aldeias.

O Relatório da Comissão Estadual da Verdade²⁰ também corrobora a perspectiva de Maria Lucia Brant de Carvalho, de que a FUNAI sabia da existência de índios na região Oeste do Paraná, mas que a ação do Estado, por meio do SPI e da FUNAI, partia do pressuposto de que os indígenas estavam integrados à sociedade nacional e não necessitavam de mais terras. Dessa forma, a via camponesa era a alternativa mais correta.

Abaixo, segue o relato de um ex-funcionário da Itaipu feito à Comissão Estadual da Verdade, no qual consta que os diretores davam ordens para funcionários atearem fogo nas residências de colonos já indenizados, conforme fotos feitas no período. Segundo o relato, a prática ocorria igualmente com as moradias indígenas.

Aí depois que a Itaipu descobriu o tal dos índios, pagaram os índios, levamos os índios lá pra gleba, lá pro Oco'y, aí depois é que nós fomos lá e queimamos os barracos deles todos, se não era capaz de eles voltarem, entendeu? Porque isso é uma cambada de vagabundos, sabe? Uns paraguaios sem-vergonhas (CEV, 2017. Vol. 1, p. 361).

O relato confirma que uma das estratégias utilizadas era a remoção utilizada tanto com os colonos como também com os Guarani. Além disso, queimavam as residências para evitar que os “indesejados” voltassem novamente ao local.

É possível perceber, na fala do ex-funcionário, a tentativa de desqualificar os Guarani chamando-os de “vagabundos” e “paraguaios sem-vergonha”, tentando justificar a sua remoção.

Nas imagens²¹ abaixo, é possível constatar o relato do ex-funcionário da Itaipu acerca da queima das casas dos indígenas. A primeira imagem mostra dois

²⁰ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná é composto de dois volumes e quase 900 páginas com milhares de documentos anexos. O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban, entregue em novembro de 2017, pode ser considerado o resultado da mobilização de vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos pelo direito à verdade e à memória das vítimas.

²¹ As imagens podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico:
<https://theintercept.com/2018/06/12/fotos-funcionarios-itaipu-incendio-indigenas/>

servidores perto de uma caminhonete com a logomarca da Itaipu na porta. Atrás deles, uma casa é consumida pelas chamas.

A segunda imagem mostra os dois funcionários²² da Itaipu Binacional apertando as mãos enquanto as casas eram destruídas pelas chamas, conforme o registro do cenário atrás deles. Em ambas as imagens, é possível identificar a data em que as fotografias foram produzidas.



Imagem 3: Acervo Comissão da Verdade do Paraná

²² Havia, também, uma terceira pessoa no local, possivelmente também funcionário de Itaipu, que seria a pessoa responsável por fazer os registros fotográficos.



Imagem 4: Acervo Comissão da Verdade do Paraná.
As imagens foram entregues à Comissão da Verdade por um ex-funcionário de Itaipu, mas não foram incluídas no relatório final.

As fotografias, com data de julho de 1981, foram cedidas à Comissão Estadual da Verdade do Paraná por um ex-funcionário que não quis ser identificado. Os servidores que aparecem nas imagens pertenciam ao setor jurídico da empresa que era responsável pelas desapropriações. Todavia, para o momento, não foi possível relacionar esta data com as condições dos Guarani estarem ou não em outro local de reassentamento ou transferência.

Consta ainda no Relatório da Comissão Estadual da Verdade (CEV) que os Guarani, além de expulsos das terras, foram usados como mão de obra na “deflorestação”, bem como para abrir picadas para mediação de lotes. O Relatório é baseado no registro da memória Guarani, trazendo entrevistas de indígenas que tiveram seus direitos violados, bem como de funcionários que atuaram nestas violações. As violações ou crimes praticados, em sua grande maioria, foram perpetrados por particulares (pessoas e empresas), mas resultaram do incentivo por parte do Estado à ocupação da região e da omissão na proteção e assistência a essa população, conforme previa a legislação brasileira (CEV, 2017, p. 254).

Outro exemplo de funcionários de Itaipu que atuaram ou que reconhecem as violações cometidas contra grupos indígenas é o conteúdo do memorando interno de 10 de abril de 1987, do então diretor jurídico de Itaipu, Clovis Ferro Costa, dirigido a Luiz Eduardo Veiga Lopes, diretor de coordenação:

No dia 27 de março, promovi contato com representantes da comunidade Avá-Guarani a fim de encaminhar uma solução possível para a pendência que instaurara contra nós. Temos conversado sobre o assunto e evolui da antiga posição de contestação pura e simples para um exame mais aprofundado do tema. A minha convicção pessoal, hoje, é de que o pleito dos índios não é desarrazoado, de um lado; de outro, é evidente que o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é veraz. Digo isso em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas. Com efeito, os Avá-Guarani foram apresentados como tendo anteriormente apenas área em torno de 34 ha. E como Itaipu transferiu-lhes cerca de 250, a nossa postura teria sido generosa. Ocorre que o dado inicial é manifestamente incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas. O próprio alegado nomadismo dos índios, contraposto com elementos em seu desfavor, induz à evidência de que não se reuniriam eles numa área tão pequena. Dessa maneira, ao invés de Itaipu ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas. É claro que não digo isso publicamente, mas, em correspondência reservada, não tenho dúvidas em suscitar o problema (CTI, 2012, p. 27)²³.

Na citação acima redigida por um ex-diretor da Itaipu, fica claro o crime cometido pelo Estado, neste caso representado por Itaipu, contra um povo originário. Clovis Ferro Costa afirmou que o relatório da Itaipu, quanto à presença de indígenas na região, não é verdadeiro e que a empresa lhes subtraiu muitas terras.

O que os Guarani esperam é que sejam estabelecidas reparações a esse povo, que inicia pela demarcação das terras. As mentiras e a desinformação divulgadas durante anos a respeito dos Guarani qualificaram os indígenas como invasores das terras que, muitíssimo antes do início do domínio colonial, ocupavam.

O documento faz parte, também, de um estudo do Ministério Público Federal sobre o processo de desocupação da área onde hoje se encontram as águas

²³ O texto completo pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:
<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2022/03/avas-juntados-2.pdf>

da barragem da hidrelétrica. Este estudo produziu um relatório que contrapõe a versão segundo a qual a representatividade indígena na região não passava de 11 famílias, distribuídas entre 27 pessoas.

O resultado do estudo demonstrou que a Itaipu, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fraudaram laudos e classificaram os indígenas como posseiros pobres. O documento destacou, também, que havia de 400 a 600 indígenas distribuídos entre quatro comunidades. A partir de 1982, com a formação do Reservatório, ocorreu o que os Guarani chamam de *sarambi* na região Oeste do Paraná. Muitos se refugiaram no Paraguai, na Argentina, em fazendas locais ou, ainda, superpovoando aldeias próximas.

Além da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, também existe o Relatório da Comissão Nacional da Verdade²⁴. A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, com o objetivo de investigar e apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988. A Comissão deve ser composta de forma pluralista e integrada por 7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos. A formação original da Comissão contou com os seguintes membros: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Segundo dados do Relatório da Comissão Nacional da Verdade que trata sobre as violações de direitos humanos dos povos indígenas no período de 1946 a 1988, os indígenas sofreram graves violações de direitos.

Os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações (CNV – v. II – 2014 p. 198).

²⁴ O texto completo pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.html

Segundo dados constantes neste Relatório, estima-se que cerca de 8.350 indígenas foram mortos no Brasil no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão.

A partir da leitura do Relatório, fica evidente que a “omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista” (CNV – v. II – 2014, p. 204). Pode-se perceber, inclusive, que em determinados períodos, a violação dos direitos humanos contra os indígenas se intensificava através da omissão, acobertando o poder local, interesses privados ou deixando de fiscalizar a corrupção. Veja abaixo algumas violações cometidas:

Foram emitidas amiúde declarações oficiais fraudulentas que atestavam a inexistência de índios nas áreas cobiçadas por particulares. Para tomar posse dessas áreas e tornar real essa extinção de índios no papel, empresas e particulares moveram tentativas de extinção física de povos indígenas inteiros – o que configura um genocídio terceirizado – que chegaram a se valer de oferta de alimentos envenenados, contágios propositais, sequestros de crianças, assim como de massacres com armas de fogo. (CNV, Texto 5. 2014, p. 207).

O Relatório da CNV traz vários depoimentos que comprovam que a expropriação territorial sofrida pelas populações indígenas do país contou com amplo acobertamento e apoio de forças públicas de repressão, utilizando-se da execução (assassinatos) e do encarceramento de lideranças.

No contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade, foi encontrado nos arquivos do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 2012, o Relatório Figueiredo²⁵, desaparecido durante mais de 40 anos e que acreditava-se ter sido queimado.

Encontrar o Relatório Figueiredo foi fundamental para elucidar os graves crimes cometidos contra as populações indígenas e comprovar a corrupção existente no principal órgão indigenista naquele período, o SPI.

²⁵ O Relatório Figueiredo ficou desaparecido durante 45 anos, apurou matanças de comunidades inteiras, torturas e prática de crueldades contra indígenas em todo o país praticadas, principalmente, por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O Relatório, supostamente eliminado por um incêndio, foi redescoberto no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Elaborado pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, foi analisado pela Comissão da Verdade, que apurou as violações de direitos humanos cometidas no Brasil entre 1946 e 1988.

Citamos alguns crimes cometidos contra os indígenas e que foram comprovados pela Comissão que elaborou o Relatório Figueiredo, de mais de 7.000 páginas e 30 volumes, encomendado pelo Ministério do Interior, em 1967:

- Assassinatos individuais e coletivos de índios;
- Introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre os índios;
- Prostituição de índias;
- Trabalho escravo;
- Usurpação do trabalho dos índios;
- Apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena.

Para elaborar o Relatório, a Comissão ouviu dezenas de testemunhas e juntaram centenas de documentos de várias sedes do SPI. Chegou-se à conclusão de que o SPI foi um “antro de corrupção inominável” durante muitos anos.

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, p. 4912).

Além dos crimes citados, a remoção forçada também foi uma prática muito utilizada quando se tratava de realizar empreendimentos em áreas com presença indígena. Um exemplo disso foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sobre este tema, vale citar uma fonte importante no sentido de desmistificar a versão da inexistência indígena na região. O livro de Gustavo Alcântara [et al.], “Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais”, obra já citada anteriormente nesta pesquisa, foi um resultado do trabalho desenvolvido por grupo de membros e servidores do Ministério Público Federal para conferir subsídios à atuação da Procuradoria Geral da República quanto à denúncia de violação dos direitos do povo Avá-Guarani em decorrência da construção de Itaipu.

Segundo o estudo, as ações e omissões de Itaipu desencadearam a violação de uma série de direitos humanos, culturais e territoriais, espirituais e simbólicos dos Guarani, tanto no curso da construção da Usina quanto depois, permitindo que a situação Guarani se agravasse e chegasse ao ponto em que hoje se encontra. Atualmente, os Guarani são vistos como “invasores” e vivem como os

mais desprovidos de recursos e de direitos de toda a região, em razão de um processo histórico relativamente recente e que foi promovido por Itaipu.

A perda de parte do território histórico e ocupado de modo originário, por meio do seu alagamento definitivo e de quase tudo o que nele havia, implicou prejuízos práticos e simbólicos para toda a etnia. Portanto, houve contra os Guarani uma intensa atuação colonial, estatal voltada à negação de sua existência, de sua identidade indígena e de que tinham direitos sobre as terras onde se encontravam. Isto se deu reiteradamente porque reconhecê-los implicaria mais dificuldades para a realização do “progresso e o desenvolvimento daquela região”.

A trajetória desse povo não chega a ser nota de rodapé da história oficial. Houve uma atuação colonial/estatal voltada à negação da sua existência, da sua identidade indígena e das suas terras. Os Guarani, contudo, foram capazes de desenvolver estratégias de adaptação e sobrevivência, de forma a garantir a sua perpetuação por diversas formas de negociação, recriando a sua identidade em meio a condições tidas como desfavoráveis. Apesar das operações argumentativas de negação de existência ou de presença indígena, ou de que são povos de “além-fronteira”, acionadas para satisfazer interesses econômicos e políticos, o povo Guarani valeu-se de diversos mecanismos para continuar minimamente coeso e demarcar a fronteira étnica com a sociedade nacional (ALCÂNTARA, 2019, p.155).

A citação acima consta no “Relatório do GT Itaipu”, o qual integra a obra já citada, em que fica claro o lugar ocupado na história pelo povo Guarani nas páginas da história oficial, que inicia com a negação de sua existência, seja através de laudos fraudulentos indicando que havia poucas famílias Guarani na região a ser alagada para compor o reservatório, seja negando-lhe a identidade através de critérios de indianidade, para negar-lhe também seus direitos, sua cultura e seu direito a permanecer nas terras ocupadas por este povo há séculos.

A partir de pesquisas mais recentes, como, por exemplo, da Sarah Ribeiro, Carla Conradi, Ian Parker e Maria Lucia Brant e Evaldo Mendes da Silva, vislumbra-se um novo olhar, mas também um longo caminho a ser percorrido para que venha à tona uma história omitida ou negada por tantas gerações.

2.3 - Ocupações ou reocupações na região Oeste do Paraná

As ocupações ou reocupações na região Oeste do Paraná, iniciadas na segunda metade da década de 1990, não cessaram. Devido a várias situações, como, por exemplo, sobreposição da Reserva Indígena e Área de Proteção, o tamanho e superlotação, os Guarani aldeados no Oco'y, Añetete e Itamarã passaram a reivindicar novas áreas. De 2003 a 2008, fizeram outras ocupações em área da Usina em Terra Roxa e Santa Helena; em 2005, no Parque Nacional do Iguaçu; e, de 2005 a 2006, num terreno cedido pelo Instituto Estadual de Terras do Paraná (MAPA DE CONFLITOS, s.d.)²⁶.

Apesar de serem vistos, muitas vezes, como entraves ao “progresso”, os Guarani resistem. Lutam há décadas pela indenização por suas terras que acabaram submersas no reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Até o momento, conquistaram, através de movimentos de retomada, duas áreas de terra: o Tekoha Añetete, em 1997, e o Tekoha Itamarã, em 2007, localizados no município de Diamante D'Oeste.

O Tekoha Añetete (em Guarani “Aldeia Verdadeiramente Guarani”) está localizado na antiga Fazenda Padroeira, no município de Diamante do Oeste, área adquirida pela FUNAI e Itaipu para assentar 30 famílias oriundas do Tekoha Oco'y. O Tekoha Añetete ocupa um território de 1.744 hectares e está localizado a 15 quilômetros da cidade de Diamante d'Oeste. Trata-se de uma reserva indígena legal homologada (Decreto s/n 28/7/2000) e conquistada pelas famílias que ali se estabeleceram desde 19 de abril do ano de 1997 (MENDONÇA, 2017, p. 5). Entretanto, a área foi considerada insuficiente pelos Guarani, o que os levou a continuar lutando por uma área de terra que oferecesse as condições consideradas ideais por eles.

Desta forma, os indígenas continuaram reivindicando a demarcação de novas terras e, em 2007, conquistaram as terras do Tekoha Itamarã, também

²⁶ Ver texto completo em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-povos-indigenas-guarani-do-parana-e-mato-grosso-do-sul-lutam-por-agua-por-minimas-condicoes-de-vida-e-por-regularizacao-de-seu-territorio-tradicional/>

localizado em Diamante do Oeste, com uma área de aproximadamente 242 hectares e 240 pessoas²⁷.

Entretanto, além das áreas serem consideradas insuficientes pelos Guarani, eles não consideram que as condições ecológicas das novas terras fossem adequadas ao seu modo de vida. Os indígenas argumentaram que os rios que passam por Itamarã e Añetete são pequenos e poluídos pelos agrotóxicos das fazendas vizinhas e que a mata é pouca, assim como o espaço para plantio. Por esses motivos, os Guarani continuaram a lutar pela demarcação de novas terras. No entanto, é importante frisar que estas duas áreas, mesmo com todos os problemas e críticas, resultaram da luta Guarani contra a Itaipu.

O antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, no Laudo Antropológico de 1995, também concordou que no Oco'y não há espaço suficiente e que não é o melhor local para alocar os Guarani.

Apesar de algum mato e terras boas, a comunidade do Oco'y está espremida entre a água e colonos, pequenos proprietários descendentes de migrantes alemães, que aproveitam ao máximo suas terras, não raro adentando com suas roças a área dos Guarani. Em alguns trechos, não há mais do que 50 ou 70 metros entre o roçado do colono e o lago. Causa a sensação, sentida pelos índios, de opressão e aperto (ALMEIDA, 1995, p. 2996).

Também, foram realizadas duas tentativas de retomada do território Guarani no Parque Nacional do Iguaçu. A primeira tentativa se deu em 2005 e foi motivada pela situação em que vivem os indígenas no Tekoha Oco'y, onde o espaço é insuficiente, praticamente sem matas e rios.

Na primeira ocupação, os Guarani foram retirados do PNI mediante acordo de que haveria demarcação de uma terra que resolvesse o problema da falta de terras. Eles saíram em um ônibus acreditando que estavam sendo levados para Guarapuava, onde há uma sede da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). No entanto, foram deixados no Oco'y. Houve resistência para o desembarque e chegou a ocorrer confronto com a polícia.

A segunda iniciativa ocorreu em 2013 e as motivações foram semelhantes à primeira tentativa, diferenciando-se apenas em relação ao número de famílias

²⁷ Dados pesquisados na própria comunidade.

envolvidas: dessa vez, foi com um número menor. Nos dois casos, houve tentativas de negociações que não tiveram avanços. Os Avá-Guarani reivindicavam a permanência da área do PNI para habitarem, ou uma área que fosse vizinha. Nesse caso, demonstravam a intenção de reivindicar o acesso ao Parque Nacional do Iguaçu para o uso de rios e remédios do mato. O movimento que levou os indígenas a retomarem a área pode também estar relacionado às orientações espirituais e à constante busca da Terra Sem Mal (Yvy Marã'e'ỹ).

Os Guarani descrevem a região em torno das Cataratas do Iguaçu como lugar em que viviam antigamente, o que pode ter motivado os parentes a saírem de Oco'y e recuperarem as terras tradicionais, que se encontram sobrepostas pelo PNI. Nessa região, teriam existido, no mínimo, três aldeias Guarani.

O PNI é a última área de mata grande que restou na região Oeste do Paraná e é considerada ideal para os indígenas exercerem seu modo de vida tradicional. Os grupos das famílias que nas duas vezes entraram no PNI eram procedentes do Tekoha Oco'y, em São Miguel do Iguaçu. Os Guarani alegam que as condições limitadas de áreas como Oco'y não permitiam a reprodução física e cultural ideal, e não têm condições de receber de volta as famílias dispersadas com a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Atualmente, há sete comunidades que se formaram nos municípios de Itaipulândia e Santa Helena, e que lutam pela retomada das terras que entendem serem suas.

Vale destacar, no entanto, que esse movimento de retomada pode estar relacionado à forma tradicional de vivência dos Guarani, por se tratar de deslocamentos espaciais dentro do mesmo território tradicional.

As comunidades indígenas que se formaram em Santa Helena a partir de 2008 podem ser consideradas resultado da luta e resistência indígena. Vy`a Renda é a mais antiga delas, resultado do retorno para locais mais próximos de suas antigas casas após uma longa espera de que a Itaipu regularizasse a situação.

Entendemos que tais ocupações foram e são estratégias de luta e resistência do povo Guarani. A busca de objetivos comuns, de certa forma, contribui para manter a unidade do povo Guarani. Em diversos momentos, durante as entrevistas realizadas para este estudo, foi possível perceber a importância dada à

territorialidade Guarani, considerada por eles essencial para manter viva sua tradição e cultura.

Conforme Tereza Masuzaki (2016), os Guarani não estão ocupando áreas aleatórias, pelo contrário: a área de terra em que se encontram corresponde àquelas onde viveram seus antepassados, em que existe uma relação de pertencimento. Representa a necessidade de um território de identidade afetiva, que lhes permitam, aos menos minimamente, a prática de sua cultura e religiosidade.

2.4 – A retomada em Santa Helena

No município de Santa Helena, o processo de retomada dos povos Guarani teve início em 2008, com a vinda das primeiras famílias. Hoje, o município conta com cinco comunidades indígenas Guarani, sendo uma procedente de Guaíra, do Tekoha Marangatu (Ara Porã). As demais comunidades que ocupam áreas em Santa Helena são procedentes do Tekoha Oco'y.

Mas, o que levou os indígenas a saírem do Ocoy e ocupar espaços em outros municípios e regiões?

Em entrevista concedida a esta historiadora, o cacique Cornélio Veravi Alves, do Tekoha Vy`a Renda, relatou que saíram do Ocoy porque lá faltava espaço, tinha que buscar outros lugares, mais espaço. Estão em Santa Helena porque no passado era território Guarani.

Nóis sabemo que aqui, aqui vivia Guarani, só que a população, sociedade branca que não, não querem aceita. Eles fala que não existia Guarani aqui nesse lugar, mais existia sim. Nóis não estamo aqui pra ocupa, tira terra de ninguém. Nóis estamo aqui pra consegui um espaço. Isso vai depende muito de governo, essas coisas assim (ALVES, 2021).

Cornélio Alves refere-se ao Tekoha Dois Irmãos, citado em inúmeras entrevistas e trabalhos de pesquisa. Grande parte do território onde se localizava o Tekoha hoje se encontra submerso pelas águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Isso levou os Guarani a ocupar áreas nas proximidades do local do antigo Tekoha.

O cacique Cornélio Veravi Alves relatou que o Tekoha Vy`a Renda existe em Santa Helena desde 2008, com a vinda de 35 pessoas que saíram do Ocoy,

em São Miguel do Iguçu. Relatou, ainda, que alguns desistiram devido às dificuldades enfrentadas e seguiram para outros destinos. Em relação ao nome do Tekoha, “Vy’a Renda” significa “Lugar de Alegria, de Felicidade”.

Nóis saímos de lá, porque no Ocoy já era pouco espaço né. A área de 240 hectares só, né, pra mais de 1000 pessoas, né. Daí nós vivia assim já né, praticamente não tinha mais espaço aí nós tinha que buscá outro lugares pra nós continua a luta né, pra vê se a gente conseguia mais o espaço e nois estamos aqui hoje sempre na luta, batalhando porque nós sabemos que aqui vivia Guarani, só que a população, sociedade branca não que aceita. Fala que aqui não existia índio aqui nesse lugar, mas existia sim, né (ALVES, 2021).²⁸

Também foi realizada entrevista com Luciano Karáí Ju Venega, do mesmo Tekoha. Em sua fala, Luciano procura evidenciar que nasceu aqui, área que hoje reivindicam, onde estão enterrados seus ancestrais, local onde seu “pai era pioneiro”. Podemos perceber que o entrevistado usa em sua fala um termo muito utilizado pelos “não índios” para justificar a ocupação territorial, principalmente do Oeste do Paraná. O xamã demonstrou bastante preocupação com o futuro de seu povo, pois as famílias estão aumentando e a falta de espaço para viver e manter viva a sua cultura, o modo de ser Guarani, está ficando cada vez mais difícil.

Meu nome é Luciano Karáí Ju Venega, tenho 47 anos e nasci aqui, na época do Dois Irmãos, bico do Paraná, que agora ficou por baixo da água, eu nasci aqui em 1974 ... Meu pai era pioneiro aqui, ele conhecia mais, conhecia tudo aqui até Cascavel (VENEGA, 2021).²⁹

Luciano relatou que está há pouco tempo no Tekoha e que ele e a família não têm terra para cultivar os alimentos para se sustentar. Para que ele conseguisse esse espaço para o cultivo, outra família deveria lhes ceder a terra e, como é tão pouco o que eles têm, são sete alqueires onde vivem 35 famílias, 130 pessoas, fica difícil fazer a divisão.

Ele também relatou que há alguns meses começou a trabalhar na empresa Friella, em Marechal Cândido Rondon. Devido à dificuldade de conseguir trabalho na comunidade onde vivem, Luciano e sua filha mais velha, Sirlei Venega,

²⁸ ALVES, Cornélio, em entrevista realizada no dia 06/09/2021.

²⁹ VENEGA, Luciano, em entrevista realizada no dia 11/10/2021.

se deslocam diariamente a outra cidade para trabalhar. Para facilitar o deslocamento para o trabalho, alugaram uma casa no distrito de São Clemente, onde ficam de segunda a sexta-feira. Sua esposa, Joanita Takua Poty Noceda, permanece no Tekoha com os filhos menores e o neto.

Além da filha que o acompanha ao trabalho e dos filhos pequenos, Luciano tem outra filha jovem chamada Elisabeth, a quem conheci na sala de aula durante uma aula de História. A partir de então, ela passou a me acompanhar nas visitas ao Tekoha. Ela mora com o pai e a irmã, em São Clemente, cuidava da casa, da alimentação e, pela manhã, ela estudava na terceira série do Ensino Médio, em 2021.

Durante nossas idas, consegui várias informações importantes para minha pesquisa. Elisabeth mostrava-se bastante determinada em relação ao futuro do seu povo. Dizia que queria estudar Direito para conhecer as leis e poder ajudá-lo mais. Além disso, dizia que queria ser cacique, pois não concordava com algumas coisas que aconteciam no Tekoha em que vivia. Elisabeth nasceu no Oco'y, concluiu o Ensino Médio em 2021 e, posteriormente, passou a trabalhar em Marechal Cândido Rondon juntamente com o pai e a irmã.

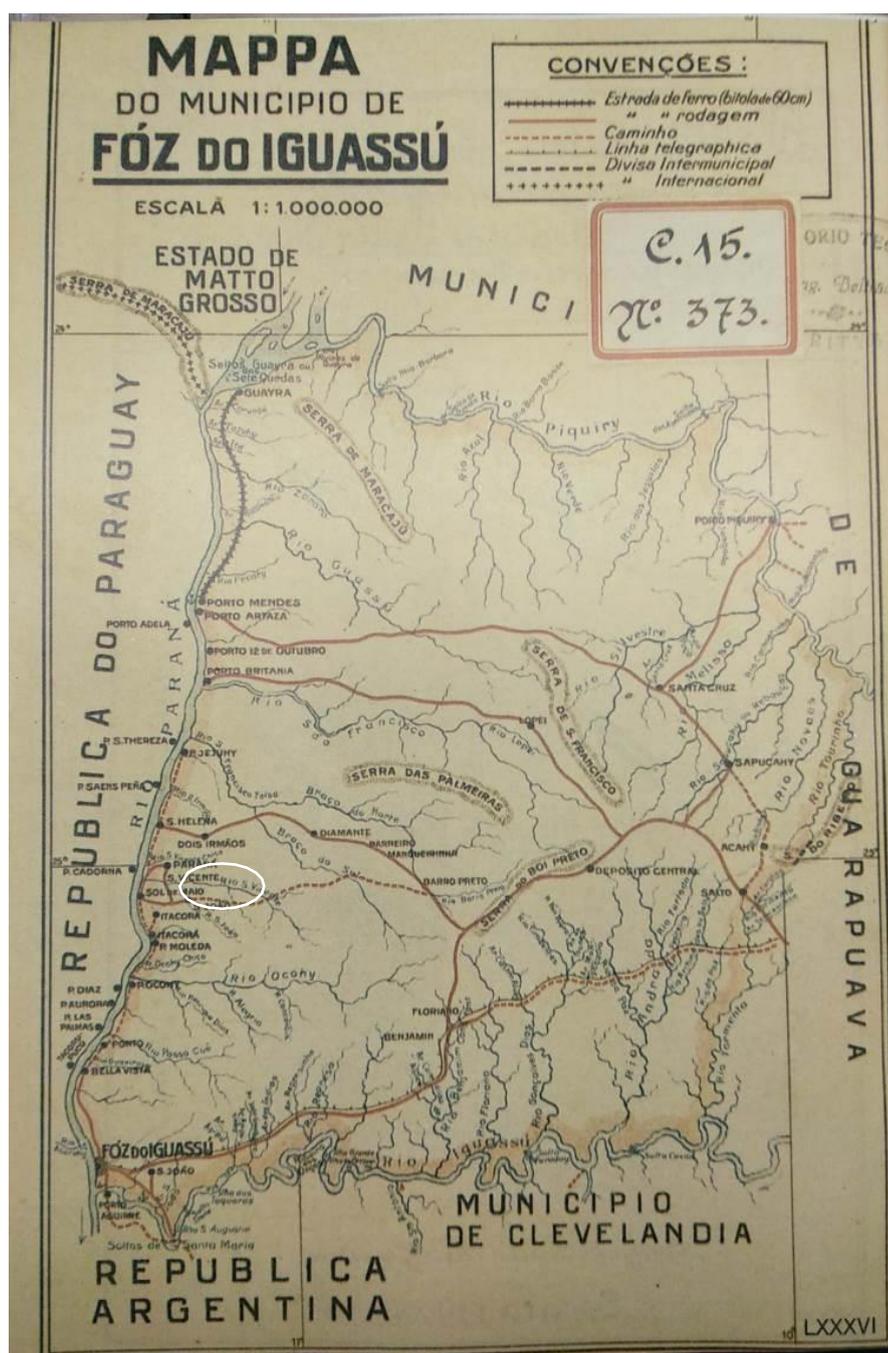
Em sua fala, Luciano citou o Tekoha Dois Irmãos. Em entrevistas realizadas por outros pesquisadores, a referência a este Tekoha é feita com frequência. O Tekoha Dois Irmãos citado pelos Guarani localizava-se nas proximidades do Rio Dois Irmãos, de onde vem o nome do Tekoha.

Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas [...]. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora [...]. Falou que ia vir a água e que pode se mandar. E o que que nós ia fazer?! Naquele tempo o exército manda. Fazer o que né?! [...] Choremo tudo, vai pra Paraguai, vai pra não sei aonde[...] Nós morávamos na terra [...] Mas fazer o quê? Naquele tempo manda o Exército, né? Naquele tempo não existia lei, nada”, (RELATÓRIO DA CNV, volume II, 2014, p. 218-220).

A fala acima é do guarani Lourenço Figueiredo, que era cacique da aldeia Dois Irmãos. Na entrevista concedida à Comissão Nacional da Verdade, ele fez referência ao regime militar que vigorava em nosso país no período da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Em relação ao Tekoha Dois Irmãos, lembra que eram 70 famílias e que “Itaipu mandou tudo embora”, sendo que muitos se deslocaram

para o Paraguai. Portanto, Lourenço Figueiredo, em sua fala, confirmou a versão apresentada pelas comunidades Guarani de que o que vem ocorrendo atualmente no município de Santa Helena, na verdade, é uma retomada de terra baseada na localização do antigo Tekoha Dois Irmãos.

No mapa abaixo, de 1929, é possível observar a localização do antigo Tekoha Dois Irmãos, na época pertencente ao município de Foz do Iguaçu.



Mapa 6: Mapa do Município de Foz do Iguaçu.
(RIBEIRO, 2002, p. 142)

No entanto, o processo de retomada em Santa Helena tem causado inúmeros conflitos com a sociedade local e nacional. E este é o assunto do próximo capítulo deste trabalho.

Na citação abaixo, é possível verificar que a ocupação de terras públicas em Santa Helena, em 1995, já era vista como uma possibilidade para resolver o impasse em relação ao Tekoha Oco'y, conforme o que consta no Laudo Antropológico elaborado por Rubem Thomaz de Almeida:

Santa Helena – Refúgio Biológico da Itaipu. Área de 1.600 ha com quase a totalidade reflorestada. Localizada numa península poderia ser uma alternativa. Os índios não conhecem bem a área mas estiveram nas proximidades e teriam interesse em visitá-la para avaliar se aceitariam estabelecer ali seu tekoha (ALMEIDA, 1995, p. 3010).

Sobre o Tekoha Dois Irmãos, ainda se tem poucos registros documentais, mas, pelos dados no mapa acima, é possível perceber que os Tekoha atuais existentes no município de Santa Helena se situam dentro do território histórico da etnia. Devido às várias reivindicações indígenas sobre as áreas, foi proposta uma Ação Civil Pública³⁰ pelo Ministério Público Federal (MPF), em Foz do Iguaçu, para que a FUNAI realizasse um estudo e verificasse se as áreas eram áreas de ocupação tradicional dos Guarani.

Além de poucos registros documentais, o que se sabe sobre a existência do Tekoha Dois Irmãos é o que permanece vivo na memória daqueles que viveram naquele Tekoha e no imaginário daqueles que ouviram as histórias por eles contadas. Há diversos relatos de indígenas que, quando crianças, presenciaram a subida das águas do reservatório, entre os quais o Tekoha Dois Irmãos é citado.

Segundo Gustavo Alcântara (2019), pelo menos duas comunidades maiores pertencentes à unidade sociológica do Ocoy-Jacutinga foram atingidas e encobertas pelas águas do reservatório da Usina de Itaipu: a comunidade do Ocoy, situada no Município de Foz do Iguaçu, e a comunidade de Dois Irmãos, em Santa

³⁰ A Ação Civil Pública é uma ação jurídica, regido pela Lei nº 7.347/1985. O objetivo é a proteção de direitos difusos e coletivos tanto por iniciativa do Estado quanto de associações com finalidades específicas.

Helena. No entanto, apenas a do Oco'y foi reconhecida no curso da construção da usina.

Quando ocorreu o reassentamento dos Guarani no Oco'y, em 1982, houve a oferta de uma área no município de Santa Helena, mas teve a recusa dos indígenas por se tratar de uma área muito pequena, e por saberem que os parentes que viviam naquele município teriam de sair porque suas áreas estavam também sendo alagadas, uma vez que Santa Helena seria o município mais atingido pelo lago (ALCÂNTARA, 2019, p. 76).

Hoje, há no município cinco comunidades indígenas, conforme visto anteriormente. O processo de retomada teve início em 2008, com a ocupação da área da antiga Base Náutica³¹ (área pertencente ao governo do Estado do Paraná). Posteriormente, em 2017 e 2018, estabeleceram-se no município as demais comunidades em áreas pertencentes à UHE de Itaipu, que moveu contra eles ações de reintegração de posse com a justificativa de que os indígenas estariam colocando em risco as áreas preservadas.

Mesmo reconhecendo o drama vivido pelas comunidades indígenas, como a falta de terra para plantar e para comportar o aumento demográfico da comunidade, falta de alimentos e desnutrição infantil, a situação continua a mesma e, até o presente momento, a demarcação das terras parece estar longe de se efetivar.

Todo o esforço empreendido parece não ter sido suficiente para que a demarcação das terras de fato ocorresse dentro dos prazos inicialmente estabelecidos. Em 2017, o Ministério Público Federal alegou demora da FUNAI para finalizar os estudos sobre as áreas e as inúmeras consequências aos povos Guarani.

A Justiça Federal também determinou que as terras indígenas localizadas em Santa Helena teriam de ser demarcadas no prazo máximo de dois anos. Este

³¹ A Base Náutica de Santa Helena fez parte do projeto de Jaime Lerner, ex-governador do Paraná, e foi construída especialmente para os "Jogos Mundiais da Natureza", realizados apenas na primeira edição, em 1997. O projeto incluía diversas competições na terra e água. Ao todo, seis municípios receberam tais edificações, sendo eles: Itaipulândia, Foz do Iguaçu, Guaíra, Entre Rios, Marechal Cândido Rondon (no distrito de Porto Mendes) e Santa Helena.

prazo estabelecido não foi cumprido e parece que caiu no esquecimento, sendo que o assunto não foi mais comentado.

As terras ocupadas pelos povos Guarani no município de Santa Helena são áreas pertencentes ao Estado do Paraná e à Itaipu Binacional. Apesar de os líderes reiterarem, frequentemente, que a intenção não era e nem é a de ocupar áreas privadas, sua presença no município tem gerado um clima de hostilidade da comunidade nacional, local e regional, em relação aos Guarani.

Além de enfrentar a desconfiança da comunidade local, os Guarani têm travado outra luta em contraposição à Itaipu. Uma luta em busca do reconhecimento de seus direitos enquanto povos originários. Devido à complexidade do assunto e da existência de vários outros grupos indígenas existentes no Paraná, que também lutam por terra, este trabalho vai se ater aos índios Guarani.

2.5 – Como reparar os danos causados aos Guarani com a construção de Itaipu?

Há mais de quatro décadas, os Guarani da região Oeste do Paraná iniciaram sua luta pela retomada das terras tradicionalmente ocupadas das quais foram espoliados para dar lugar ao reservatório do lago de Itaipu. Desde então, buscam, de diversas formas e utilizando-se de diferentes estratégias, recuperar parte do território considerado por eles essencial para a sobrevivência e manutenção da cultura Guarani.

Em junho de 2010, ocorreu o Primeiro Encontro de Lideranças Guarani do Oeste e Centro-Oeste do Paraná. O Encontro foi realizado na comunidade Guarani Vy'á Renda, município de Santa Helena, e teve como foco principal a preocupação em relação à demarcação de terras.

Participaram do encontro lideranças e rezadores de doze comunidades: Vy'á Renda – Santa Helena; Aldeia Ocoi, - São Miguel do Iguaçu; Tekohá Palmital do Meio – União da Vitória; Tekohá Y'Hovy – Guaíra; Tekohá Araguajú – Terra Roxa; Tekohá Marangatú – Guaíra; Tekohá Nhemboeté – Terra Roxa; Tekohá Porá – Guaíra; Aldeia Itamarã – Diamante do Oeste; Tekohá Anhetete – Diamante do Oeste;

Aldeia Lebre (Tapixi) – Nova Laranjeiras; Aldeia Pinhal – Espigão Alto do Iguaçu; além de uma importante liderança da Aldeia Estiva, do Rio Grande do Sul.³²

Foram três dias de discussão, na qual as lideranças Guarani elaboraram um documento apresentando às autoridades presentes relacionando os principais problemas que atingiam o Povo Guarani: Terra, Saúde e Educação diferenciada e específica. Veja abaixo as principais reivindicações das Comunidades Guarani:

1 – Direito à Terra

Exigimos da FUNAI a criação de GT para identificar e delimitar as Terras Indígenas das Comunidades Tekohá Vyá Renda Poty, município de Santa Helena, Tekohá Y'Hory, município de Guaíra, Tekohá Nhemboeté, Terra Roxa.

Exigimos da FUNAI a conclusão do GT das Terras Indígenas Tekohá Porá e Tekohá Marangatu, município de Guaíra, Tekohá Araguajú, município de Terra Xoxa e Tekohá Palmital do Meio, município de União da Vitória.

2 – Direito à Saúde

Os Tekohá dos municípios de Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa exigem da FUNASA a construção de Postos de saúde em cada área indígena, equipe médica, agente de saúde indígena, saneamento básico – água potável, módulos sanitários e energia elétrica –, transporte a serviço dos Tekohá, contratação de motorista indígena.

3 – Direito à Educação Diferenciada e Específica

Exigimos da Secretaria do Estado de Educação a construção de escolas, contratação de professores indígenas e acesso à educação diferenciada prevista em lei.

Considerando a situação dramática vivenciada por todas as comunidades, principalmente os acampamentos de Guaíra, Terra Roxa e Santa Helena, cobramos da FUNAI a URGENTE entrega mensal de cestas básicas (PRIMEIRO ENCONTRO DE LIDERANÇAS GUARANI DO OESTE E CENTRO-OESTE DO PARANÁ, 2010).

No ano de 2011, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº.12.528/2011, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas no período a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Já em 2014, a Comissão Nacional da Verdade³³

³² Para ler o texto completo, acesse: <https://cimi.org.br/2010/06/30446/>

³³ Ao longo de 2 anos e sete meses de trabalhos, os membros da CNV colheram 1121 depoimentos, produziu 21 laudos periciais. Também realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo o Brasil de Norte a Sul, visitando 20 unidades da federação. A CNV realizou também centenas de diligências investigativas e dezenas de perícias, resumidos em um relatório de cerca de

publicou um relatório que apontou as violações sofridas pelo povo Guarani e recomendou a adoção de medidas de reparação. O objetivo do grupo consiste em revelar os fatos ocorridos no passado e assegurar a adoção de medidas de justiça de transição que realmente permitisse a reparação pelos danos causados durante a ditadura, a restituição de territórios e o estabelecimento de garantias de não repetição das violências praticadas.

Para reparar os danos causados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu aos indígenas, o GT propôs que era preciso discutir formas possíveis de reparação para os Guarani pelos imensos danos que Itaipu causou a eles, mas essas formas devem pautar-se por alguns princípios ou pressupostos:

1. da assunção pública por parte de Itaipu de que errou e violou direitos da etnia e que pretende de fato repará-los, mas que o faz não por mera liberalidade, e sim porque de direito;
2. de que a empresa se proponha a participar de um conjunto de ações para a reconstrução da imagem e da percepção dos não indígenas a respeito dos indígenas no contexto regional; isso se faz importante porque, como dito, os indígenas sofrem na região todo tipo de preconceito e violência, sendo tratados como estrangeiros em suas próprias áreas históricas, uma vez que Itaipu faz constantemente essa afirmação e ainda tem “enorme poder classificatório” na região, em razão dos *royalties* que paga aos municípios afetados pelos seus reservatórios (e que já estão próximos do fim da previsão contratual);
3. de que se construa o processo de ressarcimento junto com os Guarani, criando formas participativas de consultá-los e de realizar encaminhamentos a eles, sempre considerando suas formas próprias de organização, de modo que eles possam acompanhar, compreender e decidir no curso de todo o processo construtivo e/ou decisório;
4. de que após ressarcidos os danos passados, estabeleçam-se formas permanentes de compensação pelo tempo que durar a usina e no sentido de gerar a autonomia e a autossustentabilidade de todas as aldeias Guarani na região afetada pela usina e por seu reservatório (ALCANTARA, 2019, p. 131).

Os danos causados ao povo Guarani foram e são imensuráveis, tendo-os afetado de forma permanente. Por isso, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade incluiu recomendações e propôs medidas reparatorias aos povos

2 mil páginas, em que foram apontados 377 responsáveis por crimes durante a ditadura militar brasileira. O documento estabeleceu em 434 o número de mortes e desaparecimentos de vítimas do regime.

indígenas. Dentre as recomendações encontramos a elaboração de políticas públicas de fortalecimento cultural e o reconhecimento público de responsabilização pelo Estado.

Em outubro de 2019 foi encaminhada a Ação Civil 3300, proposta pela Procuradoria-Geral da República com o objetivo de responsabilizar a União, Estado do Paraná, Itaipu Binacional, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelos danos causados durante o projeto e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu ao povo indígena Guarani. Ao final, formulou os seguintes pedidos principais:

Pelo Exposto, o Ministério Público Federal requer o julgamento de procedência dos pedidos para:

1) condenar a União, o Estado do Paraná, a FUNAI, o INCRA e a Itaipu Binacional, em decorrência de suas responsabilidades civis, pelos danos decorrentes dos inúmeros atos de discriminação perpetrados na forma de negação da existência, identidade e presença Guarani nos territórios tradicionais atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que resultaram no esbulho e na remoção forçada dos índios Avá-Guarani, bem como na violação dos seus direitos.

2) condenar, solidariamente, os réus a indenizarem os danos morais coletivos, em R\$ 50 milhões de reais por ano, calculados desde o início da implantação da usina, ou em valor proporcional ao faturamento de Itaipu, com vistas a garantir a reparação da lesão, a sanção pelos atos ilícitos e a inibição de condutas de tal gravidade.

3) condenar, solidariamente, os réus ao pagamento de danos materiais pelas perdas acumuladas decorrentes do processo de remoção forçada no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) anuais calculados desde o início da implantação da usina.

4) condenar a Itaipu Binacional em pagar compensação financeira anual ao povo Avá-Guarani em valor não inferior a R\$ 100.000.00,00 (cem milhões de reais), sob modelo análogo ao de compensações financeiras (royalties), a serem pagos da seguinte forma:

a) O referido valor deverá ser destinado de forma proporcional às comunidades indígenas do Tekoha Guasu Ocoi-Jacutinga e do Tekoha Guasu Guavirá;

b) Os valores deverão ser objeto de projetos e deverão ter como objetivo ações que visem a assegurar direitos sociais como educação, saúde, energia elétrica, saneamento, construção de espaços culturais, religiosos e produtivos, definidos pelos próprios indígenas, por meio de consulta livre, prévia e informada, mediante procedimento que garanta autodeterminação e não interferência por parte de qualquer dos réus.

5) condenar a União, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Itaipu Binacional a promoverem medidas necessárias para demarcação do território tradicional e efetiva destinação das áreas que permitam a

reprodução física, cultural e espiritual do povo indígena Avá-Guarani, da seguinte forma:

- a) FUNAI e União deverão ultimar os procedimentos de identificação e demarcação dos territórios tradicionais dos Guarani;
- b) Com relação às áreas alagadas, requer seja a Itaipu Binacional condenada a indenizar o povo Avá-Guarani de forma justa e equitativa, pelas terras, territórios e os recursos que tradicionalmente tenham possuído, mediante aquisição de áreas de iguais qualidade, extensão e condição.
- 6) condenar os réus, ainda, a reparar os danos mediante as medidas específicas:
 - a) Fazer pedido público de desculpas;
 - b) Fazer efetivamente constar do currículo escolar o ensino da história indígena, sua territorialidade, aspectos culturais e antropológicos, e a expressa menção à remoção forçada de indígenas Guarani em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu;
 - b) Promover ação educativa nacional e regional de resgate e promoção da cultura do povo Guarani, bem como combate ao racismo e à discriminação. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2019).

A sentença não foi cumprida. Além disso, a Ação que cobrava reparação pelos danos causados ao povo Avá-Guarani em decorrência da construção da usina de Itaipu e buscava responsabilizar o Estado brasileiro pelas violações praticadas contra os indígenas foi extinta pelo Procurador-Geral da República Augusto Aras³⁴, nomeado recentemente para o cargo. O Procurador-Geral apresentou como justificativa para a extinção “superficialidade documental”.

Em dezembro de 2021, a Procuradoria-Geral da República protocolou uma nova ação contra a União, a FUNAI, o Incra e a Itaipu Binacional. Na Ação Civil 3555, protocolada por Augusto Aras, o estado do Paraná não consta como réu. Vale destacar que, no relatório da Comissão Estadual da Verdade, Tereza Urban traz provas contundentes da participação do Estado nos atos de violações contra os indígenas.

Ao fazer a análise da Ação protocolada por Aras, percebe-se que esta é mais branda, entendendo que a reparação é apenas a devolução de terras aos indígenas em quantidade igual àquela que ocupavam antes da formação do lago.

No item 10, são mencionados os direitos materiais e morais causados pela violação dos direitos territoriais, étnicos e socioculturais violados. A Ação requer que

³⁴ Augusto Aras foi indicado ao cargo de Procurador-Geral da República pelo presidente da República Jair Bolsonaro, tendo assumido o cargo em 25/09/2019.

sejam realizados estudos para identificar as famílias e pessoas que tiveram remoção forçada:

10) condenar a União, a FUNAI, o Incra e a Itaipu Binacional, solidariamente, a reparar, preferencialmente *in natura*, os danos materiais e morais causados pela violação dos direitos territoriais, étnicos e socioculturais da etnia Avá-Guarani das territorialidades do Ocoy-Jacutinga e do Guasu Guavirá, resultantes da construção da UHE de Itaipu, por atos e omissões consistentes na negação da existência, identidade e presença dos Guaranis nos territórios tradicionalmente ocupados e pela remoção forçada dos indígenas sem indenização e reassentamento, de forma a ser definida após os estudos requeridos no item “5” e consulta livre e informada aos descendentes das comunidades afetadas (os já identificados e os que venham a ser identificados), com a preservação do seu modo de vida, usos e costumes.

Requer provar o alegado por todos os meios juridicamente admitidos, sobretudo perícia antropológica, ambiental, prova testemunhal, inspeção judicial, juntada de documentos e relatórios.

Embora de valor inestimável, por cautela dá-se à causa o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, 2021).

Conforme consta, “requer provar o alegado”, a Procuradoria-Geral da República, condiciona a novos estudos a definição do direito dos Avá-Guarani. Vale destacar que estes fatos já foram devidamente confirmados e as provas documentais apresentadas inclusive pelo próprio Ministério Público.

Enquanto a indenização e as medidas de reparação são proteladas mais uma vez, alegando falta de provas e evidências, para os Guarani fica cada vez mais urgente que a demarcação de terras aconteça.

Lembrando que, a partir de janeiro de 2019, assumiu o governo federal o presidente Jair Bolsonaro, que não tem demonstrado interesse pela causa indígena. E, realmente, conforme prometido em campanha, durante de seu mandato não teve “nem um centímetro quadrado de terra demarcado”.

Neste contexto, percebe-se que é de extrema importância o papel da terra para os indígenas. A terra garante a identidade ao índio, pois ela representa mais que um espaço de moradias e espaços produtivos. Significa, também, um espaço de proteção do patrimônio histórico e cultural tradicional, pois as terras indígenas são áreas fundamentais para a manutenção da tradição cultural dos povos indígenas, é onde há a possibilidade de manutenção de seus modos de vida tradicionais, saberes e expressões culturais únicos, mantendo viva a sua cultura.

3 – ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU

Faz-se imprescindível resistir. E os Guarani resistem.

Sarah I. G. Tibes Ribeiro (2002)

No terceiro capítulo, “*Estratégias de luta e resistência no contexto da construção de Itaipu*”, analisamos como surgiu o movimento de resistência, as formas de resistência utilizadas pelos Guarani, bem como pelos demais expropriados durante a construção de Itaipu, apresentando algumas conquistas alcançadas através destes movimentos de resistência na região Oeste do Paraná, seja dos Guarani seja dos demais grupos sociais atingidos.

Além de analisar as formas de resistências e lutas travadas no passado, abordamos, também, os conflitos atuais no município de Santa Helena, onde ocorreram várias reocupações de terras realizadas pelos Guarani. Entre estas, destacamos o Tekoha Vy’a Renda, formado em 2008. Desde então, lutam pelo reconhecimento da sua ancestralidade na região e, portanto, pelo seu direito de permanência no local.

O objetivo principal é apresentar um pouco sobre a realidade vivida pelos povos Guarani na região Oeste do Paraná e os conflitos gerados pela sua presença no município de Santa Helena, para que possa auxiliar ao debate e, de alguma forma, contribuir com a luta indígena como um todo. De forma nenhuma pretende-se apresentar os Guarani simplesmente como vítimas passivas de todo este processo. Eles são entendidos como sujeitos que lutaram e lutam para manter sua tradição e cultura e, para isto, utilizam-se de diversas estratégias para reconquistar uma parte do espaço territorial que resta dos territórios anteriormente ocupados pelo seu povo.

Nesta parte do trabalho, as fontes analisadas correspondem a alguns documentos e cartas produzidas pelos Guarani como forma de resistência e luta pela manutenção da cultura e da religiosidade, enfim, do modo de ser Guarani. Dentre estes documentos, estão algumas cartas escritas pelos líderes das comunidades Guarani.

Além das fontes citadas, também abordamos relatos dos indígenas Guarani, durante as entrevistas colhidas no Tekoha Vy`a Renda, em Santa Helena Velha.

Uma excelente referência bibliográfica para esta escrita é a obra de Jacob Blanc “Antes do dilúvio: Itaipu e a história da ditadura no campo”, na qual estão narrados os movimentos de protesto de camponeses e indígenas ameaçados de serem expropriados compulsoriamente por Itaipu Binacional, sem garantir, minimamente, alguma forma de indenização ou recolocação nas mesmas condições em que estavam.

O autor narra os movimentos de protesto de camponeses, face à construção da maior hidrelétrica do mundo (em produção de energia). Ele trata de questões como o acesso à terra, a defesa de camponeses e indígenas e os direitos políticos no campo. Seu trabalho de campo também foi baseado em entrevistas e pesquisas em centros de documentação, como os casos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PR), da própria Itaipu e Centro de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), da Unioeste, Câmpus de Marechal Cândido Rondon. Outra fonte importantíssima é o estudo desenvolvido por Sarah T. Ribeiro.

Seu estudo sobre os Guarani no Oeste do Paraná foi inédito em muitos aspectos (pesquisa documental e abordagem crítica), pois a autora foi a primeira historiadora a tratar da presença indígena na região Oeste do Paraná e seus enfrentamentos contra Itaipu, dentro de uma nova perspectiva. Suas pesquisas foram de extrema importância para dar visibilidade à causa indígena, pois a autora questionou os caminhos da historiografia do Oeste do Paraná quando seus pesquisadores omitiram a comunidade Guarani localizada na região.

As autoras Carla Conradi e Guiomar Germani, esta última no “olho do furacão”, também produziram excelentes trabalhos no sentido de desmistificar a versão da história oficial, mostrando a outra face da mesma história, daqueles que lutam e resistem contra a opressão pela qual muitas vezes foram atingidas.

Para dar início a esta análise, também é importante entender como os expropriados não índios se mobilizam, quais as estratégias de luta que utilizam para lutar pelo preço justo da terra, ou melhor, para minimizar tamanhas injustiças sociais.

3.1 – Mobilização dos expropriados pelo preço justo

No dia 26 de abril de 1973, os então presidentes do Brasil e do Paraguai, Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner, respectivamente³⁵, reuniram-se em Brasília para assinar o Tratado de Itaipu. O documento consolidou um acordo diplomático bilateral para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, no trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu, correspondente às fronteiras internacionais destes países, delimitada pelo leito do Rio Paraná, e permitiu a construção da usina de Itaipu Binacional.

Segundo a geógrafa Guiomar Germani³⁶, todas as negociações, que resultaram no “aprimoramento do Rio Paraná” na represa de Itaipu, se deram a nível federal. O Estado do Paraná, estado que teve seu território atingido definitivamente, sequer foi consultado sobre o interesse de receber uma obra tão grandiosa, que a autora chama de “Presente de Grego” (GERMANI, 2003, p. 41).

A construção da obra teve início em janeiro do ano seguinte, transformando definitivamente a geografia da região e condenando comunidades inteiras ao desaparecimento sob as águas do reservatório da maior usina do mundo em produção de energia elétrica, a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Enquanto a construção da obra da Usina atraía milhares de trabalhadores para a cidade de Foz do Iguaçu, que passou de 56.000 habitantes em 1974 para 250.000 em apenas seis anos³⁷, outros municípios da região enfrentavam um decréscimo populacional provocado pelo processo de desapropriação e desocupação das áreas a serem inundadas pelo reservatório, além do canteiro de obra da própria barragem. A inundação deslocou milhares de pessoas nos então oito municípios³⁸ atingidos pela barragem no lado brasileiro, dentre eles proprietários de

³⁵ Tanto Emílio Garrastazu Médici (presidente do Brasil), como Alfredo Stroessner (presidente do Paraguai), foram presidentes de países com ditadura. Médici governou o Brasil de 1969 a 1974, sendo o terceiro presidente do Brasil do período da ditadura militar brasileira. Stroessner governou o Paraguai de 1954 a 1989, tendo uma duração de quase trinta e cinco anos.

³⁶ Germani é autora do livro “Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu”, ela estava junto com o movimento e era atuante nas lutas e mobilizações.

³⁷ Dados retirados do livro de Jacob Blanc, “Antes do Dilúvio – Itaipu e a história da ditadura no campo”. São Paulo, 2021. p. 87

³⁸ Os municípios atingidos pela formação do Lago artificial de Itaipu foram: Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa.

terra, camponeses sem terra, posseiros, meeiros, comerciantes e cidadãos das áreas urbanas dos distritos destes municípios que seriam atingidos e indígenas.

Para Juvêncio Mazzarollo³⁹, o primeiro grande reflexo negativo da obra surgiu com a necessidade de desalojar a população habitante da área da obra e do futuro reservatório da água (MAZZAROLLO, 1980, p. 7).

Por parte da Itaipu, no lado brasileiro em análise nesta pesquisa, foram utilizadas várias estratégias no processo de desapropriações, entre elas as desapropriações direcionadas, cujo objetivo era isolar indivíduos fragilizando as comunidades ao desapropriar áreas estratégicas, como, por exemplo, mercados, igrejas, escolas, etc., que diminuía a capacidade da comunidade se organizar, além de desvalorizar as áreas de terra.

Mazzarollo chamou o processo de desapropriação de “Expropriação Impagável”, devido ao custo social, psicológico e o sacrifício de anos de um trabalho duro de colonização (MAZZAROLLO, 1980, p. 7).

Surgiram na região Oeste do Paraná movimentos de resistência e contestação. Inicialmente, a luta se deu pelo “preço justo” da terra. Nas palavras de Jacob Blanc (2021), “a luta no Oeste do Paraná se deu inicialmente como um esforço dos agricultores para receber mais dinheiro por suas terras que em breve seriam inundadas”. Segundo o autor, na busca de melhores “pacotes de desapropriações”, a luta se expandiu e incluiu demandas mais amplas por direitos políticos e agrários no contexto pró-democratização, no qual as críticas à ditadura eram cada vez mais presentes.

O movimento de resistência teve uma grande participação e apoio de setores religiosos, principalmente da Igreja Católica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e da Igreja Presbiteriana, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴⁰.

³⁹ Juvêncio Mazzarollo foi jornalista e professor, lutou na defesa dos moradores da região atingida pela construção do reservatório de Itaipu (índios e pequenos e médios proprietários). Foi um dos fundadores do jornal “Nosso Tempo”, de Foz do Iguaçu. Em 1980, foi convidado pela CPT/PR para redigir “A Taipa da Injustiça”, contando o viés autoritário do início da construção da Usina. Posteriormente, e em meio às lutas contra a Ditadura e a Itaipu, Juvêncio ficou reconhecido também por ter sido o último preso político do Brasil, no final do período da ditadura militar.

⁴⁰ A CPT foi criada no ano de 1975, ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Para saber mais sobre a atuação da CPT, consulte o site: <https://www.cptnacional.org.br>

Se por um lado é reconhecida a importância das organizações religiosas no embate contra Itaipu, por outro lado tais organizações também receberam críticas, pelo caráter pacífico que pode ter freado o potencial de expansão e ampliação de táticas e da pauta dos atingidos. Além disso, a CPT recebeu críticas por não ter feito mais para organizar as comunidades indígenas (BLANC, 2021, p. 97). Essa organização indígena era realizada pelo CIMI.

O primeiro movimento organizado pelos agricultores ocorreu em março de 1978, em Marechal Cândido Rondon. A Assembleia visava discutir a política de desapropriação adotada por Itaipu. O resultado da assembleia foi o projeto “Arca de Noé”, que defendia que os agricultores não eram contrários à construção da barragem, mas à política de desapropriação adotada (BLANC, 2021, p. 99).

No âmbito desse movimento, foram formados 20 grupos de base entre a população a ser atingida pelas expropriações, para discutirem principalmente a necessidade de conseguirem um preço justo pela terra e o reassentamento dos expropriados (GERMANI, 2003, p. 81).

Em outubro do mesmo ano, ocorreu outro movimento considerado o primeiro marco do movimento dos atingidos. O evento reuniu cerca de 1.500 participantes em Santa Helena, para discutir soluções para o difícil momento que estavam vivendo.

O município de Santa Helena foi escolhido para sediar a Assembleia pela sua localização, geograficamente mais central da área atingida, e também por concentrar o maior número de posseiros. O município também ocupou o segundo lugar em número de propriedades que seriam atingidas na área comprometida, ficando atrás apenas de São Miguel do Iguaçu.

Cientes do momento político que viviam, os agricultores foram divididos em pequenos grupos organizados por regiões de moradia, as comunidades rurais e dos distritos, para evitar participantes infiltrados da Itaipu e de órgãos do governo federal no movimento. Desta Assembleia, resultou um documento contendo 1.008 assinaturas, que seria entregue ao presidente da república Ernesto Geisel, haja vista que estaria visitando o canteiro de obra da Usina, em Foz do Iguaçu, para participar da abertura do canal de desvio das águas do leito do Rio Paraná. O documento apontava os problemas enfrentados pelos agricultores referentes às desapropriações e também trazia as principais reivindicações, como, por exemplo, melhores preços pelas terras e preços iguais para todos os tipos de terra.

Mesmo não sendo recebidos pelo presidente da República naquele momento e local, o movimento organizado pelos agricultores foi ganhando notoriedade e novas estratégias de organização foram adotadas. A capacidade de organização também fez com que as autoridades governamentais começassem a levar os agricultores mais a sério (BLANC, 2021, p. 101).

Em outubro de 1978, foi publicado pela CPT um documento contendo 50 páginas intitulado “O Mausoléu do Faraó”, reunindo denúncias da situação dramática vivida pelos agricultores e trabalhadores da obra no Brasil e no Paraguai. O documento foi contestado pela direção da Itaipu, através de sua Assessoria de Relações Públicas, por explicitar o poder desigual no processo de negociação entre os trabalhadores e os representantes da Itaipu. Também chama a atenção o fato de os colonos terem receio de falar sobre a Itaipu e das táticas perversas que a Itaipu e seus agentes realizavam ao contatar e abordar os agricultores atingidos.

Em abril de 1979, foi organizada a Segunda Assembleia em Santa Helena, da qual participaram mais de dois mil agricultores vindos dos vários municípios que seriam atingidos pela formação do Lago. Durante a Assembleia, foi discutida a pauta das desapropriações e levantadas críticas à Itaipu neste processo e, também, à atuação do INCRA. Também foi elaborado um documento intitulado “Terras no Paraná e Indenização Justa” (GERMANI, 2003, p. 94).

Uma das críticas mais contundentes contra Itaipu e também ao INCRA estava relacionada à morosidade do processo indenizatório. O prazo de desocupação das áreas se aproximava e muitos pagamentos indenizatórios não haviam sido feitos. Com base nestas críticas, a CPT organizou um abaixo-assinado contendo 1.120 assinaturas que foi encaminhado à Itaipu Binacional e ao INCRA. No entanto, não houve resposta ao abaixo-assinado. Restava, então, partir para outras estratégias de luta.

Foi neste contexto de luta e organização dos expropriados nos municípios atingidos pela “Obra do Século”, como era visto o grande empreendimento da Itaipu, que surgiu o Movimento Justiça e Terra, que lançou a base para o surgimento de outros movimentos de resistência e de luta pela terra no nosso país nos anos seguintes.

Estava iniciado o “Movimento Justiça e Terra”. As emissoras de rádio da região deram logo a notícia e convocaram os colonos. Muitos

deles que já estavam indo para a roça deixaram a enxada de lado e mudaram o seu rumo: o caminho neste dia seria para Santa Helena, era lá que eles tinham que trabalhar. E, por muitos dias, este seria o caminho a ser feito por muitas pessoas da região. No começo, eram apenas 150 agricultores. O prefeito não acreditava que o movimento tivesse maior repercussão e aconselhava os colonos para que fossem para suas casas. Mas eles não foram e outros vieram e, já no início da tarde, havia 800 agricultores concentrados (GERMANI, 2003, p. 115).

Na citação acima, sobre a formação do Movimento Justiça e Terra⁴¹, a autora demonstrou a rápida repercussão que o movimento teve: em poucas horas, conseguiu reunir 800 agricultores. Trata, também, do apoio das emissoras de rádio, que tiveram um importante papel a desempenhar no sentido de divulgar o movimento.

O movimento organizado pela CPT, era, na verdade, um desdobramento do Projeto Arca de Noé iniciado em março de 1978, em Marechal Cândido Rondon. Apesar de seu caráter pacífico e reivindicatório, a manchete abaixo, do Jornal Hoje Foz, chama atenção pelo título: “Praça de Guerra”, referindo-se ao acampamento dos agricultores em Santa Helena.

Na imagem, é possível ler algumas reivindicações e reclamações dos agricultores. “Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com as indenizações não conseguiremos comprar novas terras na região”. Pedem, também, reajuste de 100% nas indenizações, mais rapidez por parte do INCRA, indenização da rede elétrica, entre outros. Veja:

⁴¹ O Movimento Justiça e Terra foi criado em 1980 através da união dos agricultores expropriados das cidades de Santa Helena, Foz do Iguaçu e de outros municípios da região e que lutavam por justiça nas indenizações de suas terras. O MJT atuou até o ano de 1982, porque uma das regras do movimento era que ele não acabaria até que o último agricultor não fosse indenizado.

COLONOS PRESSIONAM ITAIPU

"PRAÇA DE GUERRA" EM SANTA HELENA



Momentos de angustiante expectativa foram vividos pelos funcionários do escritório da Itaipu Binacional de Santa Helena, a partir do dia 14 pp. Aproximadamente 400 colonos, proprietários de terras desapropriadas pela Itaipu, acamparam naquele local interditando as ruas com caminhões, tratores e outras máquinas agrícolas, impedindo a entrada e saída dos funcionários e veículos da empresa. A decisão foi tomada na véspera por uma Comissão de Agricultores, apoiados pelo Sindicato Rural daquela cidade e Comissão Pastoral de Terra. Nas primeiras horas da manhã, apenas os agricultores de Santa Helena fizeram o movimento de protesto, proclamando a "CARTA DE SANTA HELENA" na qual solicitaram o atendimento de várias reivindicações. O teor da Carta de Santa Helena é o seguinte:

AO POVO, AO GOVERNO E À ITAIPU

"Ao ser decretada a construção da Hidrelétrica de Itaipu e no período que se seguiu, a empresa construtora não poupou palavras bonitas para nós, Agricultores, atingidos pelo plano de desapropriação de terras para a formação do futuro reservatório. Estas palavras foram ditas para que nós nos conformássemos com a situação. Para tal

Governo e à Empresa Construtora, para que pelo menos tomem consciência de nossa situação.

Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com a indenização não conseguiremos comprar novas terras na região e no que se refere ao reassentamento no Paraná, que é o nosso maior desejo, até hoje nem ao menos foi cogitado.

GOVERNO e INCRA - Queremos terras no Paraná. Não nos expulsem. Sabemos plantar e colher, mas só no Paraná. **NÓS AGRICULTORES DA ÁREA ATINGIDA PELA ITAIPU EXIGIMOS:** Reajuste de 100% nos preços da indenização, e também para os indenizados que ainda não receberam os cheques. - Correção cada 90 dias - Receber o cheque no máximo em 15 dias - Indenização de nossas redes elétricas - Terras no Paraná - Maior rapidez por parte do INCRA. Ass. Agricultores da região da Itaipu. Santa Helena. 14 de julho de 1980.

AGRICULTORES DE OUTRAS CIDADES

Comunicados através de telefonemas ou por noticiários radiofônicos, grande número de agricultores das cidades de Marechal Cândido Rondon, Itacorá, Missal, Guaira e outras localidades, deslocou-se para Santa Helena. Na par-

cionados.

Ciente do movimento, através de seu escritório naquela cidade, a Diretoria da Itaipu enviou para Santa Helena o seu Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha e alguns assessores, promovendo uma reunião da qual participaram os membros da Comissão de Agricultores, senhores Pastor Wernes Fuchs, da Pastoral de Terra Eno Baron, Marcelo Bitsch; Guido Guinzel (Sindicato de Medianeira), Arnildo Schmidt; Olívio Mario; Envali e Orestes José Gasperin. Além destes, participaram ainda da reunião os Drs Marcos Lichtenstein; Luiz Afonso S. Medina; Prefeito Naudé Pedro Prates; Deputado Werner Wanderer; Fidelino Tolentino e Nelton Miguel Friedrich e os senhores Andreilino de Almeida Junior, Leonardo Bitsch, Calixto Rodrigues Freitas, Celso Baron, Guido Schley, Fredolino Wagner, Adair Arnold, Alfredo Renner, Sra Noemia Renner, Ary Konrad (Comissão Pastoral de Terra), Ivo Adamanta (Sindicato de Medianeira), Hernani Pedro Pul (Sindicato de Medianeira), Aloisio Palmar (Comissão Justiça e Paz de Foz do Iguaçu).

REUNIÃO SEM IMPRENSA

Os representantes da imprensa escrita e falada, ao iniciar-se a reunião, por

sobre os preços atuais não era possível, por maior que fosse a boa vontade da Itaipu, acrescentando que "o preço médio praticado em toda a área de Itaipu, até o momento, após os vários reajustamentos, foi de 140 mil cruzeiros por alqueire. Esta média foi baseada em mais de 2.600 hectares indenizados, com cujos proprietários fizemos acordos. A divisão feita nestas indenizações, nos deram esta média de 140 mil cruzeiros. Se dobrar mos esse preço do mês de julho, o valor do alqueire se elevará para 280 mil cruzeiros, portanto muito acima da realidade desta região". Alegou ainda o Dr. Paulo que o orçamento global da Itaipu destina apenas 6 a 7 por cento para pagamento de desapropriações e com a elevação desta verba para 12 ou 14 por cento, a construção da Usina sofreria solução de continuidade dentro de seu cronograma que vem sendo religiosamente cumprido.

DEPUTADOS E AGRICULTORES PROTESTAM

Reagindo às palavras do Dr. Paulo, manifestaram-se os Deputados Fidelino Tolentino e Nelson Friedrich, na defesa das reivindicações dos agricultores, mostrando a disparidade de preço pagos pela Itaipu e os que os agricultores terão que pagar para adquirirem

Imagem 5: Jornal Hoje Foz.

Fonte: Documentos Revelados⁴².

A mobilização concentrou-se em frente ao escritório da Itaipu, em Santa Helena, e teve início no dia 14 de julho de 1980. Consistiu num movimento visando pressionar Itaipu para que a pauta de reivindicações dos agricultores fosse atendida de forma coletiva. Foi feito um comunicado "Ao povo, ao Governo e à Itaipu", no qual apresentaram a pauta de reivindicações, principalmente o reajuste no preço das indenizações, agilidade nas negociações e que as famílias fossem assentadas em terras no Paraná.

Na reunião, que aconteceu no mesmo dia com a presença de autoridades políticas e a assessoria da Itaipu, nada foi definido e os agricultores permaneceram

⁴² Disponível em:

<http://www.documentosrevelados.com.br/wpcontent/uploads/2012/02/ColonosxItaipu-jornal-hoje>.

acampados para a reunião do dia seguinte. Desta vez, a pauta de reivindicações foi atendida parcialmente. No entanto, a correção do valor pago à terra, “o preço justo”, não ficou definida. Os agricultores reivindicavam 100% de aumento no valor de indenização da terra.

No decorrer dos dias, o movimento e a organização dos agricultores foi se fortalecendo, reunindo gente de toda região. Segundo Guiomar Germani (2003), no dia 25 de julho, Dia do Agricultor, décimo segundo dia de acampamento, o movimento contava com aproximadamente 10.000 pessoas. Mas, a reivindicação dos agricultores de aumento de 100% no valor da terra não foi aceita por Itaipu.

Os agricultores continuaram se mobilizando e já planejavam o próximo passo da luta, enquanto a mobilização ganhava mais notoriedade e apoio. Para Jacob Blanc (2021), o acampamento em Santa Helena, que durou 15 dias, serviu como um teste de determinação dos agricultores e do grau de dissidência que a ditadura permitiria.

Oito meses após o acampamento em Santa Helena, foi realizada nova mobilização. Desta vez, pretendiam se concentrar em frente ao canteiro de obras da hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Segundo Guiomar Germani (2003), foi então que enfrentaram a primeira manifestação direta e aberta de repressão. Quando chegaram ao trevo de acesso a Foz do Iguaçu, a polícia militar do Paraná e a segurança de Itaipu não permitiram que eles prosseguissem de carro até o escritório central da Itaipu, na área do canteiro de obra da barragem. Dali, seguiram a pé até o trevo de acesso ao Centro Executivo da Itaipu Binacional, onde foram recebidos por 400 homens da polícia militar armados e 40 guardas de segurança de Itaipu (GERMANI, 2003, p.148).

Ali, permaneceram acampados durante 54 dias, passaram por muitas adversidades neste período, mas também receberam apoio de todas as partes do Paraná, do Brasil e até mesmo do estrangeiro. O movimento se concentrou num importante trevo que dá acesso à Itaipu na rodovia Panamericana, a BR-277. Era um ponto de passagem de todas as pessoas que se dirigiam ao Paraguai. O local ficou conhecido como “Trevo da Vergonha” (GERMANI, 2003, p. 149).

É mister destacar que a mobilização dos expropriados contou com forte apoio das entidades e organizações religiosas, especialmente da CPT, que teve um papel fundamental no sentido de organizar e apoiar o movimento. Através das

mobilizações, conseguiram um preço melhor pela terra e mais agilidade no trabalho desenvolvido pelo INCRA com relação à documentação das terras (CPT/PR, Poeira, n. 17, p. 25).

Enquanto agricultores, comerciantes e posseiros lutavam pelo preço justo das indenizações de terras realizadas pela Itaipu, os Guarani também se organizavam para resistir contra a expropriação das terras tradicionalmente suas. Não no sentido econômico, mas com a qual possuem vínculos de pertencimento e que possam continuar reproduzindo a sua cultura.

3.2 – O processo de desapropriação de Itaipu e o povo Guarani

Como demonstramos até o momento, o município de Santa Helena, mesmo antes da formação do Lago de Itaipu, já era palco de importantes mobilizações e de luta pela terra. Até o presente momento, falamos da luta dos agricultores contra as injustiças cometidas por Itaipu, enquanto órgão do governo federal, face ao processo de desapropriação decorrente da formação do reservatório de Itaipu. Mas, e os outros segmentos da sociedade tiveram alguma participação?

Paulo Koling (2011) afirma que “o Movimento Justiça e Terra (MJT) e a ação da CPT voltava-se aos colonos (proprietários e posseiros) e comerciantes. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) engajava-se na luta indígena, onde as injustiças eram mais gritantes, pois não foram indenizados, e a marginalização mais acentuada e prolongada” (KOLING, 2011, p. 6). Passemos, agora, a tratar da mobilização e resistência dos Guarani na luta contra a expropriação dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

Conforme já colocado na parte inicial deste trabalho, inicialmente foi utilizada a tática de negar ou desqualificar os indígenas que ocupavam a faixa de terras que seriam alagadas com a formação do reservatório da UHI, negando que eles realmente eram indígenas “brasileiros”. Dessa forma, negava-se, também, seu direito à terra. Após deparar-se com um grupo de indígenas vivendo naquelas terras, “o governo federal elaborou uma série de estratégias que objetivavam desconfigurar a hipótese de a região Oeste do Paraná se constituir como um espaço indígena” (CONRADI, 2007).

O referido grupo indígena era o Guarani do Oeste do Paraná e estava localizado em um território denominado por eles de Jacutinga. As primeiras ações empregadas pelo governo objetivaram desqualificar a presença ou mesmo negar a existência de índios na região. Para tanto, a Itaipu e a FUNAI constituíram um Subgrupo de Trabalho que elaborou propostas visando atender aos interesses do Estado quanto à presença indígena na região. Como resultado dos trabalhos realizados, constatou-se a presença de 11 famílias indígenas que habitavam naquele momento uma área que seria alagada com a formação do reservatório da Usina. Baseada neste relatório, a Itaipu elaborou a sua proposta de remoção e assentamento dos índios em outra área (CONRADI, 2007, p. 122).

Diante do exposto e da necessidade de resolver a questão da presença indígena na região, para possibilitar a edificação do pretendido projeto, foi criado um Subgrupo de Trabalho com o objetivo de fazer a averiguação da existência de indígenas. O Subgrupo de Trabalho XV foi constituído por duas pessoas: Saul Carvalho Lopes, funcionário da Funai, e Wilson Luiz Kaniak, servidor do Inbra. Os dois tiveram o prazo de apenas dois dias para percorrer duas extensas áreas, uma em Foz do Iguaçu e outra em São Miguel do Iguaçu, e para apresentar as soluções para o problema.

O resultado da averiguação realizada pelo Subgrupo de Trabalho foi a constatação da existência de 11 famílias indígenas que habitavam a área a ser alagada com a formação do reservatório.

Inicialmente, Itaipu ofereceu uma pequena ilha com aproximadamente 110 hectares para assentar os indígenas. Proposta essa que não foi aceita, pois os indígenas sabiam das dificuldades que teriam para sobreviver naquele espaço.

Os Guarani foram, então, removidos para a reserva de Laranjeiras, Rio das Cobras, à qual inicialmente não resistiram. No entanto, a remoção das famílias Guarani não era finalizada porque a maioria regressava ao Ocoí na primeira oportunidade. Possivelmente, os indígenas não tinham entendido a extensão do problema, pois, a princípio, eles não acreditaram na possibilidade de desvio do leito do rio e de alagamento de suas terras.

No entanto, a FUNAI já se preocupava com seus tutelados. Informada pelos Guarani do Rio das Cobras da existência do Grupo do Rio Ocoí, a FUNAI tomou a atitude lógica do seu ponto de vista: evitar problemas (para o Governo) com indenização para os índios, transferindo-os todos – mais uma vez – para a área do Rio das Cobras. Assim foi que, a partir dos meados de 1979 funcionários da

FUNAI tem feito em uma Kombi a transferência daquelas famílias indígenas. No entanto, a transferência nunca termina porque a maioria dos Guarani sempre retorna ao Ocoí, e quando a FUNAI vai buscar um novo grupo da família encontra diversos que já havia transferido anteriormente.

Na verdade, somente 3 famílias permanecem em Rio das Cobras, das que já foram transferidas (CPT/PR, Poeira, 1981, p. 25).

No intuito de resolver a questão da presença indígena na região para não atrasar o andamento da obra, a FUNAI elaborou um laudo antropológico a pedido de Itaipu, para determinar com exatidão quem realmente era índio Guarani, pois estes seriam assentados em uma reserva indígena.

O novo laudo antropológico constatou que apenas cinco famílias possuíam a “indianidade” e seriam verdadeiros Guarani. “O restante dos indivíduos não se enquadrava em seus indicadores, e foram identificados como não-índios, portanto sem direito à concessão de terra pela Itaipu (CONRADI, 2007).

Em 1982, as famílias Guarani foram assentadas numa área de 251 hectares localizada nas margens do reservatório de Itaipu, criando, assim, sob tutela da Funai, a reserva indígena Santa Rosa do Oco’y.

É importante destacar que os critérios utilizados na elaboração do relatório foram duvidosos, e muitos Guarani não foram considerados índios. Além do mais, inúmeras famílias Guarani ficaram fora do relatório, pois não se encontravam na região naquele momento. Em pouco tempo, a área do assentamento ficou pequena, pois muitos Guarani vieram se juntar ao seu povo.

Segundo Maria Lucia Brant de Carvalho (2013), a terra já era insuficiente para as necessidades de sustentação das famílias às quais foi atribuída. Outras famílias que faziam parte do Oco’y-Jacutinga, aquelas que haviam fugido da violência e ameaças, encontravam-se dispersos em outras regiões próximas. Quando foi estabelecida a Terra Indígena do Oco’y, essas famílias dispersas vieram nela juntar-se, buscando reatar seus laços de parentesco e, como era de seu direito, reocupar uma área que lhes pertencia, conforme é relatado pelos indígenas. Com a volta desses parentes, agravou-se ainda mais a situação. Na medida em que geravam filhos, a sobrevivência no local tornava-se cada vez mais difícil naquela área de confinamento.

Carla Conradi entende que a aceitação da nova área pela comunidade Guarani foi pensada como uma tática de sobrevivência e de política de manutenção

cultural de uma sociedade distinta etnicamente, pois receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a FUNAI.

Realmente, o que se viu a partir de então foi a utilização de uma nova tática na qual a comunidade Guarani se dirigiu diretamente ao principal financiador da Itaipu, o Banco Mundial, através de cartas, relatando sua trajetória de luta contra a pressão e violência praticados por Itaipu. Além disso, nas cartas também responsabilizam o Banco Mundial, enquanto financiador da obra, pelos prejuízos acarretados aos agricultores e aos Guarani.

Se por um lado Itaipu saiu satisfeita com o acordo firmado com os Guarani que aceitaram a transferência para a nova área, os indígenas nunca deixaram de lutar por uma área maior e que oferecesse as mesmas condições de vivência existentes anteriormente. No entanto, o objetivo almejado pelos Guarani, de conquistar 1.500 hectares, nunca foi alcançado.

3.3 – Estratégias de luta e resistência Guarani

Os indígenas Guarani perderam grande parte das terras que ainda lhes restava na década de 1980⁴³. Depois, iniciaram um processo de retomada dos territórios. Essa retomada tem causado conflitos que, por sua vez, se transformam em reações contra e a favor dos Guarani.

Vale destacar que os Guarani da região Oeste do Paraná nunca aceitaram a saída da região para dar lugar ao Lago de Itaipu. Resistiram enquanto conseguiram, mas, quando as águas começaram a subir e ocupar o espaço, já não havia mais o que fazer além de lutar para serem indenizados e conseguir uma área com as mesmas condições da área anterior.

⁴³ Vale destacar que a construção de Itaipu foi apenas um dos fatores responsáveis pela expropriação do território indígena, o de maior impacto realizado mais recentemente. Através de eventos anteriores, os Guarani no Oeste paranaense já haviam perdido grande parte dos territórios por eles ocupados, tanto pelas obras, quanto pelos estabelecimentos de corporações do Estado Nacional (a exemplo da Colônia Militar em Foz do Iguaçu) e os programas de expansão agrícola realizados pelo governo federal e paranaense, além das empresas e imobiliárias na extração de erva-mate e madeiras e de especulação da terra. Mas, Itaipu impactou de forma distinta das anteriores, pois afogou seus territórios e, com eles, parte do seu legado cultural.

No entanto, a área até então negociada era pequena demais para a sobrevivência dos indígenas. Continuaram sua luta para recuperar parcelas do seu território que não foram alagadas pela hidrelétrica.

Vale ressaltar que, a partir de 1981, os Guarani passaram a utilizar novas estratégias de luta e resistência. Mesmo antes de concluídas as obras, enviaram cartas dirigindo-se ao presidente da FUNAI, nas quais expressaram sua preocupação em relação à perda territorial em andamento.

Em 1982, foi enviada uma Carta da Comunidade Guarani de Jacutinga ao presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal. Na carta, informavam que não desocupariam o território sem que fosse concedida uma área para reassentamento de 1.500 hectares. No mesmo documento, questionaram a postura da FUNAI em relação ao conflito com a Itaipu, uma vez que o órgão foi criado para apoiar e proteger os indígenas.

Senhor Presidente,

A FUNAI e a Itaipu fez proposta para nossa gente de dar 20 hectares de terras em Santa Helena (PR) e mais 80 hectares de Faixa de Segurança da represa em troca das nossas terras que vão ficar embaixo da água.

Nós achamos que não ia dar pro Guarani aceitar isso porque como é que nossa comunidade vai poder viver nesses 20 ou nesses 100 hectares? Porque nós somos mais de 20 casal, e com muitas famílias.

E também não dava pra o Guarani aceitar porque nossa terra sempre foi desde o Jacutinga até o Rio Ocoí; e vai da estrada de Foz para Santa Helena, no lado que o sol levanta, até o rio Paraná, no lado que o Sol se esconde. Então como é que o Guarani vai trocar tudo isso com os 20 ou os 100 hectares de Itaipu?

Essa terra de Santa Helena nós não vamos querer, nem outras terras desse jeito. Não gostamos terra sem mato, e não pode ser pequena. O Guarani está com pressa, porque o tempo de fazer roça vem vindo, e a Itaipu está mandando sair no fim de Abril, e não queremos sair sem outro lugar (CARTA ESCRITA PELA COMUNIDADE AVÁ-GUARANI DO OCO'Y, 1982).

No documento, os Guarani registraram a recusa de uma área ofertada no município de Santa Helena. Segundo consta, “o Guarani não gosta de terra sem mato”. Deixaram claro, também, a não aceitação de área pequena, pois sempre ocuparam uma área muito grande, que agora ficaria reduzida a 100 hectares.

Em 1982 (ano em que a barragem da hidrelétrica foi concluída), iniciaram-se movimentos de apoio à questão indígena, como, por exemplo, o Conselho

Indigenista Missionário (CIMI), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) e a Pastoral da Terra. E, como resultado da pressão do movimento emergente, no mesmo ano a Itaipu destinou uma pequena área de terra aos indígenas, onde foi constituída a Reserva Indígena Tekoha Oco'y.

Nesse período, também foram encaminhadas diversas cartas aos dirigentes de ITAIPU com pedidos de mais terra e, também, alertando sobre o desbarrancamento em andamento. Em 1985, por exemplo, os Guarani da Aldeia do Ocoí, em São Miguel do Iguazu, escreveram uma carta endereçada ao diretor-geral brasileiro da Itaipu, convocando-o para comparecer à Aldeia. No documento, os indígenas denunciaram que, com a formação do reservatório da Usina, a área concedida ficou pequena e reivindicam novamente os 1.500 ha.

Em 1986, a comunidade Avá-Guarani da região do Oco'y, no município de São Miguel do Iguazu, escreveu outra carta endereçada ao presidente do Banco Mundial⁴⁴. Na carta de quatro páginas e com cinquenta e oito assinaturas, relatam sobre sua luta e sofrimento pela manutenção da terra que é sua de direito. Denunciaram a situação precária na qual estavam sobrevivendo devido ao impacto das águas de Itaipu. Esta ação chamou amplamente a atenção da imprensa nacional fazendo pressão para que a Itaipu iniciasse a busca de nova área para indenizar os indígenas (CONRADI, 2009).

Prezado Senhor,

Nós somos da comunidade de Avá-Guarani da região do Ocoí, no município de S. Miguel do Iguazu, Estado do Paraná, Brasil.

Nós queremos contar-lhes sobre a nossa luta e sofrimento. Costumávamos habitar uma área de 1500 ha, limitando ao oeste com o Rio Paraná, ao leste com a estrada Santa Helena/Santa Teresinha, ao norte o Rio Ocoí e ao sul com o córrego Jacutinga. Nossa área era toda mata. Na zona Ocoí-Jacutinga, éramos mais de 100 famílias, totalizando mais de 500 pessoas, pois as famílias eram muito grandes.

Nós vivíamos em paz até que o INCRA queimou nossas casas. Várias famílias fugiram e atravessaram o Rio Paraná entrando no Paraguai. Outras famílias foram trabalhar em fazendas vizinhas.

Algumas famílias eram mortas pelos brancos, assim nossa comunidade diminuiu para apenas 30 famílias que se esconderam na mata.

Nossa área iria ser alagada pela represa da ITAIPU. Então o pessoal do projeto ITAIPU avisou a FUNAI que existiam nativos na área a ser

⁴⁴ O objetivo da carta destinada ao Banco Mundial foi de chamar a atenção do credor do governo brasileiro, pois a construção da Itaipu Binacional foi financiada através do Banco Mundial.

inundada (CARTA ESCRITA PELA COMUNIDADE AVÁ-GUARANI DO OCO'Y, 1986).

Na carta, escrita em 1986, a comunidade indígena do Oco'y fez várias denúncias ao credor da obra na tentativa de conseguir apoio contra os abusos denunciados na carta. Além das dificuldades de sobreviver em uma área tão restrita, denunciaram, também, a drástica redução da população da comunidade, que passou de 100 para apenas 30 famílias. Tal redução teria acontecido em função de ameaças que faziam com que os nativos fugissem, bem como por assassinatos cometidos pelos brancos.

Segundo Carla Conradi, a tática utilizada pelos Guarani repercutiu polemicamente tanto na imprensa no âmbito estadual e nacional, quanto internamente na Usina, pressionando-a a adotar novas estratégias de ação. Iniciou-se um novo conjunto de negociações para o reassentamento da comunidade em uma outra área. A partir do novo laudo antropológico elaborado por um antropólogo indicado pela ABA, buscou-se uma nova área para assentar os indígenas. Este cientista determinou, em seus estudos, que a reserva do Oco'ý era inadequada aos Guarani, e que uma nova área deveria ser demarcada e deveria identificar-se com a organização espacial e social dos Guarani, respeitando, assim, os seus padrões culturais (CONRADI, 2009).

Sem dúvida, a estratégia utilizada pelos Guarani, dirigindo-se diretamente ao credor da obra, foi algo inédito e de muita perspicácia. Como já haviam enviado várias cartas endereçadas aos órgãos e autoridades nacionais sem surtir o efeito esperado, resolveram enviá-las ao órgão internacional e principal financiador da obra.

Em 1987, foram enviados pelo Banco Mundial dois funcionários do Escritório de Meio Ambiente e Assuntos Científicos, para averiguar as denúncias. Os representantes do Banco elaboraram um relatório das políticas desenvolvidas pela Usina, apresentando metas para a solução da questão e, principalmente, para a ampliação da reserva.

Em 1988, a mesma comunidade escreveu outra carta aos “Senhores do Banco Mundial”, fazendo denúncias de irregularidades e violências cometidas pela Itaipu.

Nós estamos agora 37 família e 202 pessoa nessa pequena terra 231 hectares, agora nós vemos que vocês não tem preocupação de nós e de ninguém, vocês fala mas não faz se tivece preocupação de nós ja tia solucionado nosso problema, vocês não tem mesmo preocupação de nós, porque a carta ja bem 2 vezes, ai que nós vemos vocês não vai ajudar a nós.

Agora contamos também que Itaipu só quiere enganar a nós só quiere moleza.

Itaipu ofereceu 3 ilhas uma tem 51 hectares outra tem 50 a terceira 171 hectares que nós não aceitamos nem uma, se nós aceita Itaipu vai dar barco o balsa. Para que isso? Nós não aceitamos desde isso Itaipu não apareceu mais, porque nós não aceitamos o que eles quiere dar (CARTA ESCRITA PELA COMUNIDADE AVÁ-GUARANI DO OCO'Y, 1988).

Através das cartas enviadas ao Banco Mundial, a comunidade Guarani procurou sensibilizar os credores da obra e, ao mesmo tempo, responsabilizá-los pelas consequências geradas por ela. Dentre elas, principalmente a falta de terras para os Guarani. Além disso, os Guarani deixaram claro que não aceitavam ilhas, alegando não ser um local adequado para que pudessem viver segundo o modo de ser Guarani.

Por ocasião da visita dos técnicos enviados pelo Banco Mundial, após receberem as denúncias feitas pelos Guarani, através das cartas enviadas, foi recomendada a aquisição de uma área maior para os Guarani.

Inicialmente, a Itaipu procurou por áreas que não representassem maiores custos para ela. Novamente, pensou-se na possibilidade de conceder aos Guarani áreas no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, ou no Parque Maracaju, em Guaíra. Outra sugestão seria a doação de uma área de reserva florestal, de propriedade da empresa, localizada próximo ao Ocoy. Buscou-se, também, uma área no Município de Santa Helena que fosse da Itaipu, solução indicada pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, conhecedor da existência nesse município dos Tekoha Dois Irmãos e Santa Rosa, também alagados pela usina (ALCÂNTARA, 2019, p. 112).

Em meio a esse contexto, em 1988 passou a vigorar a Nova Carta Constitucional, também chamada de Constituição Cidadã, pelos avanços em direção à cidadania e à dignidade da pessoa humana. Trata-se da sétima Carta Constitucional da história do nosso país e consolidou o Estado Democrático de Direito.

A aprovação da Constituição de 1988 serviu de base legal no sentido de legitimar e fortalecer os movimentos de defesa da causa indígena, pois estabeleceu alguns direitos aos índios, como a definição sobre a demarcação de suas terras garantida no texto constitucional.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, Constituição Federal/1988, Art. 231).

A aprovação do texto Constitucional (parte que diz respeito aos direitos dos povos indígenas originários), em grande parte, foi resultado da luta e resistência dos povos indígenas. Mas, nem tudo que está previsto na Constituição se concretizou, principalmente quando se trata da demarcação de terras indígenas.

A Constituição de 1988 consagrou aos povos indígenas o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas e definiu que a demarcação deveria ocorrer em até cinco anos após sua promulgação. No entanto, as conquistas territoriais indígenas na região Oeste do Paraná, foram resultados de suas lutas e estratégias das políticas adotadas. Ou seja, mesmo sendo um direito constitucional, a demarcação de terras indígenas não se efetivava.

Mas, apesar de fortalecida com o novo texto constitucional, de conquistar muitos apoiadores da questão étnica e uma participação mais ativa da comunidade indígena na defesa de seus interesses e objetivos, foi preciso dar continuidade à luta.

Em novembro de 1988, logo após a promulgação da nova Constituição do país, o Centro de Estudos e Atividades de Conservação da Natureza (CEACON), com sede em São Paulo, endereçou uma carta aos dirigentes de Itaipu (CONRADI, 2009, p. 101). Na carta, a empresa reconhecia a importância econômica e política para o país da construção e manutenção da Usina Hidrelétrica, para o fornecimento de energia. No entanto, também admitia que era preciso haver “mais respeito a aqueles que vivem aqui e aos recursos naturais, ‘findáveis’, que ainda restam”. Fez referência ao que estabelecia a Constituição e ao texto dos Direitos Humanos Mundiais, que proíbem haver preconceito racial ou religioso.

Seja com base no texto dos Direitos Humanos Mundial e da própria constituinte brasileira, é proibido haver preconceito racial ou

religioso. Não encarem os índios como marginais, vagabundos ou algo semelhante. Peço-lhes sim que procurem compreender a importância que um bom território tem para eles, onde possam desenvolver suas atividades livres, sem serem incomodados [...] Procure lembrar que os Guarani de Ocoi, juntamente com mais algumas poucas centenas de índios que habitam o território brasileiro, são os vestígios da grande nação indígena que um dia recebeu os primeiros imigrantes europeus e posteriormente foram caçados e escravizados. Chega disso: Colabore para a preservação da cultura deste povo, ajudando-os a manterem-se vivos. Para tanto, basta permitir que eles recebam a porção de terra com vegetação que tanto desejam. Considere, também, a hipótese de que eles poderão colaborar, indiretamente, com a manutenção das imediações do “Lago de Itaipú” pois certamente evitarão o desmatamento e erosão do solo além de outros problemas ambientais (CEACON, 1988).

Além do respeito aos direitos humanos, o texto da carta também destacava a importância do território para os indígenas do Ocoi e da preservação ambiental e cultural. Colocou os Guarani do Ocoi como possíveis agentes de preservação ambiental.

No período pós 1988, surgiram órgãos e entidades de apoio à causa indígena. Além disso, o movimento de resistência e organização dos Guarani na região Oeste do Paraná se intensificou. Continuaram enviando cartas denunciando as injustiças que estavam sofrendo. Enviaram, ainda, outras cartas à Presidência da República, bem como a outros órgãos, como, por exemplo, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério da Justiça.

Decidiram, então, se reportar à Presidência da República do Brasil, através do envio de cartas. Em 30 de abril de 1992, enviaram uma carta dirigida ao presidente Fernando Collor de Mello, em que pediam uma reunião para solução acerca do problema territorial.

Sem encontrarem solução para os problemas apontados nas denúncias, decidiram se reportar aos credores da obra, através das cartas acima mencionadas. Apesar da repercussão que teve na imprensa, continuaram sem soluções efetivas para o problema territorial vivido.

Somente depois de quase duas décadas de luta por mais terra e de realizarem a primeira ocupação com esta demanda no Refúgio Ambiental Bela Vista (área da Itaipu Binacional), em 1996 a Itaipu adquiriu uma área em Diamante D'Oeste com aproximadamente 1.700 hectares, o atual Tekoha Añetete. Ainda

assim, com a reserva Ocoy e a aquisição de Añetete, havia escassez de terra para os Guarani.

A FUNAI passou, então, a negociar a compra de mais uma área, também em Diamante D'Oeste. Após terminada a negociação, a Itaipu se negou a colaborar com recursos e a compra de Itamarã, em 2007, coube somente à FUNAI (ALCÂNTARA, 2009, p. 115).

3.4 – Ações e reações da sociedade civil local

Passados quase 50 anos do início da construção da Usina de Itaipu, se considerarmos que o Tratado de Itaipu foi assinado em 1973, a maioria dos problemas e impactos causados pela construção da obra continuam sem solução. A Terra Indígena Guarani em Santa Helena não está regularizada, pois aguarda estudos de identificação e delimitação pela FUNAI desde 2009. A não demarcação das terras indígenas provoca a própria negação a muitos direitos básicos constitucionalmente assegurados aos povos originários – como educação, saúde, saneamento, que as entidades responsáveis, sob a justificativa de que a área não estava oficialmente reconhecida, alegavam que não poderiam realizar ou garantir.

Conforme Teresa Masuzaki (2016), a partir do momento em que os povos indígenas passaram a se organizar politicamente na luta pela retomada de suas terras, também foram vítimas de um vigoroso movimento de difamação e falsas informações, orquestrado pelos setores ruralistas da região. As ações dos setores dominantes têm forte apoio de deputados, senadores, prefeitos e de empresas, incluindo as cooperativas, dentre outros, que vêm a fortalecer e legitimar o discurso de ódio e preconceito contra os indígenas. Essas ações ocorrem por meio da mídia e imprensa local (com forte aparato do movimento anti-indígena a nível nacional) e através de eventos locais e regionais. O movimento anti-indígena acabou fortalecendo o preconceito da sociedade não indígena em relação aos Guarani. Dentre os discursos preconceituosos, destacam-se os de que os “Guarani não são indígenas, mas paraguaios”, que “esses índios não são daqui”, de que o “índio não gosta de trabalhar”, que “esses índios vêm para tomar terra produtiva”, dentre outros.

Além de ter que enfrentar os discursos preconceituosos citados, nos últimos anos, a Itaipu tem intensificado suas ações contra os povos Guarani,

procurando criminalizar lideranças e comunidades, por meio de ações judiciais, especialmente de reintegração de posse e de “crimes ambientais”, que têm movido contra os Guarani que ocuparam áreas remanescentes ou às margens do reservatório.

Em novembro de 2017, a Justiça Federal determinou que as terras indígenas localizadas em Santa Helena e São Miguel do Iguçu, no Oeste do Paraná, teriam que ser demarcadas no prazo máximo de dois anos. O Ministério Público Federal alegou demora de dez anos da FUNAI para finalizar estudos sobre as áreas e as inúmeras consequências ao povo Guarani. Foi reconhecido o drama vivido pela comunidade indígena citando: “falta de terra para plantar e para comportar o aumento demográfico da comunidade, falta de alimentos, desnutrição infantil, contaminação das águas por agrotóxicos de fazendas lindeiras, casos de malária”⁴⁵.

Em março de 2018, cinco indígenas foram presos pela Polícia Ambiental do Paraná por retirar três pedaços de bambu em área de proteção. Além da prisão, os indígenas pediram ao Ministério Público Federal para abrir investigação sobre o caso, pois os indígenas presos teriam sofrido ameaças e violências cometidas pelos policiais ambientais. Segundo relatos, na delegacia eles foram proibidos de sentar em cadeiras “por serem imundos”. Esperaram no chão, ao escutar sequências de violências verbais: “Diziam que nós não éramos índio, que nós era paraguaio. Isso é uma coisa que maltrata a gente”, comentou o cacique Claudio Bararaka, um dos indígenas presos⁴⁶.

Frequentemente, o povo Guarani tem sido notícia nos jornais locais. Sua presença na região Oeste do Paraná tem gerado um clima de hostilidade e tensão à sociedade não índia. O assunto é motivo de preocupação em toda a região, principalmente para os proprietários rurais do município de Santa Helena, que temem perder as terras, e para as lideranças políticas locais.

16 LAINY, Lais. Dois anos para demarcar terras indígenas no Oeste. Terra Notícias, 2017. <http://www.catve.com/portal/noticia/2/203368/dois-anos-para-demarcar-terras-indigenas-no-oeste---por-lais-lainy/>

⁴⁶ Reportagem completa disponível em: <https://cimi.org.br/2018/03/em-carta-ao-mpf-ava-guarani-do-parana-cobram-providencia-contra-humilhacao-em-prisao-de-indigenas/>

Esta preocupação fica clara nas notícias divulgadas pelos jornais da região. Veja abaixo a manchete e um trecho da mesma reportagem do jornal “O Presente”, do dia 27 de março de 2018:



Imagem 6: Ocupações indígenas irregulares geram tensão em Santa Helena.
 Fonte: <https://www.opresente.com.br>

A vinda dos novos grupos para Santa Helena, pondera o prefeito, é desconhecida. Entretanto, ele pontua que há uma preposição de demarcação de terras para o município que é colocada para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo Ministério Público Federal (MPF), porém nunca foram realizados estudos antropológicos no município. “Talvez esse seja o motivo pelo qual os grupos de indígenas tenham vindo para cá e haja a preocupação de que mais tribos venham para o município, uma discussão que gera bastante tensão especialmente aos produtores rurais, menciona.

Copatti diz que por mais que as áreas ocupadas até o momento sejam de posse do Estado e da Itaipu e nenhuma propriedade particular ou do município tenha sido invadida, não é possível saber quais atitudes podem ser tomadas pelos grupos indígenas no futuro próximo. “É um momento de bastante preocupação por isso os agricultores também organizaram uma reunião na semana passada em Santa Helena Velha para debater esse assunto”, revela. “Não sabemos qual a real motivação da vinda desses grupos, pois eles não quiseram se identificar, não nos deixaram chegar até as aldeias”, completa o prefeito (O PRESENTE, 27 de março de 2018).

Na fala do prefeito, Airton Copatti, é possível perceber a preocupação de que mais grupos indígenas venham para o município. Demonstra, também, sua preocupação em relação às possíveis tensões que a presença indígena poderia gerar no futuro, apesar de nenhuma propriedade particular ter sido ocupada. Menciona, ademais, a realização de uma reunião organizada pelos agricultores da

comunidade de Santa Helena Velha para debater sobre a presença indígena na comunidade. A respeito do assunto, o prefeito diz acreditar que uma possível demarcação de terras no município fosse o motivo da vinda dos Guarani para Santa Helena.

Em abril de 2018, novamente ocorreu uma mobilização dos agricultores e empresários de Santa Helena. O Ato ocorreu no dia 5 de abril, com ampla mobilização da Associação Comercial e Industrial de Santa Helena (ACISA), e teve como objetivo apoiar os agricultores e mobilizar a população contra a demarcação de terras indígenas. No dia e horário marcados para o Ato, ocorrido em frente ao Paço Municipal, empresários fecharam o comércio e se juntaram aos agricultores do município conforme orientação no banner abaixo:



Imagem 7: *Banner* da manifestação realizada em Santa Helena (PR) no dia 5 de abril de 2018 contra a demarcação de áreas indígenas.

Fonte: Jornal Correio do Lago.

Também em abril de 2018 houve uma reunião com lideranças indígenas em Santa Helena, que deliberaram pelo compromisso de não aumentar a população indígena⁴⁷ e resolver sobre qual seria a melhor forma de alocação das famílias que,

⁴⁷ A reunião foi realizada em Santa Helena, na qual tratou-se de não realizarem a inclusão de mais pessoas Guarani para residirem no local da ocupação.

diante da precariedade de suas instalações, veem negados seus direitos sociais básicos como água, alimentação e moradia.

Em agosto de 2018, novamente são noticiados conflitos entre Itaipu e os Guarani. A manchete foi a seguinte: “Itaipu ameaça despejar comunidade Guarani em Santa Helena, Oeste do Paraná”. O artigo foi escrito por Rafael Nakamura (originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique*) e disponibilizado no site do Centro Indigenista de Trabalho (CTI)⁴⁸.

Desde o início de agosto a comunidade da aldeia Pyahu Guarani – no município de Santa Helena, Oeste do Paraná – passou a conviver com a ameaça de uma reintegração de posse. Na aldeia vivem atualmente cerca de 30 indígenas, boa parte crianças. A área, reocupada pela comunidade Guarani desde o início do ano, é disputada judicialmente pela Itaipu Binacional que conseguiu uma liminar de reintegração de posse na Justiça Federal em Foz do Iguaçu.

“Não tenho para onde ir com as famílias que estão aqui comigo”, diz Fernando Lopes, cacique do Tekoha Pyahu Guarani. Segundo informações da Assessoria Jurídica da comunidade, o mandado de reintegração já está nas mãos do oficial de justiça em Santa Helena e pode ser cumprido a qualquer momento, deixando os indígenas desabrigados (CTI, 2019).

Desde o início do ano de 2018, momento em que se intensificou a presença indígena no município de Santa Helena, os Guarani têm sofrido constantemente com ameaças de reintegração de posse impetrados na Justiça por iniciativa da Itaipu Binacional, deixando um constante clima de insegurança nas comunidades Guarani.

Em setembro do mesmo ano, uma portaria publicada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi motivo de comemoração para o povo Guarani. A portaria nº 1118/2018 formalizava a constituição do Grupo Técnico (GT) responsável por realizar os estudos para confirmar a identificação para delimitação das áreas de terras tradicionais reivindicadas numa luta histórica das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. A portaria refere-se, especificamente, às Terras Indígenas Ocoy e Santa Helena, localizadas em áreas da Itaipu, nos municípios de São Miguel do Iguaçu e Santa Helena.

⁴⁸ Lei na íntegra: <<https://trabalhoindigenista.org.br/itaipu-ameaca-despejar-comunidade-guarani-em-santa-helena-oeste-do-parana/>>. Acesso em: 06/06/22.

Em fevereiro de 2019, o Portal Porém.Net divulgou a seguinte manchete: “Decisão do TRF4 que determinou reintegração de território indígena pela Itaipu deve ser suspensa, defende PGR”. O pedido foi encaminhado pela Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, ao Supremo Tribunal Federal pedindo a suspensão da decisão Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que autorizara o despejo de duas comunidades indígenas Avá-Guarani em Santa Helena. Segue um trecho da reportagem:

A determinação atendeu pedido da Itaipu Binacional, feito em processo de reintegração de posse contra a União e o cacique Lino Cesar Cunumi Pereira. De acordo com a PGR, o cumprimento da ordem pode ter efeitos graves sobre os integrantes do grupo indígena, além de intensificar conflitos, com perigo de grave lesão à segurança dos indígenas, de não indígenas e de agentes do Estado. “O caso demanda, assim, a intervenção excepcional do STF que, atento à gravidade da situação e ao risco de danos irreversíveis à comunidade indígena ali instalada e aos demais envolvidos, atuará como agente pacificador”, argumenta a PGR (Porém Net, 2019).⁴⁹

Em depoimento ao Jornal “Porém.Net”⁵⁰, em março de 2019, o cacique Fernando Lopes, já citado anteriormente, afirmou que:

Historicamente nossos parentes viveram aqui, antes de Itaipu alagar às margens do Rio Paraná. Nossos antepassados tiveram que fugir após o alagamento. Essa era uma terra tradicional, aqui era o Tekoha Dois Irmãos, e voltamos para ocupar esse espaço. Mas desde que entramos aqui a Itaipu não nos deixa em paz. Já tentaram três vezes nos despejar, colocar essas famílias nas ruas (PORÉM NET, 2019).

Outra liderança indígena, em depoimento ao jornal⁵¹ também já mencionado, deu sua versão em relação à postura da Itaipu sobre a ocupação do território. Segundo o cacique Nelson Ribeiro, da aldeia Vy’a Renda, a Itaipu sempre viu os indígenas como indigentes: “A Itaipu despreza nossa presença histórica, nega nossa identidade e finge não compreender nossa luta pela retomada de parte do

⁴⁹ Leia na íntegra: <<http://porem.net/2019/02/07/decisao-do-trf4-que-determinou-reintegracao-de-territorio-indigena-pela-itaipu-deve-ser-suspensa-defende-pgr/>>. Acesso em 06/06/2022.

⁵⁰ [Porém.net](http://porem.net) - Urgente: Iminente despejo de famílias indígenas em Santa Helena. 11 de março de 2019.

⁵¹ [Porém.net](http://porem.net) - Luta pelas terras indígenas no Oeste do Paraná tem avanço histórico para o povo Guarani. 14 de setembro de 2018.

território original. [...] Além do reconhecimento de nossos direitos, também lutamos para ter harmonia na convivência com nossos vizinhos, os agricultores”.

Nelson Ribeiro, cacique da aldeia Vy'a Renda de Santa Helena Velha até 2020, escreveu uma carta, também assinada por outros caciques da região, que foi enviada para a Câmara de Vereadores de Santa Helena, reiterando o compromisso com a luta pela demarcação de terras públicas, sem qualquer interesse sobre as chamadas áreas privadas. Segue um trecho da carta na qual o cacique enfatiza que não existe intenção de ocupação de áreas de terras privadas no município de Santa Helena:

Eu, Nelson Ribeiro, [...] cacique da aldeia Vya Renda de Santa Helena Velha, venho por meio deste, esclarecer que não existe nenhuma intenção ou organização de outras aldeias objetivando invasão de área de terras no município de Santa Helena (RIBEIRO, 2018).

Em relação à formação do GT, criado em 2018, Nelson Ribeiro disse, no entanto, que é apenas o início de uma vitória: “A vitória completa teremos quando as terras originais forem demarcadas e legalizadas e quando nossa gente não sofrer mais hostilidade alguma nas cidades, nem por parte dos produtores rurais. Os agricultores da região são vítimas da Itaipu também, assim como os Guarani” (PORÉM.NET, 14 de setembro de 2018).

Na fala de Nelson Ribeiro, podemos perceber que ele procurou deixar claro que a luta do povo Guarani não era contra os agricultores da região, pois entendia que eles também foram vítimas da Itaipu. É provável que o cacique estivesse se referindo ao processo de desapropriação sofrida pelos agricultores para colocar em prática a construção da Usina de Itaipu Binacional, com a qual muitos não receberam um preço justo pela terra.

O cacique também demonstrou a preocupação em ter uma relação harmônica com os agricultores da região, ressaltando a necessidade da demarcação e legalização de terras públicas para que os Guarani não sofressem mais hostilidade da população local.

Entendemos que se trata da luta por representações e que ela é tão importante quanto a luta pela terra, pois ambas estão intimamente articuladas. Além

disso, trata-se de uma luta totalmente desigual, pois os indígenas mobilizam pouco poder e força social nesse campo.

Mas, certamente a situação do povo Guarani do Oeste do Paraná é muito preocupante. As terras demarcadas até o momento são insuficientes e, nas ocupações recentes, especialmente no município de Santa Helena, as condições materiais de vida são precárias. Além disso, a Itaipu Binacional parece tentar o tempo todo desarticular suas mobilizações. Eles enfrentam, também, a crescente hostilidade da sociedade local, que já chegou a organizar manifestações amplamente divulgados e apoiados pela mídia e pela sociedade local contra a demarcação de terras indígenas.

3.5 – Os Principais desafios no Tekoha Vy'a Renda

Desde o primeiro contato com os indígenas da comunidade do Tekoha Vy'a Renda, realizado em 2018, percebeu-se o descaso dos agentes públicos em relação à presença indígena no município de Santa Helena. As famílias indígenas não têm a garantia de condições e direitos básicos mínimos, como acesso à água potável, energia elétrica, escola, saúde, alimentação, dentre outros. Além de enfrentar diariamente a forte hostilidade da população não indígena local.

Santa Helena Velha, distrito do município do Santa Helena onde se localiza o Tekoha Vy'a Renda, embora seja uma comunidade pequena, possui quatro empresas, algumas com um número considerável de funcionários. No entanto, a mão de obra Guarani não é aceita nas empresas locais, possivelmente como forma de enfraquecer a resistência indígena. Muitos são forçados a sair da comunidade para procurar trabalho devido à escassez de terra. A área é pequena e não permite a subsistência de todas as famílias da comunidade. Muitas famílias não têm acesso à terra dentro da comunidade. A área foi dividida entre as primeiras famílias que chegaram, em 2008 e 2009. Os demais, só têm acesso à terra se alguma família sair da comunidade, sendo para isso necessário pagar pela casa e demais benfeitorias, se tiver.

O trabalho informal nas comunidades indígenas já é utilizado há bastante tempo. No entanto, recentemente surgiu na comunidade Vy'a Renda o trabalho formal nas indústrias. Os indígenas relataram nas entrevistas realizadas que

conseguem apenas trabalhos temporários, geralmente na agricultura. Alguns deslocam-se diariamente a municípios vizinhos para servir de mão de obra nas indústrias.

A terra ocupada pelo Tekoha carece de áreas para atividades extrativistas de frutos e matéria-prima para a prática do artesanato, que poderia ser uma alternativa de renda para as famílias.

Isto posto, é importante citar uma passagem da tese da historiadora Sarah Ribeiro em seu estudo sobre os Guarani do Oco'y, na qual ela coloca que a sociedade é essencialmente auto-alteração, ou seja, transformação:

A transformação sócio-cultural oriunda da interação dos indivíduos com os membros do coletivo compartilhado, com a natureza e com diferentes interlocutores dá origem à autoidentificação, ou ao ser social, em constante mutação em decorrência da dinâmica intrínseca aos intercâmbios que perpassam uma sociedade (RIBEIRO, 2002, p. 257).

Esta transformação a que se refere a autora foi e é resultado da convivência dos membros de um coletivo entre si, com a natureza ou do contato com outros grupos. Este contato entre os indivíduos não representa perdas culturais, mas põe em ação o sistema de valores, reproduzindo-os, modificando-os ou revestindo-os de novos significados.

Portanto, sair da comunidade indígena para trabalhar não significa deixar de ser Guarani, significa adaptar e reelaborar a partir das condições que lhe são impostas, o seu modo de ser Guarani. Mas não há como negar que, para isso, algumas condições são importantes. A terra, a língua e a religião são consideradas essenciais para manter a cultura.

A comunidade indígena Vy`a Renda está aguardando a demarcação e ampliação há mais de 10 anos e as dificuldades enfrentadas naquele Tekoha são inúmeras.

A área ocupada pelo Tekoha é de sete alqueires, divididos entre 35 famílias que vivem a difícil tarefa de sobreviver em uma área tão restrita, onde falta

terra, falta água na “Terra das Águas”⁵², faltam condições de vida dignas para o povo Guarani. A solução encontrada por algumas famílias foi a busca por trabalho fora do Tekoha. Além da pequena área de plantio, algumas famílias recebem uma cesta básica mensal.

Segundo Vergínia, professora da comunidade, a falta d’água é um problema grave. Ela relatou que há muito tempo a caixa d’água está com problema e desde então é necessário o caminhão pipa para fazer o abastecimento. Há alguns meses, a municipalidade forneceu uma caixa d’água nova, mas ela ainda não foi instalada. Disse, também, que a falta d’água no verão é uma constante. “Acho que os agricultores usam muita água no verão daí não sobra pra nós”, relatou Vergínia.

Em relação à distribuição de cestas básicas, Vergínia disse que são poucos itens: dois pacotes de arroz (10 kg), um óleo de soja, 2 kg de farinha de trigo, 4 kg de feijão branco, 2 kg de açúcar, 1 kg de leite em pó, 1 kg de fubá e 1 kg de macarrão. Quanto à periodicidade do fornecimento das cestas, relatou que nos últimos oito meses receberam duas cestas básicas da FUNAI. Algumas famílias recebem cestas básicas da Secretária de Assistência Social do Município de Santa Helena.

Como podemos ver, a quantidade de alimentos distribuídos não é muito significativa, uma vez que cada família recebe uma cesta básica, independentemente do número de pessoas que a compõem. Em relação aos itens que compõem a cesta que recebem, podemos observar que, em grande parte, são alimentos ultraprocessados e ricos em carboidratos. Além disso, são alimentos que não fazem parte da base alimentar do povo Guarani, podendo influenciar o consumo alimentar cultural desse povo e refletir no seu estado nutricional e de saúde em geral. Desta forma, a auto-alteração é algo muito presente na comunidade Vy’A Renda, pois trata-se de uma comunidade espoliada de seus meios de subsistência que reelabora seu modo de vida para angariar recursos a fim de amenizar as dificuldades. Estas dificuldades se refletem em diversos aspectos: saúde, educação, religiosidade, alimentação, saneamento básico, entre outros.

⁵² Com a formação do lago de Itaipu, o município de Santa Helena teve tomado um terço de seu território. A partir de então, passou a ser conhecida como “Terra das Águas”. Santa Helena é um município brasileiro do estado do Paraná. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2021, é de aproximadamente 27.036 habitantes.

Durante uma das visitas, Vergínia me mostrou a escola na qual trabalha, me relatou as dificuldades que enfrenta no trabalho diário com as crianças e me pediu ajuda para conseguir materiais para desenvolver o trabalho com elas.

A escola da comunidade é mantida pelos próprios indígenas e encontra-se em situação precária. Recebe descartes de escolas públicas, como mesas e cadeiras. Em dias de chuva, a prática do ensino é inviabilizada. Logo abaixo, pode-se observar a escola indígena do Tekoha Vy`a Renda, no município de Santa Helena.



Imagem 8: Escola da comunidade do Tekoha Vy`a Renda.
Na imagem, a professora Vergínia.
Fotografia tirada pela autora em 27/09/2022.

Ao todo, são atendidas 40 crianças, divididas em dois turnos. A escola tem aproximadamente 20 m², com chão batido, paredes de madeira com frestas enormes. Conta com algumas carteiras conseguidas através de doações, que se encontram sem condições de uso, cadeiras e uma mesa para a professora. Sobre a mesa, estavam duas caixas vazadas, cobertas com uma toalha de mesa, onde a professora guarda os cadernos dos alunos.

Vergínia contou que quando faz calor torna-se impossível ficar dentro da sala. A opção que lhe resta é tirar as carteiras para fora e trabalhar ao ar livre com as crianças. Contou, ainda, que não tem como manter os cadernos limpos, pois a sala tem frestas enormes e o vento traz muito pó, sujando os materiais.

Outro obstáculo enfrentado é a iluminação. A sala de aula conta apenas com a luz natural, graças às enormes frestas nas paredes e duas pequenas janelas. Vergínia contou que depende de doações para manter a escola funcionando. Disse, ainda, que na maioria das vezes ela compra os materiais para poder continuar trabalhando. Nessa escola, as crianças aprendem a língua materna, ou seja, o Guarani. Frequentam a escola regular, “dos brancos”, e no contraturno estudam na referida escola.

Quando perguntada sobre as formas de lazer, Vergínia disse que todos os sábados acontecem jogos amistosos de futebol. Às vezes, na própria comunidade ou em outro Tekoha próximo. Também acontecem campeonatos de futebol, que, neste caso, envolvem vários Tekoha.

Percebe-se que o sagrado ocupa um lugar muito importante na comunidade indígena Vy`a Renda. Nesta comunidade, existem duas casas de reza. Durante uma das visitas à comunidade, perguntei à professora por que há duas casas de reza (Opy) e fui informada de que se deve à dificuldade de que o xamã teria, em caso de urgência, como por exemplo se acontecer um temporal, de se deslocar até a casa de reza mais antiga, que se localiza a uma certa distância da casa do xamã. Certamente, a vivência do sagrado é um fator que contribui para a manutenção da cultura, religiosidade e da unidade do povo Guarani. Veja imagem abaixo:



Imagem 9: Casa de reza da comunidade do Tekoha Vy`a Renda. Fotografia tirada pela autora em 27/09/2022.

Vergínia me acompanhou na entrevista com o xamã⁵³ Ildo Benites e sua esposa Roberta Rocha (definida como benzedeira pela comunidade), e fez a intermediação, pois ambos têm dificuldade na comunicação em português. A entrevista foi realizada na casa de reza (próxima à casa do xamã), ambos estavam acompanhados de seus cachimbos. O Ildo tem 59 anos e sua esposa, Roberta Rocha, tem 58 anos.

O casal não teve filhos, mas cuidam de Reinaldo, filho de uma irmã de Roberta que morreu durante o parto de Reinaldo. Hoje, ele está com 15 anos e segue os passos dos pais adotivos participando ativamente das atividades religiosas e de benzimento.

⁵³ O termo *xamã* refere-se ao que comumente se entende por “pajé”. Aqueles que, segundo a crença Guarani, são capazes de curar, de prever, de descobrir nome dos recém nascidos. Vale citar uma obra muito esclarecedora neste sentido, que vem a ser o livro de Hélène Clastres: “Terra Sem Mal”.



Imagem 10: Ildo Benites e a esposa Roberta, na Casa de Reza.
Fotografia tirada pela autora em 27/09/2022.

O xamã contou que ele e sua esposa nasceram em Jacutinga e depois seus pais se foram para o Oco'y e, mais tarde, para o Paraguai. Quando os pais faleceram, ele voltou para o Oco'y porque não queria ficar sozinho no Paraguai e não fazia mais sentido permanecer lá. Veja, abaixo, um trecho da entrevista:

Do Oco'y que a gente veio aqui em Santa Helena. Nhanderu sabe porque estou aqui, e agora sou responsável pela casa de reza. Aqui na Terra a gente cuida de todo mundo através da nossa casa de reza. Aqui rezamos pelos índios e também pelos brancos, nossa reza é para todos (BENITES, 2022).

Ildo Benites não soube precisar o motivo nem a data em que seus pais saíram do Oco'y indo morar no Paraguai. Mas recorda que era pequeno, tinha aproximadamente sete ou oito anos de idade. Levando-se em conta a idade que ele tem hoje, podemos dizer que o fato ocorreu no início da década de 1970,

período em que estavam ocorrendo as expropriações de terras em toda a região Oeste do Paraná decorrente da construção da Itaipu Binacional.

Ao analisar a atuação dos povos indígenas que, ao reafirmarem modos particulares de existir e resistir, podemos considerar a análise de Bourdieu acerca do *habitus*, em que o autor analisa como as pessoas constroem o campo social no seu dia a dia, em uma verdadeira interdependência com a estrutura social. Trata-se de uma aprendizagem de como perceber o mundo e atuar nele. O *habitus* seria a experiência social incorporada em nossas mentes.

Ao apropriarem-se politicamente da identidade indígena, reafirmam seus direitos originários a partir de valores não econômicos, ao mesmo tempo em que adquirem caráter de classe, no enfrentamento com proprietários de terra, com o capital. Nessa perspectiva, o conceito do *habitus* é entendido como princípio gerador das práticas, e torna-se um importante instrumento para a compreensão das atitudes que estruturam e originam as práticas.

Dessa forma, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Apesar de o processo de expropriação que eles vêm sofrendo, os povos indígenas vêm resistindo e lutando. A terra para os Guarani está repleta de relações simbólicas, redes de parentesco, modos de produção e a própria base dos modos de vida e de significação dos indígenas. São seus lugares históricos e sagrados. Sendo assim, vejamos o que dizia Pierre Bourdieu a respeito dos símbolos:

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989. p.11).

O conceito de violência simbólica em Boudieu⁵⁴ visa apresentar de que maneira a autoridade e o poder de agentes ou instituições são naturalizados, ou seja, considerados “normais” em uma sociedade.

Ao estabelecerem o território como condição de existência, os indígenas nos mostram que as frentes de conflito são mais amplas que a relação capital-trabalho e devem ser entendidas baseadas nas relações sociais e de poder.

Neste sentido, entende-se a luta, as formas de resistência e os conflitos vivenciados pelos povos indígenas como uma verdadeira luta de classes⁵⁵. A aldeia Tekoha Vy´a Renda de Santa Helena, desde 2009, aguarda a realização dos estudos de identificação e delimitação da FUNAI. Além disso, enfrentam também a ameaça de reintegração de posse movidas pela Itaipu.

Enquanto não for realizada a demarcação, conflitos pela posse da terra estão todos os anos eclodindo na região, gerando risco para as comunidades indígenas. Não bastasse terem seu território inundado e seu modo de vida profundamente impactado, ainda enfrentam o questionamento de sua identidade étnica, usada para pôr em questão seu direito à terra. Hoje, os indígenas são tratados como invasores nas terras de onde foram expulsos no passado.

Entendemos que, para manter a cultura (hábitos e costumes) Guarani, faz-se necessária a ampliação da área ocupada pelo Tekoha. Esta é uma ação possível em Santa Helena, e sem criar conflitos com a sociedade nacional local, já que a área cedida à comunidade Guarani é apenas uma pequena parte da área pública local, cerca de 15% do total da área. Entendemos, também, que as terras reconquistadas até o momento pelo povo Guarani, apesar de não serem o ideal, foram resultado da luta e resistência deste povo.

Compor uma história relativa aos índios nesta região não significa recuperar a realidade, mas elaborar uma interpretação da história na qual eles são sujeitos atuantes (RIBEIRO, 2002, p. 15).

⁵⁴ Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês, que elaborou o conceito de violência simbólica para descrever o processo em que a violência se perpetua e se impõe. Segundo o sociólogo, a violência simbólica é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

⁵⁵ Para Marx, tudo se encontra em um constante processo de mudanças e o motor dessas mudanças é justamente os conflitos resultantes das diversas contradições que podem existir dentro de uma mesma realidade. “*A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes*” (MARXE ENGELS, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre se fala em dívida histórica com os povos indígenas, como algo de um passado distante. Poucos percebem que o genocídio dos povos indígenas segue se repetindo e que a construção de uma nação democrática depende de uma justiça de transição ampla para com os povos originários dessa terra, alvos da opressão primeira, que deu origem a essa nação. Enquanto não houver esse reconhecimento, a violação histórica é continuada.

Sonia Guajajara, 2014.

A pretensão ao desenvolver este trabalho foi a de contribuir um pouco mais, por meio de uma análise dos conflitos e problemas enfrentados pela população indígena, e oferecer aos leitores um subsídio mais amplo e significativo para que se possa entender e respeitar esta sociedade há tempos marginalizada por grande parte da população não indígena.

No texto, apresentamos um breve histórico do processo de expulsão dos Guarani de seus territórios no Tekoha originário, trazendo para o debate algumas reflexões e questionamentos sobre a questão indígena atual, como também apresentar as condições precárias de sobrevivência que se encontram os indígenas Guarani da região Oeste do Paraná, especialmente no município de Santa Helena, onde se localiza o Tekoha Vy'a Renda.

Segundo Maria Lucia Brant de Carvalho (2013), a violação de direitos territoriais/socioambientais dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná, região incluída na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), se deu a partir de 1940, quando foram impactados por grandes projetos estatais: Parque Nacional do Iguaçu (1939) e Usina Hidrelétrica de Itaipu, do projeto à instalação e finalização da obra da usina, com a formação do lago artificial, de 1971 a 1982.

Durante muitos anos, os Guarani foram vítimas de manipulação de dados sobre a população e sobre a ocupação de terras na região Oeste do Paraná. Os poderes institucionais, através de várias ações e estratégias, não reconheceram ou negaram a presença da população indígena nesta região. Desta forma, negaram, também, seus direitos constitucionais.

Quase a totalidade dos Guarani da região foram obrigados a se dirigir para terras indígenas já demarcadas para outra etnia, forçados a buscar refúgio em outras aldeias Guarani ou foram empurrados do território brasileiro para aldeias no Paraguai.

No caso da Itaipu, suas ações e omissões desencadearam a violação de uma série de direitos humanos, culturais e territoriais, espirituais e simbólicos dos Guarani, tanto no curso da construção da usina quanto depois, permitindo que a situação Guarani se agravasse e chegasse ao ponto em que hoje se encontra, com os Guarani vistos como “invasores” e vivendo desprovidos de recursos e de direitos, em razão de um processo histórico relativamente recente e que foi promovido por Itaipu (ALCÂNTARA, 2019, p. 131).

A perda de parte de um território histórico e ocupado de modo tradicional por meio do seu alagamento definitivo e de quase tudo o que nele havia implica prejuízos práticos e simbólicos para toda a etnia, e isso foi o que se deu com a Itaipu em relação à etnia Guarani (ALCÂNTARA, 2019, p. 126). Houve, portanto, contra eles uma intensa atuação estatal voltada à negação de sua existência e de sua identidade indígena. Isto se deu reiteradamente porque reconhecê-los implicaria dificuldades para a realização do “progresso e o desenvolvimento da região”.

Para Clovis Brighenti, “a demarcação de terras indígenas hoje se converteu numa necessidade fundamental, devido à escassez de espaços ecologicamente adequados. Os próprios Guarani, que não concebiam terras demarcadas ou ‘reserva’, estão reinterpretando sua concepção, porque perceberam a limitação dos espaços e porque o relacionamento do Estado com relação às terras demarcadas foi alterado” (BRIGHENTI, 2004, p. 130).

Para Tereza Masuzaki (2015), a luta pela regularização fundiária é o único caminho possível que encontraram para assegurar de alguma forma a continuidade de seu modo de vida, garantindo áreas com matas, água boa e terra viva, que mesmo não sendo suficientes, permitem que deixem de ser espoliados, expulsos e vítimas das violências e atrocidades.

Os Guarani da Região Oeste do Paraná lutam há anos pelo seu direito à terra, mas não é qualquer pedaço de terra. O que eles buscam são áreas de terra com as quais eles têm um vínculo afetivo, ou seja, áreas já ocupadas por este povo no passado, onde seus antepassados foram enterrados. Enfim, são terras com as

quais eles se identificam, locais onde podem dar continuidade ao seu modo de vida, continuar vivendo conforme o modo de ser Guarani.

Neste trabalho de pesquisa, demonstramos que, no caso de Santa Helena, as áreas ocupadas pelas cinco comunidades indígenas Guarani são terras onde se localizava, ou arredores, o antigo Tekoha Dois Irmãos, que teve grande parte de suas terras alagadas pela formação do reservatório de Itaipu.

Tratamos, também, das estratégias de luta e resistência das populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ademais, abordamos a mobilização e luta dos expropriados pelo “Preço Justo”, nas quais realizaram assembleias no município de Santa Helena atraindo e mobilizando proprietários, posseiros, grileiros, comerciantes, enfim, reunindo grande parte da comunidade do município e de municípios vizinhos. Foi um movimento que se destacou pela rápida repercussão que teve, reunindo centenas de pessoas em poucas horas.

A mobilização dos expropriados que deu origem ao “Movimento Justiça e Terra” contou com forte apoio das entidades e organizações religiosas, especialmente da CPT, que desempenhou um papel fundamental no sentido de participar da organização e de apoiar o movimento popular.

O movimento também teve destaque e uma grande repercussão pelos resultados positivos que conseguiu. Apesar de não serem atendidas todas as demandas solicitadas, certamente a situação dos expropriados já estava melhor do que antes da mobilização.

Também tratamos da mobilização e das estratégias de luta dos povos Guarani, dentre elas uma estratégia que pode ser considerada inédita e, sem dúvida, muito sábia. Após várias tentativas de resolver a questão da expropriação e remoção da população indígena Guarani da área do alagamento sem êxito, os Guarani escreveram cartas dirigindo-se diretamente ao principal fiador do projeto, o Banco Mundial.

Nestas cartas, relataram a difícil situação em que o povo Guarani se encontrava, responsabilizando o Banco Mundial e Itaipu e cobrando providências para resolver a situação. Os resultados obtidos através desta estratégia, apesar de não serem os ideais, podem ser considerados positivos, no sentido de que os Guarani conseguiram até o momento a demarcação de três áreas na região Oeste do Paraná: Tekoha Ocoy, Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã.

Cabe mencionar aqui que estas três áreas estão longe de suprir as necessidades deste povo. No entanto, são resultado da mobilização e luta dos Guarani e podem ser entendidas como um primeiro passo na busca por outras áreas demarcadas na região. A demarcação é, certamente, o que busca o povo Guarani nas ocupações de Santa Helena e municípios vizinhos. Para os Guarani do Tekoha Vy'a Renda de Santa Helena Velha, já são mais de 10 anos de luta e espera pela demarcação.

Enquanto a demarcação da área não se efetiva, a comunidade do Tekoha Vy'a Renda, bem como os demais Tekoha do município e na região Oeste, enfrentam diversas dificuldades. Entre estas dificuldades, podemos citar a falta de alimentação adequada e de acordo com o seu modo de vida, falta de instalações minimamente adequadas para a escola, posto de saúde e de suas residências. Além disso, enfrentam, também, a hostilidade da comunidade nacional local.

Portanto, o que se observa no município de Santa Helena é uma realidade que implica numa situação de pobreza e de insegurança alimentar vivida pelas cinco comunidades indígenas existentes atualmente no município, que totalizam 147 famílias.

A demarcação de terras é uma questão de sobrevivência para este povo que há tantos anos luta pela retomada e manutenção do seu território. Podemos dizer que a luta pela retomada expressa a marginalidade do povo Guarani na sociedade dita nacional, que continua negando a presença Guarani no passado, conforme fala do cacique Cornélio Alves (2022) durante entrevista concedida e já citada anteriormente: “Nóis sabemo que aqui vivia Guarani, mas a sociedade branca não querem aceita isso”.

Se, por um lado, os Guarani do Tekoha Vy'a Renda se sentem ameaçados pela sociedade nacional local, por outro lado, os Guarani também são vistos, muitas vezes, como uma ameaça, principalmente uma ameaça à propriedade privada. Mesmo depois de mais de 10 anos de convivência dos Guarani naquela comunidade, sem que tenham invadido sequer um centímetro de propriedade privada, o clima hostil ainda permanece. Na fala, o cacique deixa claro que não existe pretensão de invasão: “Nós não estamos aqui pra tirar terra de ninguém. Estamos aqui pra conseguir mais espaço” (ALVES, 2021).

A demarcação de terras indígenas se torna cada vez mais necessária e urgente. Podemos dizer que ela é de suma importância para a manutenção e sobrevivência dos povos indígenas e, mais do que isso, é uma forma de evitar conflitos pela posse da terra, trazendo segurança alimentar e territorial aos Guarani, além da preservação ambiental.

É mister destacar que existem leis federais e internacionais que garantem a demarcação das terras ocupadas pelos povos indígenas de forma tradicional, como, por exemplo, a Constituição Federal, o Estatuto do Índio e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O que se faz necessário são políticas públicas que garantam o cumprimento daquilo que é previsto em lei.

Vale ressaltar que se trata de um movimento de retomada de terras que vem ocorrendo na região. Os Guarani não estão ocupando terras aleatórias. As retomadas acontecem impregnadas de sentido, existe um vínculo de pertencimento às terras que ora ocupam.

Por fim, a alegação de Itaipu de que não havia indígenas na região da construção da Usina é, no mínimo, contraditória, já que o próprio nome da Usina leva um nome Guarani: *Itaipu*, “*pedra que canta*”.

Espero, com esta pesquisa, poder contribuir no sentido de desconstruir esta versão e auxiliar na construção de uma outra visão da sociedade não índia em relação aos Guarani.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner et al. (Org.). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. 185 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185-227.

BLANC, Jacob. **Antes do Dilúvio: Itaipu e a história da ditadura no campo**. São Paulo: Garamond, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz turi. Memória e d'Ecat. Grandes écoles et esprit de corps, Paris, Minuit, 1989.

_____. **Coisas ditas**. Brasiliense. São Paulo. 2004.

BORGES, Paulo Porto. Memória e desterro: os territórios Guarani no oeste do Paraná no século XX. Unioeste, 2011. Disponível em: <<https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Artigo139.pdf>> Acesso em: janeiro de 2022

_____. Terra e memória: a luta pela terra no oeste do Paraná. Disponível em: <<https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Artigo139.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2022

BRIGHENTI, Clóvis A.; OLIVEIRA, Osmarina. **Conflitos territoriais como espaço de disputas entre memória e história: Análise de processos judiciais da Itaipu Binacional contra os Guarani no Oeste do Paraná**. IN: REVISTA MARACANAN, 2021, n. 26.

CACERES, Osvaldo Nelson Villasanti. **Os Impactos Causados Pela Construção De Itaipu Na Saúde Da Comunidade Avá Guarani De Oco'y**. Curitiba, 2017.

CARIGNANO, Júlio. **Iminente despejo de famílias indígenas em Santa Helena** 11 de março de 2019. Disponível em: <<https://porem.net/2019/03/11/urgente-iminente-despejo-de-familias-indigenas-em-santa-helena/>> Acesso em: 05/11/2019.

_____. **Indígenas Ava-Guarani retomam parte de antiga terra tradicional, no Paraná**. Brasil de Fato, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana>>. Acesso em: 05/11/2019.

_____. **Documentário “Três Alves” foi lançado no dia 19 de março**. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2021/03/22/documentario-tres-alves-foi-lancado-no-dia-19-de-marco>>. Acesso em: 05/11/2019.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Avá-Guarani do Ocaí-Jacutinga Município de Foz do Iguaçu**. Parecer do Antropólogo designado pela ABA. CIMI, 1981.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terra, O Estado e os Guarani do Oco'y: Violência Silêncio e Luta**. (Tese de doutorado em Geografia). São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Terras, Mobilidade Socioespacial nas Fronteiras e Cidadania: Três direitos historicamente negados aos Avá-Guarani do Oeste do Paraná na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). IN: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 2020. V.14.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal: o profetismo Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CIMI. Em carta ao MPF, Avá-Guarani do Paraná cobram providência contra humilhação em prisão de indígenas. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/03/em-carta-ao-mpf-ava-guarani-do-parana-cobram-providencia-contra-humilhacao-em-prisao-de-indigenas/>>. Acesso em: 08/02/2021.

COLODEL, José Augusto. **Obrages § Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – TERESA URBAN, Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, *Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC*, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, Vol. II, Texto 5, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT/PR). **O Mausoléu do Faraó**. Marechal Cândido Rondon, 1978.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As Ações do Estado Nacional e a Trajetória Política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)**. Dourados, MS, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: Violências contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2013**. Brasília: CIMI, 2013. p.128.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992.

ESTADO DO PARANÁ. **Relatório apresentado à Comissão Especial do estudo da Faixa de Fronteiras do Paraná e Santa Catarina**, pelo General Gaspar Peixoto

Costa, diretor do DGTC, na qualidade de representante do Estado do Paraná, junto ao IBRA. Curitiba: Departamento de Geografia, Terras e Colonização, 1966.160 p.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu**. Editora da ULBRA. 2003.

GUAJAJARA, Sonia Bone. Coordenadora Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). **Discurso durante a sessão de julgamento do caso Aikewara-Suruí no âmbito da Comissão da Anistia**. Notícias. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). 23/01/2023. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia/representante-da-apib-discursa-no-julgamento-da-anistia-dos-aikewara-suru%C3%AD>>. Acesso em: 20 de março de 2016.

HAUPTMANN, Claudemir. **Luta pelas terras indígenas no Oeste do Paraná tem avanço histórico para o povo Guarani**. 14 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://porem.net/2018/09/14/luta-pelas-terras-indigenas-no-oeste-do-parana-tem-avanco-historico-para-o-povo-guarani/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo ... São Paulo, Marco Zero, 1994.

IBGE - O Brasil Indígena. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

KOLING, Paulo José. **Sujeitos E Práticas Sociais: Uma Abordagem Sobre A Organização E Resistência Dos Expropriados Da Itaipu**. IN **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

LAINY, Lais. **Dois anos para demarcar terras indígenas no Oeste**. 28/12/2017. Disponível em: <<http://www.catve.com/portal/noticia/2/203368/dois-anos-para-demarcar-terras-indigenas-no-oeste---por-lais-lainy/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **A Fronteira Que Separa Nós e Eles: Os Povos Avá-Guarani no Oeste do Paraná/Brasil**. 2016. Disponível em: <oguatapora.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2021.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **A Luta dos Povos Guarani no Extremo Oeste do Paraná**. Revista Pegada – vol. 16, n. especial. Maio de 2015.

_____. **A Organização Produtiva Dos Avá-Guarani Nos Tekoha Dos Municípios De Terra Roxa E Guairá/ Pr**. Tese de doutorado – 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça: Itaipu X Agricultores Expropriados**. Curitiba: Pastoral da Terra, novembro de 1980.

MELIÀ, Bartolomeu. **A Terra Sem Mal dos Guarani**. Tradução de Robcrrú E. Zwetsoh. Revista de Antropologia, p. 33, 1990.

_____. **El Guarani conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria**. Asunción. 1986.

_____. A experiência religiosa guarani. In: MARZAL, Manuel M. **O Rosto Índio de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. - **Los Fal-Tavyteri, etnografia dei Paraguay contemporâneo**. CEAUC. Asunción. 1976.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Paraná. **MPF** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/aras-stf-extingua-acao-indenizacao.pdf> Acesso em: agosto de 2021

MENDONÇA, Sonia Cristina Poltronieri. **Crenças em relação à escola e a língua Guarani na aldeia Avá Guarani Tekoha Añetete em Diamante D'Oeste (PR)**. UNIOESTE, Cascavel, 2017.

NAVARRA, Júlia C. Carvalho. **Caso Avá-Guarani e a UHE Itaipu Binacional sob os olhares da Justiça de transição**. Dossiê - Campos V.20 N.2 JUL. Dez.2019.

Os Avá-guarani no oeste do Paraná : (re) existência em Tekoha Guasu Guavira / coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho ; organização de Daniele de Ouro Mamed ; Manuel Munhoz Caleiro e Raul Cezar Bergold. – Letra da Lei, 2016. 432 p.

PACKER, Ian. **Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídio para a Comissão Nacional da Verdade**. Centro de Trabalho Indigenista, outubro de 2013. Disponível em: www.trabalhoindigenista.org.br/ac. Acesso em: fevereiro de 2021.

Relatório Figueiredo - 1967-1968. Relatório Jader Figueiredo ao Ministério Interior. Disponível em: <http://docvirt.com>. Acesso em: agosto de 2021

RIBEIRO, Darcy. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RIBEIRO, Sarah I. G. T. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)**. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, Sarah I. G. T. **Fronteiras e espacialidade: O caso guarani no Oeste do Paraná.** In: **Varia Scientia**: Revista Multidisciplinar da Unioeste/Universidade Estadual do Oeste do Paraná. a.1, n 1. (2001) Cascavel: Edunioeste, 2001.

_____. Os Guarani no oeste do Paraná: espacialidade e resistência. In: **Espaço Plural**. Ano VI - Nº 13 - 2º Semestre de 2005 — Versão eletrônica disponível em: <<https://www.unioeste.br/saber>>. Acesso em: fevereiro de 2021

SILVA, Evaldo Mendes. **Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões no Guairá: Espaço e Territorialidade nas Missões Jesuíticas do Guairá. In: **Anais da VI Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas – As missões Jesuíticas del Guairá.** Cascavel: EDUNIOESTE, 1998. p. 15-30.

SOAVINSKI, Carla. **Terra pela qual se luta, terra na qual se vive: o refazer da vida e da terra dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná após o desterro.** Brasília 2019.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Os Avá-guarani no oeste do Paraná : (re) existência em Tekoha Guasu Guavira /** coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho ; organização de Daniele de Ouro Mamed ; Manuel Munhoz Caleiro e Raul Cezar Bergold. – Letra da Lei, 2016.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. **Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani – Nandeva do Oco'y/Jacutinga – PR.** Rio de Janeiro, 1995.

Sites Consultados:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana>. Acesso em: 25/01/2022

<https://oparana.com.br/noticia/novas-invasoes-de-indios-aterroiza-santa-helena/>
Acesso em 25/01/2022.

<https://catve.com/noticia/6/270160/mpf-ajuiza-acao-para-garantir-direitos-a-indios-de-santa-helena-e-itaipulandia/> Acesso em: 10/01/2021.

<https://trabalhoindigenista.org.br/itaipu-ameaca-despejar-comunidade-guarani-em-santa-helena-oeste-do-parana/> Acesso em: 16/09/2021.

<http://revistagreenpeace.org/terceira-materia/os-ecos-de-itaipu/> Acesso em: 28/08/2021.

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65783/> Acesso em: 20/01/2021.

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm#t4a>. Acesso em: 20/10/2022.

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-povos-indigenas-guarani-do-parana-e-mato-grosso-do-sul-lutam-por-agua-por-minimas-condicoes-de-vida-e-por-regularizacao-de-seu-territorio-tradicional/> Acesso em: 20/10/2022.

<https://cimi.org.br/2010/06/30446/> Acesso em: 20/10/2022.

<https://dados.gov.br/organization/about/fundacao-nacional-do-indio-funai> Acesso em: 20/01/2021

<https://documentosrevelados.com.br/page/450/>. Acesso em: 20/10/2022.

<https://www.conjur.com.br/dl/pgr-reparacao-indigenas-construcao.pdf>. Acesso em: 26/03/2023

ANEXOS

- 1 – Nota de esclarecimento assinada pelo então cacique Nelson Ribeiro da comunidade Vy'a Renda – 2018.
- 2 – Carta escrita pela comunidade do Oco'y aos dirigentes do Banco Mundial em 1986.
- 3 – Carta escrita pela comunidade do Oco'y aos dirigentes do Banco Mundial em 1988.
- 4 – Carta para Itaipu Binacional, de 25 de novembro de 1982.
- 5 – Carta de apoio aos Avá-Guarani do Oeste do Paraná.
- 6 – Placa afixada no Portal dos Pioneiros, identificando as famílias pioneiras da comunidade de Santa Helena Velha.
- 7 – Portal dos Pioneiros, localizado na entrada da comunidade de Santa Helena Velha.

ANEXO 1

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Eu, Nelson Ribeiro, portador do RG nº 8.617.102-3, cacique da aldeia Vya Renda de Santa Helena Velha, venho por meio deste, esclarecer que não existe nenhuma intenção ou organização de outras aldeias objetivando invasão de áreas de terras no município de Santa Helena.

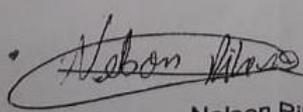
Lembramos que, em 2010 foi firmado um acordo com o Governo do Estado do Paraná, na época representado pelo assessor especial para Assuntos Fundiários Hamilton Serighelli, delimitando em sete alqueires a área destinada à atuação indígena em Santa Helena e restringindo a expansão tanto para a área do IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná, quanto para as propriedades privadas que confrontam o local.

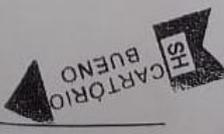
Ademais, somos sabedores que muitos índios da região vão para o Rio Grande do Sul em determinadas épocas para trabalhar na colheita da maçã e plantio de alho, porém esta prestação de serviço só é possível quando intermediada pela Agência do Trabalhador e, em Santa Helena não houve cadastro de indígenas para as funções. Sabemos que um veículo de transporte coletivo partiu de Guaíra passando por Toledo, Cascavel, Laranjeiras do Sul até o estado Gaúcho, fator que supomos ter sido responsável pelo boato de que índios de outras aldeias estariam se descolando para juntar-se a nós.

Concluindo, reafirmo que a comunidade indígena prima pela ordem e o bom relacionamento com todas as classes, principalmente com os agricultores de Santa Helena Velha e salientamos que estamos disponíveis para dialogar e prestar outros esclarecimentos.

Atenciosamente

Santa Helena, 19 de março de 2018.


Nelson Ribeiro



ANEXO 2

Juridica
(Era Myriam)

E-310/87 October 15, 1986 10
Portuguese (Brazil)
IPA/PBR 740/20 JVS:bas

Mr. Barber Conable
President, The World Bank
Washington, D.C.

September 18, 1986

Prezado Senhor,

Nós somos da comunidade de Ava-Guarani da região do Ocoí, no município de S.Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, Brasil.

Nós queremos contar-lhes sobre a nossa luta e sofrimento. Costumávamos habitar uma área de 1500 ha, limitando ao oeste com o Rio Paraná, ao leste com a estrada Santa Helena/Santa Terezinha, ao norte o Rio Ocoí e ao sul com o córrego Jacutinga. Nossa área era toda mata. Na zona Ocoí-Jacutinga, éramos mais de 100 famílias, totalizando mais de 500 pessoas, pois as famílias eram muito grandes.

Nós vivíamos em paz até que o INCRA queimou as nossas casas. Várias famílias fugiram e atravessaram o Rio Paraná entrando no Paraguai. Outras famílias foram trabalhar em fazendas vizinhas.

Algumas famílias foram mortas pelos brancos, assim nossa comunidade diminuiu para apenas 30 famílias que se esconderam na mata.

Nossa área iria ser alagada pela represa da ITAIPU. Então o pessoal do projeto ITAIPU avisou a FUNAI que existiam nativos na área a ser inundada.

A FUNAI enviou um antropólogo, que no entanto disse não existirem índios na área, apenas mestiços e paraguaios. Isto não era verdade, pois com certeza nós estávamos lá. O antropólogo nos disse que eles haviam vindo apenas para ver como as coisas iam; foi apenas isto que nos disse.

Então, veio o pessoal da FUNAI e nos disseram que eles não tinham outras terras para nos dar. Nos disseram que só tinham uma outra área, chamada Rio das Cobras, onde outros índios viviam. A FUNAI nos disse que deveríamos ir para lá e que se fossemos eles nos ajudariam. Assim fomos, porém, tivemos muitas dificuldades e 12 famílias retornaram.

Posteriormente contactamos os nossos parentes e outras dez famílias voltaram, totalizando 22 famílias. Em 1979 nós começamos a nos sa longa batalha para obtermos nossos direitos.

Eles nos fizeram várias ofertas de terras: a primeira oferta foi de dez alqueires. A segunda proposta foi de 60 alqueires, sendo a última proposta de 80 alqueires. Nós não aceitamos nenhuma destas, assim como recusamos a quarta e última oferta que era de 251 hectares.

A ITAIPU nos passou um acordo relativo a 251 ha, apesar de que o mapa feito a 31 de julho de 1982, mostrava apenas 231 ha. Nós descobrimos este mapa dois meses atrás.

X Nós não concordamos com os 251 ha. Então o pessoal da ITAIPU começou a nos pressionar e a nos assustar; eles nos deram 3 dias para sair. Nós não queríamos largar os nossos 1500 ha por uma área de 251 ha.

Em seguida o reservatório de ITAIPU começou a encher e não havia nada que pudéssemos fazer, a não ser sair. Nós chegamos a esta terra em 1982, após uma difícil luta no sentido de obtermos os nossos direitos.

Agora somos 35 famílias com um total de 147 pessoas. Nós nunca esquecemos nossa terra, e estamos constantemente fazendo representações contra o pessoal da ITAIPU.

Nossa nova terra está sendo levada pelas águas. Os fortes ventos estão empurrando a água contra a nossa terra e erodindo-a por de baixo, e as árvores estão caindo porque suas raízes estão sendo erodidas da mesma forma. V

Nós tínhamos 231 ha, porém a ação combinada dos efeitos da água e dos ventos reduziu este total para 210 ha. Dentro de 4 anos não haverá terra suficiente para plantar nossas culturas, porque as famílias estão expandindo, as crianças crescendo, bebês estão nascendo e a terra é muito pequena.

Nós escrevemos uma carta ao pessoal da ITAIPU pedindo que viessem aqui para conversar sobre o que estava acontecendo a nossa terra. Depois enviamos outra carta, mas eles nunca responderam. Em ambas as vezes enviamos cópias das cartas à FUNAI. Em abril de 1986 fomos chamados ao escritório regional da FUNAI em Guarapuava. Conversamos sobre uma solução para nosso problema de terra. Eles disseram que deveríamos esperar mais um pouco, mais 60 dias. Os 60 dias já se passaram e todavia não existe uma solução. Portanto escrevemos a um advogado para abrir uma

ação pedindo a nossa terra.

Quando chegamos nesta nova área, que nos havia sido entregue pelo pessoal da ITAIPU como sendo nossa, ela já havia sido invadida por colonos vizinhos. Os colonos não respeitaram os índios. Eles vieram com as suas máquinas e derrubaram a mata arrancando os marcos, e levaram embora tudo o que o pessoal da ITAIPU lá havia colocado. Os colonos disseram que fizeram aquilo porque o pessoal da ITAIPU não lhes havia indenizado. Nós somos índios pacíficos e nós não queremos brigar com os nossos vizinhos.

Nós pedimos ao pessoal da ITAIPU para fazer nova demarcação. Nós lhes escrevemos uma carta em 20 de março de 1986, mas eles não queriam fazer outra demarcação. Um funcionário da ITAIPU disse que eles não sabiam como demarcação prévia havia sido feita. Então os funcionários nos disseram que iam descobrir como as coisas estavam anteriormente. Nós esperamos mais o pessoal da ITAIPU não retornou.

Nós pedimos ao pessoal da ITAIPU novamente e eles visitaram a área em 26 de julho de 86. Eles decidiram fazer a demarcação, mas apenas onde não existissem marcos limítrofes. Eles começaram a demarcação no dia 8 de setembro de 1986.

Ao longo da margem do lago da ITAIPU existe muita madeira podre infestada por animais e insetos, incluindo mosquitos. Nós não estamos acostumados a viver na beira de um lago. No verão o lago se torna bastante quente e tanto adultos como crianças da área do Ocoí pegaram malária devido ao lago.

No início de maio, 27 adultos e 16 crianças entre 9 meses e 12 anos de idade tiveram malária. Graças a Deus ninguém morreu, mas mesmo os brancos temem pegar malária por causa do lago.

Nós não estávamos acostumados a pegar água do lago, e sim apenas do rio que Deus ali colocou para usarmos. Nesta terra já não existem rios puros, e nossa água está cheia de malária e insetos. Toda a água ao longo da margem do lago está cheia de veneno porque os colonos lavaram um tanque de inseticida no lago. E quando chove, o veneno usado pelos colonos nas suas plantações escorre por nossa terra e vai para dentro do lago, e isto causa muita doença. Nós não podemos nos afastar da beira do lago da ITAIPU porque nossa terra é muito estreita.

O remédio que tomamos contra a malária nos foi dado por um funcionário da SUCAM. A SUCAM também nos deu veneno para matar os mosqui

ação pedindo a nossa terra.

Quando chegamos nesta nova área, que nos havia sido entre que pelo pessoal da ITAIPU como sendo nossa, ela já havia sido invadida por colonos vizinhos. Os colonos não respeitaram os índios. Eles vieram com as suas máquinas e derrubaram a mata arrancando os marcos, e levaram embora tudo o que o pessoal da ITAIPU lá havia colocado. Os colonos disseram que fizeram aquilo porque o pessoal da ITAIPU não lhes havia indenizado. Nós somos índios pacíficos e nós não queremos brigar como os nos vizinhos.

Nós pedimos ao pessoal da ITAIPU para fazer nova demarcação. Nós lhes escrevemos uma carta em 20 de março de 1986, mas eles não queriam fazer outra demarcação. Um funcionário da ITAIPU disse que eles não sabiam como demarcação prévia havia sido feita. Então os funcionários nos disseram que iam descobrir como as coisas estavam anteriormente. Nós esperamos mais o pessoal da ITAIPU não retornou.

Nós pedimos ao pessoal da ITAIPU novamente e eles visitaram a área em 26 de julho de 86. Eles decidiram fazer a demarcação, mas apenas onde não existissem marcos limítrofes. Eles começaram a demarcação no dia 8 de setembro de 1986.

Ao longo da margem do lago da ITAIPU existe muita madeira podre infestada por animais e insetos, incluindo mosquitos. Nós não estamos acostumados a viver na beira de um lago. No verão o lago se torna bastante quente e tanto adultos como crianças da área do Ocoí pegaram malária devido ao lago.

No início de maio, 27 adultos e 16 crianças entre 9 meses e 12 anos de idade tiveram malária. Graças a Deus ninguém morreu, mas mesmo os brancos temem pegar malária por causa do lago.

Nós não estávamos acostumados a pegar água do lago, e sim apenas do rio que Deus ali colocou para usarmos. Nesta terra já não existem rios puros, e nossa água está cheia de malária e insetos. Toda a água ao longo da margem do lago está cheia de veneno porque os colonos lavaram um tanque de inseticida no lago. E quando chove, o veneno usado pelos colonos nas suas plantações escorre por nossa terra e vai para dentro do lago, e isto causa muita doença. Nós não podemos nos afastar da beira do lago da ITAIPU porque nossa terra é muito estreita.

O remédio que tomamos contra a malária nos foi dado por um funcionário da SUCAM. A SUCAM também nos deu veneno para matar os mosqui

-4-

13

tos da malária, mas o mosquito já se acostumou ao veneno forte usado nas plantações e o que nos foi dado não tem utilidade.

Vizinho a nossa terra existem 80 alqueires de propriedade da ITAIPU. Nós queremos que a ITAIPU nos compense pelo resto da terra que nos roubou. Nós tínhamos 1500 ha de terra, com matas, caça e peixes, ao invés de 210 ha com veneno e malária. Deus nos colocou no mundo para viver como irmãos, em paz. Os brancos preferem matar os índios a ser seus irmãos, mas nós queremos viver em irmandade com todo mundo.

Nós queremos ficar nesta terra que lutamos para obter. Nós queremos os 80 alqueires adjacentes à nossa terra e queremos que a ITAIPU nos compense aqui pelo resto da terra que nos foi tomada.

Nós queremos recuperar nossos 1500 ha. Nós temos direito a eles porque a América nos pertencia antes dos brancos chegarem; nós tínhamos animais, pássaros, peixes saudáveis e mel.

Nós agora não temos nada, e quase não sobraram índios porque em várias partes do Brasil homens brancos e estrangeiros tem matado índios com bombas e metralhadoras e tem posto veneno nas áreas indígenas.

Será que vocês não estão a par de tudo isso? Este crime que deve ser resolvido?

ITAIPU é um desastre aqui no Brasil e agora o pessoal da ITAIPU não nos quer dar mais nenhuma terra. Mas eles devem dá-la.

Por causa da ITAIPU muitos brancos perderam suas terras. ITAIPU pagou indenização aos brancos para que pudessem comprar outras terras, porém as quantias eram pequenas e eles não puderam comprar mais terra. Agora existem muitos brancos sem terra, sofrendo de forma e como nós impossibilitados de plantar alguma coisa.

Vocês emprestaram dinheiro à ITAIPU para que eles pudessem machucar a nós e aos brancos que estão na mesma situação que nós. ITAIPU fez um grande estrago aqui na América, mas vocês emprestaram dinheiro só para isso, e à FUNAI para que pudesse pagar pessoas para atirar nos índios, porque temos enormes direitos.

Ava-Guarani Community,
Ocoi Native Area
(signed) Chief

T.N. Algumas 58 assinaturas e impressões digitais seguem abaixo, indicativo do tremendo esforço que parece ter sido feito na elaboração desta longa carta.

ANEXO 3

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA 23/11/77 |
| COD. 7112 |

A

Senhores do Banco Mundial

Nós escrevemos de novo para vocês amigo nós queremos contar nossas preocupações, nós estamos sabendo que vocês vai mandar o dinheiro para o Brasil para construção da barragem

Nós pensamos que o dinheiro é para solucionar as situações do povo Indígena aqui no Brasil agora que nós achamos e para fazer mais pesquisa para o povo Indígena como os colonos também.

Mesmo que nossa situação não está resolvida do já vai criar outras situações difícil mesmo que nós estamos numa situação muito difícil mesmo e mais grande ainda por amor de Deus.

Nós não queremos viver mais nesta situação. Com essa doença gripe, Refriado, Febre, Tox, Diarreia e vomito, Dor Cabeça, Malaria ecte, sem água limpa que dá para tomar banho, agora esse mês de agosto que já vai comensar da outras vez a malaria, já estão comensando dar dor Cabeça, febre e depois larga outra vez e depois pega de novo, assim vai nossa vida

Por isso nós não queremos que vocês mande o dinheiro para o Brasil, construção da barragem. nós estamos sabendo aonde que e

1º aqui oeste no Paraná Parque Nacional do Iguaçu que nós estamos sabendo a terra e mata vai ficar mais de 1.700 hectares em baixo da água aqui no Parque Nacional do Iguaçu.

Out 17

B

É também nos estamos sabendo que vai ser construída aqui no Brasil 20 barragem no estado de Santa Catarina no Rio Bacia do Uruguai, agora nós queremos que nosso problema ser solucionado, a primeira coisa que a Comunidade pediu para vocês, e também não é só nós todos os povo Indígena no Brasil, não mande o dinheiro, porque nós não que mais que Índio Brasileiro sofrer.

Uma perguntas

Como é que para devorver terra com mato é difícil que está enbaicho da água demora muito tem que lutar muito, para construção da barragem, que nós achamos que não vai demorar nem 2 anos, por amor de Deus que coisa, que nós temos terra com mato enbaicho da água que vocês sabem isso.

Nós estamos agora 37 familia e 202 pessoa nessa pequena terra 231 hectares, agora nós vemos que vocês não tem preocupação de nós e de ninguém, vocês fala mas não faz se tiver preocupação de nós já tá solucionado nosso problema, vocês não tem mesmo preocupação de nós, porque a carta já bem 2 vezes, aí que nós vemos que vocês não vai ajudar a nós.

Agora contamos também que Itaipu só quer enganar a nós só quer moleza, Itaipu ofereceu 3 ilhas uma tem 51 hectares outra tem 50 a terceira 171 hectares que nós não aceitamos nem uma, se nós aceita Itaipu vai dar barco o balsa. Para que isso? nós não aceitamos

C

desde isso Itaipu não apareceu mais, porque nós não aceitamos que eles queira dar.

Ai nós não esperamos mais, de repente eles outra vez e falou para nós ai como eles que res

O que é que vocês precisa que Itaipu queira ajudar a vocês que estamos para ajudar ai nós ficamos quieto, ai o Doutor Elvís Ferro Costa falou, vocês queira bicicleta, telefone - trator, Cavalos, nós não falamos nada

É depois o vice Cacique Agostinho Martins falou para eles, vocês vai ajudar a nós, Itaipu o Doutor falou si nós estamos para isso então ver a terra com mato para nós o comprar, ai Doutor falou ai a terra é difícil porque Itaipu não tem mais terra, esse foi no dia 22 de junho de 1988.

Ai nós apertamos para eles e apertamos para ver terra com mato, ai nós conseguimos ai ficou Doutor Fernando para ver a terra com Funcionários da Fundação Nacional do Índio - FUNAI até mês de setembro, agora faz mais de um mês, nós achamos que ninguém procurou Itaipu nem Funai

Agora vocês tem que ver para nós se vai ajudar, até agora não vemos solução

Uma pergunta

Como e que o governo Brasileiro não quer revolver a terra para os povo Indígena mesmo que ele já fica gordo enchendo a barriga e o bolso, terra Indígena que deu muito dinheiro para ele, madeira ouro petróleo etc.

Agora nós queremos ver a escritura de terra de America do Sul na mão de governo Brasileiro assinado por Deus nós também vamos rezar e perguntar a Deus nós achamos que o Deus não ordenou para matar os Indio Brasileiro o Deus não quer isso, que nós estamos vivendo neste somos irmãos.

02 de agosto de 1988
 Area Indígena Ocoi
 Comunidade arva - guani

Lider

Bacique
 Pedro Alves

Adriano Martins
~~Adriano Chaves~~

Inocencio Acosta

Jorge Bogado

Angelo Benito

Antonio Acosta

Augusto Centurião

Terezinho Centurião

Alcides Vogado

João Centurião

Basimiro Pereira

ANEXO 4

06 / 5 / 82

04

Aldia Guarani Rio Ocoi Rio Jacutinga

Nois Indio guarani queremos aqui na Aldia Reuniao para resolver o problema da terra

Nois não aceitamos a área pequena a Duzento quitaria não aceitamos

Nois Indio não deu resposta pra niqui nei pra Itaipu nei pra Fumaça nei pra Jacutinga

Nois queremos uma área maior que nois temo ante a área maior nois aceitamos e a área maior estamos firme todo nois Indio guarani Esta ^{estamos} proposta.

Dizemo tambem que, o que saiu no jornal, não foi a nossa resposta, porque até agora nós não deu resposta a proposta de Itaipu. Tamo firme em não aceitar os duzentos Equitativa oferecida pela Itaipu. Aceitamos si a Itaipu nos der a área maior igual a que tinhamo antes.

Nois estamos falando sinome de todo os guarani que moro na Aldia Rio coi e Rio Jacutinga

Tedro Avalos

Terezinho Binturion X

X João Sente

Sergio Mortine X

Inocencio Acosta

Luca

Sant Binturion

Bemina Paroira

Delmas A. Paroira

ANEXO 5

“CARTA DE APOIO AOS AVÁ GUARANI DO OESTE DO PARANÁ

Nós Lideranças Indígenas dos Povos Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng, articulados na Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL) e na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), vimos por meio desta manifestar o nosso repúdio à decisão judicial de Reintegração de Posse da Tekoha Pyahu (Santa Helena-PR) que favorece os interesses da Itaipu e determina o despejo de mais de 20 famílias Avá-Guarani que se encontram no meio do processo de retomada de seu território tradicional.

Ficamos tristes ao lembrar dos nossos antigos e das mais de 30 aldeias inundadas pelo alagamento provocado pela Itaipu. Relembramos isso cada vez que assistimos a cobiça sem limites de empresas que precisam violar direitos humanos para alcançar seus lucros. Lembramos disso ao olhar para Belo Monte, ao olhar para o crime cometido pela Samarco em Mariana, ao olhar para o lugar onde se situavam as Sete Quedas.

O solo onde está a Itaipu, onde estão os municípios de Santa Helena, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Guaíra e Terra Roxa é sagrado. É terra guarani e não sairemos de lá.

Não estamos reivindicando toda a terra desse continente pela qual circulávamos livremente antes da invasão dos europeus. Pedimos apenas aqueles pequenos pedaços de terra onde ainda encontramos o pouco que sobrou das nossas matas sagradas, aqueles locais onde ainda podemos plantar nossas sementes e onde nossos filhos podem viver de acordo com o nosso nhandereko, o nosso modo de ser. Pedimos apenas que os jurua kuery, os não indígenas, respeitem a própria lei deles que nos dá o direito de viver em nossas terras tradicionais. Esse direito foi conquistado com a luta, a reza e o sangue dos nossos antigos e não podemos permitir que ele seja apagado.

Ficamos muito tristes ao ver que o jurua insiste em não cumprir com suas próprias leis. Como podem os brancos criar a FUNAI para defender o direito dos povos indígenas e depois colocar em sua chefia pessoas indicadas pelos grandes ruralistas

que matam nossos parentes para que possam plantar soja em nossas terras? Como pode a Justiça Federal determinar em novembro 2017 a criação do Grupo Técnico para realizar os estudos de demarcação de nossas terras, e outro juiz agora vir e determinar o nosso despejo? Recentemente a Comissão da Verdade, reconheceu e conseguiu levantar provas daquilo que nossos nhaneramoí, os nossos mais velhos, já denunciavam há muitos anos. Reconheceu que Itaipu alagou o nosso território tradicional, acabou com nossas matas e usou da violência para expulsar nossos parentes de suas aldeias. Agressões físicas foram cometidas, casas foram queimadas, fomos colocados em caminhões e transportados para outros lugares! Ao mesmo tempo em que Itaipu segue nos expulsando de nossas terras, a empresa tem tentado cooptar nossos parentes, separando nossas lideranças e prometendo benefícios a quem negociar com ela. Não podemos aceitar isso.

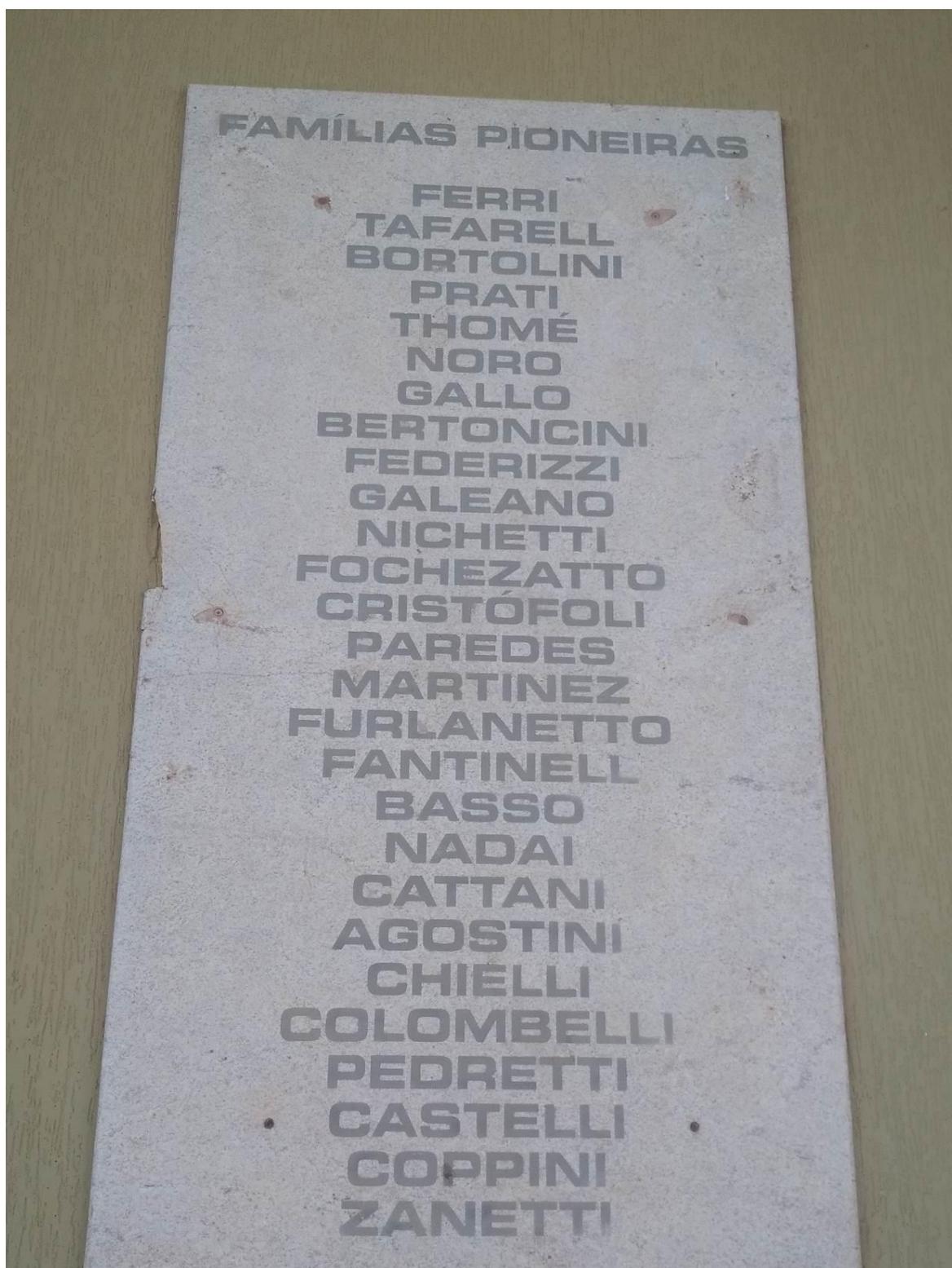
Somos e seremos intransigentes enquanto Itaipu não aceitar conversar em condição de igualdade: conversar com o coletivo, sem chamar uma liderança aqui e outra ali prometendo mundos e fundos. Seremos intransigentes enquanto os jurua kuery não reconhecerem que essa terra é nossa.

Pela suspensão IMEDIATA da ordem de Reintegração de Posse!

Aguyjevete para quem luta!”⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: conafar.org.br/arquivos/104

ANEXO 6



ANEXO 7

